

(doc. _____)

Sessão ordinária – 10 de setembro de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. - Projeto do Regulamento do Prémio Municipal M^a de Lourdes Pintasilgo

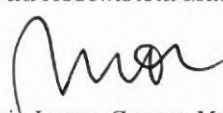
Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **Projeto do Regulamento do Prémio Municipal M^a de Lourdes Pintasilgo**, conforme documento anexo.

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Fl. 1/7

Prémio Municipal
Maria de Lourdes Pintasilgo



**Cidadania, Igualdade de Género e não
Discriminação**

- 1ª Edição -

2021



Regulamento

Prémio Municipal Maria de Lourdes Pintasilgo

PREÂMBULO

O **Prémio Municipal Maria de Lourdes Pintasilgo** é uma iniciativa do Município de Abrantes cuja designação tem origem no nome de uma mulher Abrantina, que foi a primeira e única mulher, até ao momento, a ocupar o cargo de primeira-ministra em Portugal.

Maria de Lurdes Pintasilgo é reconhecida a nível nacional e internacional por defender diversas causas, entre as quais relacionadas com questões sociais, justiça social e intervenção das mulheres na sociedade.

O Prémio destina-se a distinguir entidades públicas e/ou privadas com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas atividades por si desenvolvidas.

O mesmo corrobora a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual».

Conforme consagrado nos artigos 1º e 9º da Constituição da República Portuguesa, a igualdade entre mulheres e homens constitui aspeto essencial da dignidade humana, devendo ser promovida pelo Estado como tarefa fundamental. Reforçam estes pressupostos a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Assim, conscientes de que a Igualdade de Género é igualmente missão das autarquias locais e nos termos da al. d) do nº 2 do artigo 23.º e das alíneas u), v) e k) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, foi aprovado o presente Regulamento em reunião da Câmara Municipal de Abrantes de de 2020 e na sessão de de ... de 2020 da Assembleia Municipal de Abrantes, nos termos da al. g) do nº 1 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.

Foi dado cumprimento ao disposto nos artº 98º e 101º do CPA.



Artigo 1º

Objeto

1. O presente regulamento tem como objeto estabelecer o conjunto de regras que regulam a atribuição do Prémio Municipal Maria de Lurdes Pintasilgo.
2. O **Prémio Municipal Maria de Lourdes Pintasilgo** visa distinguir instituições e entidades públicas e/ou privadas do concelho de Abrantes que implementem boas práticas na integração de medidas na promoção da igualdade e conciliação das necessidades quotidianas dos/as seus/suas trabalhadores/as com a atividade profissional, bem como a promoção do seu bem-estar físico e emocional.

Artigo 2º

Objetivos

1. Estimular as entidades públicas e privadas do concelho de Abrantes, para a promoção da Igualdade e não Discriminação entre homens e mulheres, para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e para a proteção da maternidade e paternidade.
2. Encorajar e reconhecer as entidades que já instituíram e/ou promovem na sua organização políticas de igualdade.
3. Despertar e incentivar outras entidades a instituírem políticas de igualdade e não discriminação no seu ambiente organizacional.
4. Dar a conhecer as mais valias no ambiente organizacional da implementação de políticas da igualdade de género.

Artigo 3º

Destinatários/as

Podem ser candidatas ao **Prémio Municipal Maria de Lourdes Pintasilgo** todas as entidades públicas e/ou privadas sediadas no concelho de Abrantes, desde que estejam legalmente constituídas.

Artigo 4º

Periodicidade

1. O **Prémio Municipal Maria de Lourdes Pintasilgo** será concedido bienalmente, com início no ano 2021.
2. O calendário de cada ciclo será aprovado pela Câmara Municipal no início de cada biênio e divulgado publicamente pelos meios habituais.



Artigo 5º **Candidaturas**

1. As candidaturas deverão ser apresentadas na plataforma de serviços online Abrantes360, através do preenchimento de formulário próprio aí disponível.
2. Os referidos formulários deverão ser acompanhados de documentação ou outros elementos que a entidade considere relevante para a apreciação e decisão do júri, nomeadamente:
 - a) Memória descritiva com identificação das medidas promovidas na promoção da igualdade e conciliação das necessidades quotidianas dos/as seus/suas trabalhadores/as com a atividade profissional, bem como a promoção do seu bem-estar físico e emocional;
 - b) Caracterização da estrutura organizacional da entidade (nº de trabalhadores/as, média de idades, etc.);

Artigo 6º **Composição e competências do júri**

1. O júri é composto pelos seguintes elementos:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal ou Vereador/a com o Pelouro da Ação Social;
 - b) A Conselheira Interna para a Igualdade de Género;
 - c) Um elemento a nomear bienalmente pelo Presidente da Câmara Municipal.
2. Compete ao júri:
 - a) Analisar as candidaturas apresentadas;
 - b) Solicitar esclarecimentos e elementos adicionais às entidades candidatas;
 - c) Proceder a visitas às entidades para verificar *in loco* a aplicação das medidas;
 - d) Elaborar relatório de avaliação das candidaturas;
 - e) Propor à Câmara Municipal a nomeação da entidade vencedora.

Artigo 7º **Atribuição do prémio**

1. O Prémio consistirá na atribuição de um montante pecuniário no valor de 500,00€, bem como, de um certificado de mérito, onde se atestará que a entidade é reconhecida como

um dos melhores locais do concelho de Abrantes para trabalhar no que diz respeito a igualdade de género e não discriminação.

2. Poderão ainda ser atribuídas menções honrosas às restantes entidades candidatas, caso o júri assim o entenda.

Artigo 8º

Critérios de avaliação

1. O júri irá avaliar as candidaturas segundo os seguintes critérios:
 - a) **Criatividade e originalidade** (CO - 20%)
 - Apresentam um projeto/medidas inovador/as – 15 pontos
 - Apresentam um projeto/medidas com aspetos similares a outros/as já desenvolvidos/as, mas com alguns aspetos inovadores – 5 pontos
 - O projeto não apresenta qualquer aspeto criativo ou inovador – 0 pontos
 - b) **Número de pessoas beneficiárias** (NPB – 30%)
 - 25 ou mais beneficiários/as – 20 pontos
 - Entre 5 e 24 beneficiários – 10 pontos
 - Menos de 5 beneficiários/as – 0 pontos
 - c) **Impacto na comunidade** (económico, social e/ou de replicabilidade) (IC - 20%)
 - Com impacto na comunidade (apresenta evidências) – 20 pontos
 - Sem impacto na comunidade – 0 pontos
 - d) **Continuidade temporal da ação desenvolvida** (CT - 30%)
 - Ação que passará a fazer parte da organização do trabalho da entidade – 20 pontos
 - Ação com alguma temporalidade, mas sem carácter permanente – 10 pontos
 - Ação sem temporalidade – 0 pontos
2. A classificação final de cada candidatura resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (CO*10\%) + (NPB*20\%) + (IC*20\%) + (CT*20\%) / 4$$



Artigo 9º
Entrega do prémio

A entrega do prémio e/ou menções honrosas será realizada no âmbito das celebrações do Dia Municipal para a Igualdade - 24 de outubro- em local e data a definir.

Artigo 10º
Vigência

A iniciativa vigorará pelo período de 1 biénio, renovável por biénio, caso nada seja dito no fim do tempo previsto.

Artigo 11º
Direitos de utilização

O Município de Abrantes pode fazer uso dos elementos das candidaturas apresentadas desde que respeite as normas aplicáveis relativas aos Direitos de autor, bem como, o respeito pelos direitos decorrentes da proteção de dados.

Artigo 12º
Consulta do regulamento

O regulamento poderá ser consultado no site do Município de Abrantes, <http://cm-abrantes.pt/> e no Portal da Igualdade <http://igualdade.cm-abrantes.pt/>.

Artigo 13º
Casos Omissos

As omissões ou dúvidas surgidas na interpretação do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal, quando for o caso.

Artigo 14º
Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

(doc.)

Sessão ordinária – 10 de setembro de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. - Projeto do Regulamento da estrutura de atendimento - "Serviço de Atendimento à Vítima de Abrantes"

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea g), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **Projeto do Regulamento da estrutura de atendimento - "Serviço de Atendimento à Vítima de Abrantes"**, conforme documento anexo.

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Pl. 1/91

Man

REGULAMENTO

Serviço de Atendimento à Vítima de Abrantes



CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES
DIVISÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Ed. 2/11

Regulamento da estrutura de atendimento

“Serviço de Atendimento à Vítima de Abrantes”

A estrutura de atendimento denominada “Serviço de Atendimento à Vítima de Abrantes” é uma resposta do Município de Abrantes, Pessoa Coletiva de Direito Público, com sede na Praça Raimundo Soares, 2200-366 Abrantes e rege-se pelas normas do presente regulamento e pela demais legislação aplicável.

O presente Regulamento da estrutura de atendimento “Serviço de Atendimento à Vítima de Abrantes” é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto nas alíneas k), u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º e nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos Artigos 96.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e no Artigo 9.º da Portaria n.º 197/2018, de 6 de julho do Decreto, que procede à regulamentação do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento contém as regras gerais de organização e funcionamento da estrutura de atendimento denominada “Serviço de Atendimento à Vítima de Abrantes”, adiante designada por Estrutura.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se às vítimas de violência doméstica e aos/às seus/suas filhos/as menores ou maiores portadores de deficiência na sua dependência, ao pessoal da Estrutura, às pessoas que se encontrem a desempenhar funções em regime de voluntariado e a todas as outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da estrutura de atendimento.

Artigo 3.º

Objetivos

O presente regulamento visa:

- a) Promover o respeito pelos direitos das vítimas e demais interessados/as;
- b) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento da Estrutura;
- c) Promover a participação das vítimas ou dos/as seus/suas representantes legais ao nível do funcionamento da Estrutura.

Artigo 4.º

Pessoas destinatárias

- 1 - A Estrutura destina-se a atender as vítimas de violência doméstica e todas as outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da estrutura de atendimento.
- 2 - As vítimas que se encontram em situação de risco têm prioridade de atendimento, apoio e reencaminhamento.
- 3 - A avaliação da situação de risco é efetuada nos termos do previsto no artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro.

Artigo 5.º

Serviços prestados e atividades desenvolvidas

- 1 - A Estrutura assegura a prestação dos seguintes serviços:
 - a) Atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica e outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da estrutura de atendimento;
 - b) Realização de diagnóstico das situações concretas das vítimas, desenvolvendo os esforços para serem asseguradas as condições essenciais face ao risco a que podem estar sujeitas;
 - c) Acompanhamento e ou encaminhamento das vítimas para a resposta adequada, perante cada caso em concreto e atendendo, entre outros fatores, ao seu bem-estar físico e psicológico, proteção e segurança;
 - d) Informação adequada às vítimas relativamente à tutela dos seus direitos, recursos e respostas;
 - e) Criação de condições para a inclusão, qualificação e ou reintegração das vítimas, de acordo com os seus interesses e potencialidades próprias.
- 2 - A Estrutura desenvolve, ainda, as seguintes atividades:
 - a) Promoção de ações de prevenção e estratégias de atuação face à violência doméstica;

b) Realização de conferências, ações de formação, plenários e publicações dirigidas aos/às profissionais e aos grupos de risco.

CAPÍTULO II

Processo de atendimento

Artigo 6.º

Condições de atendimento

Constituem condições de atendimento na Estrutura:

- a) A existência de um pedido de atendimento e ou apoio no âmbito da violência doméstica;
- b) A aceitação do presente regulamento, após tomada de conhecimento do seu conteúdo e demais legislação em vigor aplicável, no caso de atendimento e apoio prestado com caráter de continuidade.

Artigo 7.º

Atendimento

1 - Para efeitos de atendimento na Estrutura, deve ser preenchida uma ficha de admissão, devendo fazer prova das declarações efetuadas mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cartão de cidadão;
- b) Bilhete de identidade, se aplicável;
- c) Cartão de contribuinte, se aplicável;
- d) Cartão de utente do serviço nacional de saúde, se aplicável;
- e) Cartão de beneficiário/a da Segurança Social, se aplicável;
- f) Passaporte, se aplicável;
- g) Cartão de residência, se aplicável.

2 - Em situação de atendimento urgente, pode ser dispensado o preenchimento da ficha, sendo, desde logo, iniciado o processo para obtenção dos elementos em falta.



CAPÍTULO III

Instalações e regras de funcionamento

Artigo 8.º

Instalações

As instalações da Estrutura são compostas por:

- a) Gabinete de receção;
- b) Gabinete de atendimento;
- c) Instalações sanitárias para os utentes e instalações sanitárias para o pessoal;
- d) Gabinete de trabalho do pessoal.

Artigo 9.º

Horários de funcionamento

1 - A Estrutura funciona durante os cinco dias úteis da semana, exceto dias feriados, sete horas diárias entre as nove horas e as doze horas e trinta minutos e as catorze horas e as dezassete horas e trinta minutos, podendo o horário ser adequado e acordado com as vítimas de forma a possibilitar a conciliação com a sua vida profissional, pessoal e familiar.

Artigo 10.º

Pessoal

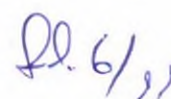
1 - O mapa de pessoal da Estrutura encontra-se afixado junto à porta principal da Estrutura, contendo a indicação dos recursos humanos existentes, formação, vínculo laboral, definidos de acordo com a legislação em vigor.

2 - O conteúdo funcional do mapa de pessoal é o seguinte:

- a) Indicação da coordenação técnica;
- b) Constituição da equipa técnica.

Artigo 11.º

Coordenação técnica





1 - A coordenação técnica da Estrutura compete a um/a técnico/a superior, nos termos da legislação em vigor, cujo nome, formação académica e conteúdo funcional se encontra afixado junto à porta principal da Estrutura.

2 - São atribuições do/a coordenador/a técnico/a:

- a) Coordenar a equipa técnica;
- b) Definir orientações técnicas de acordo com o modelo de intervenção das estruturas de atendimento;
- c) Assegurar a articulação com outras entidades.

Artigo 12.º

Equipa técnica

1 - A equipa técnica da Estrutura é constituída por:

- a) 1 Técnico/a Superior, exercendo funções a 100%
- b) 1 Técnico/a Superior, exercendo funções a 50%
- c) 4 Técnicos/as Superiores, exercendo cada um funções a 25%

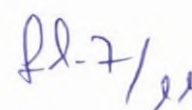
2 – Ao pessoal referido no número anterior compete, nomeadamente:

- a) Garantir o atendimento e acompanhamento das vítimas;
- b) Proceder à avaliação e gestão do grau de risco e das necessidades sociais das vítimas;
- c) Elaborar o plano de segurança quando, face à denúncia da prática do crime de violência doméstica, o mesmo não tiver sido desenvolvido pelos respetivos órgãos de polícia criminal, informando-os do mesmo;
- d) Elaborar o plano individual de intervenção;
- e) Avaliar periodicamente o plano de segurança da vítima específica e o plano individual de intervenção, procedendo aos ajustamentos necessários;
- f) Articular com as demais estruturas que relevem para o processo de acompanhamento, encaminhamento e autonomização da vítima.

3 - O atendimento e acompanhamento das vítimas previsto na alínea a) do número anterior não pode ter natureza de um processo alternativo de resolução de conflitos, incluindo a mediação e a conciliação, nem pode ser prestado simultaneamente, pela mesma equipa técnica, a vítimas e a agressores/as.

CAPÍTULO IV

Direitos e deveres



Artigo 13.º

Direitos das vítimas

As vítimas têm direito a:

- a) Atendimento personalizado;
- b) Apoio psicossocial;
- c) Encaminhamento para apoio médico, contando com a colaboração das instituições do Serviço Nacional de Saúde;
- d) Encaminhamento para apoio social e formativo, através do sistema de proteção social, possibilitando-lhe o acesso a benefícios sociais adequados bem como a programas de formação profissional;
- e) Informação sobre a legislação em vigor aplicável e com interesse para a sua situação específica;
- f) Privacidade, autonomia e autodeterminação na condução da sua vida pessoal e adequado à sua situação;
- g) Respeito pela sua identidade pessoal e reserva de intimidade privada, bem como pelos seus usos e costumes;
- h) Não ser, em momento algum, alvo de discriminação;
- i) Confidencialidade e sigilo absoluto sobre a sua condição e situação específica;
- j) Garantia das condições de um nível adequado de segurança em todo o processo, através de proteção policial e do plano de segurança;
- k) Encaminhamento para apoio no processo de legalização das vítimas de violência domésticas estrangeiras que não o tenham regularizado, contando com a colaboração dos serviços competentes;
- l) Encaminhamentos adequados às suas necessidades.

Artigo 14.º

Deveres das vítimas

Constituem deveres das vítimas:

- a) Cumprir com as regras constantes do presente regulamento;
- b) Colaborar com a estrutura de atendimento no decurso do seu processo, agindo sob os ditames da boa fé;
- c) Não omitir factos de importância relevante para a intervenção técnica adequada;
- d) Não divulgar ao/à alegado/a agressor/a a identidade dos/as técnicos/as que acompanham o seu processo;



- e) Respeitar tempos, espaços técnicos e objetivos de intervenção de forma a viabilizar a execução continuada da intervenção;
- f) Não divulgar a identidade e situação de vida de outras/os vítimas e seus e suas filhos/as;
- g) Apresentar dados reais e fidedignos durante o processo de atendimento e acompanhamento;
- h) Disponibilizar documentação e contactos solicitados pela equipa técnica, para que esta possa intervir no melhor interesse das vítimas;
- i) Trabalhar conjuntamente com a equipa técnica na concretização do seu Plano Individual de Intervenção;
- j) Utilizar de forma correta as instalações e equipamentos da Estrutura;
- k) Não discriminar qualquer elemento da equipa da Estrutura designadamente por questões relativas à sua ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia, idioma, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, cultura e nível educacional.

Artigo 15.º

Direitos do pessoal da Estrutura

1 - O pessoal da Estrutura tem direito a:

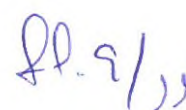
- a) Participar e ser informado das decisões que, pela sua natureza, sejam decisivas para a vítima de violência doméstica;
- b) Ser tratado com respeito, urbanidade e não discriminação, independentemente da sua ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia, idioma, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, cultura e nível educacional;
- c) Ser informado da atualização de dados processuais relevantes para intervenção técnica, proteção e segurança da vítima.

Artigo 16.º

Deveres do pessoal da Estrutura

Constituem deveres do pessoal da Estrutura para com as vítimas:

- a) Dar a conhecer o presente regulamento;
- b) Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- c) Assegurar à vítima, no âmbito das suas competências, um atendimento personalizado e ou encaminhamento adequado às suas necessidades e avaliação do risco;





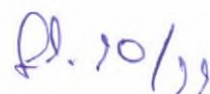
- d) Dar cumprimento às normas e indicações que lhe forem sendo dirigidas pelas entidades policiais e ou órgãos judiciais;
- e) Dar cumprimento às normas e orientações que forem emanadas pelos serviços da segurança social e do organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género;
- f) Assegurar a segurança da vítima, no decurso do processo de atendimento, acolhimento, acompanhamento e ou encaminhamento;
- g) Garantir a igualdade de tratamento, independentemente da sua ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia, idioma, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, cultura e nível educacional;
- h) Respeitar cada vítima na sua autonomia, individualidade, desejos, ideias e concepções morais e religiosas;
- i) Respeitar a vontade expressa da vítima em não partilhar a sua história e/ou pedido de ajuda com familiares e/ou outras pessoas das suas relações;
- j) Garantir à vítima o reconhecimento e respeito pelo tempo próprio de amadurecimento da tomada de decisão quanto às mudanças necessárias para a solução ou minimização do processo de violência;
- k) Proporcionar à vítima o acesso a informações de carácter geral e específico, relativamente à problemática apresentada;
- l) Proporcionar à vítima esclarecimentos e sensibilização quanto à avaliação de risco e elaboração de plano de segurança adequado e realista;
- m) Garantir à vítima a não divulgação da sua identidade e história de vida, exceto em situações legalmente estabelecidas e com o seu conhecimento;
- n) Proporcionar à vítima um processo único que, sendo um recurso da equipa técnica, torna desnecessária a repetição da sua história, evitando assim episódios de vitimação secundária;
- o) Trabalhar conjuntamente com as vítimas na concretização do seu Plano Individual de Intervenção.

Artigo 17.º

Cessação da intervenção

A intervenção da Estrutura cessa numa das seguintes situações:

- a) Verificação das condições necessárias e efetivas para a autonomização das vítimas, na sequência da avaliação técnica da situação, concluindo-se que não existe necessidade justificativa para a continuidade do acompanhamento;





- b) Verificação das condições necessárias e efetivas para o acolhimento da vítima em casa de abrigo ou outra estrutura ou resposta que se revele adequada;
- c) Incumprimento grave e reiterado das regras estabelecidas no presente regulamento;
- d) Manifestação de vontade da vítima, proferida de forma expressa.

Artigo 18.º

Livro de reclamações

Nos termos da legislação em vigor, a Estrutura possui livro de reclamações, que pode ser solicitado junto da Coordenação da Estrutura sempre que desejado.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 19.º

Alterações ao regulamento

- 1 - Nos termos do regulamento e da legislação em vigor, os responsáveis da Estrutura devem informar as vítimas ou os seus representantes legais sobre quaisquer alterações ao presente regulamento.
- 2 - As alterações referidas no número anterior devem ser comunicadas às entidades competentes: serviços competentes da segurança social e ao organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género.

Artigo 20.º

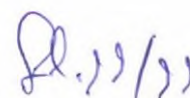
Integração de lacunas

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas são supridas pelo Município de Abrantes, de acordo com a legislação em vigor sobre a matéria.

Artigo 21.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.



Sessão ordinária – 10 de setembro de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. – Autorização para assunção de compromisso plurianual - “Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança” para equipamentos e edifícios municipais

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e o disposto no n.º 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção de compromisso plurianual no âmbito da abertura de procedimento para celebração de contrato de “Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança” para equipamentos e edifícios municipais.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 10 de setembro de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**5. – Aprovação dos documentos finais do Plano Municipal de Defesa da Floresta
Contra Incêndios - PMDFCI 2021-2030**

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 10º nº 2 do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na redação atual, após parecer prévio da CMDF, parecer positivo vinculativo do ICNF, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal delibera **aprovar** a **revisão do PMDFCI**, conforme documento anexo.

Votação: *Aprovada por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/170

**PLANO MUNICIPAL DE DEFESA
DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

Caderno I Diagnóstico 2021-2030 *Informação de base*

**CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES
JANEIRO 2021**



COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS



FREGUESIAS

ABRANTES E ALFERRAREDE

ALDEIA DO MATO E SOUTO

ALVEGA E CONCAVADA

BEMPOSTA

CARVALHAL

FONTES

MARTINCHEL

MOURISCAS

PEGO

RIO DE MOINHOS

SÃO FACUNDO E VALE DAS

MÓS

SÃO MIGUEL DO RIO TORTO

E ROSSIO AO SUL DO TEJO

TRAMAGAL



Índice

1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	6
1.1. Enquadramento Geográfico.....	6
1.2. Hipsometria	9
1.3. Declive	12
1.4. Exposição.....	15
1.5. Hidrografia	17
2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA	24
2.1. Temperatura do Ar.....	24
2.2. Humidade relativa do ar.....	24
2.3. Precipitação	26
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	30
3.1. População residente e densidade populacional.....	30
3.2. Índice de Envelhecimento e sua Evolução	32
3.3. População por Sectores de Atividade(%).....	35
3.4. Taxa de Analfabetismo	38
3.5. Romarias e Festas	41
4. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO, REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO FLORESTAL.....	48
4.1. Ocupação do Solo	48
4.2. Povoamentos Florestais	51
4.3. Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 (ZPE+ZEC) e Regime Florestal	53
4.4. Instrumentos de Planeamento Florestal	54
4.4.1. Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)	54
4.5. Equipamentos Florestais de Recreio, Zonas de Caça e de Pesca	56
5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CASUALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	58

5.1. Área Ardida e Número de Ocorrências – Distribuição	58
5.1.1. Anual.....	58
5.1.2. Mensal	64
5.1.3. Semanal	64
5.1.4. Diária.....	64
5.1.5. Horária	65
5.2. Área Ardida em Espaços Florestais.....	70
5.3. Área Ardida e Número de Ocorrências por Classes de Extensão	70
5.4. Pontos Prováveis de Início e Causas.....	70
5.5. Fontes de Alerta.....	76
5.6. Grandes incêndios (área superior ou igual a 100 ha) – Distribuição.....	77
5.6.1. ANUAL	77
5.6.2. Mensal	77
5.6.3. Semanal	78
5.6.4. Horária	78

Figuras

Figura 1 - Enquadramento Nacional do Concelho de Abrantes	6
Figura 2 - Enquadramento geográfico	8
Figura 3 - Hipsometria	11
Figura 4 - Declives (Graus)	13
Figura 5 - Exposições.....	16
Figura 6 - Hidrografia	17
Figura 7 - População Residente (1991/2001/2011) e Densidade Populacional (2011).....	31
Figura 8 - Índice de envelhecimento e sua evolução	34
Figura 9 - População por sectores de Atividade(%).....	37
Figura 10 - Taxa de Analfabetismo	40
Figura 11 - Romarias e Festas - Distribuição Mensal.....	42
Figura 12 - Romarias e festas – Risco Potencial.....	43
Figura 13 - Ocupação do Solo	49
Figura 14 - Povoamentos Florestais	52
Figura 15 - Instrumentos de Planeamento Florestal	55
Figura 16 - Equipamentos Florestais de Recreio, Zonas de Caça e de Pesca	57
Figura 17 – Área Ardida (2010 – 2020).....	73
Figura 18 - Pontos Prováveis de início e Causas	73
Figura 19 - Grandes incêndios(área superior a 100 ha) – 2010-2020	79

Tabelas

Tabela 1 – Freguesias do Concelho de Abrantes e respetivas áreas	7
Tabela 2 - Área/Extensão das Principais Massas de Água e Cursos de Água	18
Tabela 3 - Valores da frequência e da velocidade mensal para cada vertente (1961 a 1990)	28
Tabela 4 - População Residente (1991/2001/2011)	32
Tabela 5 - Índice de Envelhecimento (1991/2001/2011)	35
Tabela 6 - Percentagem de População por Setor de Atividade – (2011)	39
Tabela 7 - Taxa de Analfabetismo (%) (1991/2001/2011)	41
Tabela 8 - Festas e Romarias	44
Tabela 9 - Ocupação do solo por freguesia	50
Tabela 10 - Ocupação do Solo, por freguesia, por Povoamento Florestal	53
Tabela 11 - Nº Total de Incêndios e Causas, por Freguesia (2010 a 2020)	74
Tabela 12 - Distribuição Anual dos Grandes incêndios (> 100ha) – 2010 a 2020	80
Tabela 13 - Distribuição mensal dos grandes incêndios (> 100ha) – 2010 a 2020	82

Gráficos

Gráfico 1 – Perfil Norte-Sul	10
Gráfico 2 – Perfil Oeste-Este (Sul do Concelho)	10
Gráfico 3 – Perfil Oeste-Este (Tejo)	10
Gráfico 4 – Distribuição das Classes Hipsométricas (km ² e %)	12
Gráfico 5 – Declive em Graus	14
Gráfico 6 – Exposições	17
Gráfico 7 – Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos (1971 – 2000)	24
Gráfico 8 – Valores médios mensais da humidade relativa do ar às 9h 18 h (1961-1990)	25
Gráfico 9 – Valores médios mensais da humidade relativa do ar às 9h (1971-2000)	26
Gráfico 10 – Precipitação mensal e máxima diária (1971-2000)	27
Gráfico 11 – Ventos predominantes (1961-1990)	27
Gráfico 12 – População Residente – Distrito (1991/2001/2011)	30
Gráfico 13 – Índice de Envelhecimento – Distrito (1991/2001/2011)	33
Gráfico 14 – Percentagem de População por Setor de Atividade – Distrito de Santarém (2011) ..	35
Gráfico 15 – Percentagem de População por Setor de Atividade – Concelho de Abrantes (2011)	36
Gráfico 16 – Taxa de Analfabetismo - Continente (1991/2001/2011)	39
Gráfico 17 – Taxa de Analfabetismo – Distrito (1991/2001/2011)	39
Gráfico 18 – Percentagem de Ocupação do Solo	48
Gráfico 19 – Ocupação do solo por freguesia	50
Gráfico 20 – Ocupação do solo, por freguesia, por Povoamento Florestal	53
Gráfico 21 – Distribuição Anual da Área Ardida e Número de Ocorrências (2010-2020)	61
Gráfico 22 – Distribuição Anual da Área Ardida e Número de Ocorrências, por Freguesia (2010-2020)	62

Gráfico 23 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências por espaços florestais e por freguesia em cada 100ha (2010 – 2020)	63
Gráfico 24 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2020 e média 2010-2019.....	66
Gráfico 26 – Diário acumulado 2010-2020.....	68
Gráfico 27 – Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências (2010-2020)	69
Gráfico 25 – Distribuição da área ardida em espaços florestais (1910-2020).....	71
Gráfico 29 – Distribuição da área ardida e do n.º de Ocorrências por Classes de Extensão (2010 - 2020).....	72
Gráfico 30 – Distribuição do nº de Ocorrências por Fonte de Alerta (2010-2020)	76
Gráfico 31 – Distribuição do n.º de Ocorrências por Fonte e Hora de Alerta (2010-2020)	77
Gráfico 32 – Distribuição Anual dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020	81
Gráfico 33 – Distribuição Mensal dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020	83
Gráfico 34 – Distribuição Semanal dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020	84
Gráfico 35 – Distribuição Horária dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020	85

1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho de Abrantes localiza-se no distrito de Santarém ocupando uma área de 71.470,88 ha o que corresponde a 10,64% da área total do distrito.

Pertence à NUT nível II “Lisboa e Vale do Tejo” e “NUT III “Médio Tejo”. É constituído por 13 freguesias (figura 1 e tabela 1).

Figura 1 - Enquadramento Nacional do Concelho de Abrantes

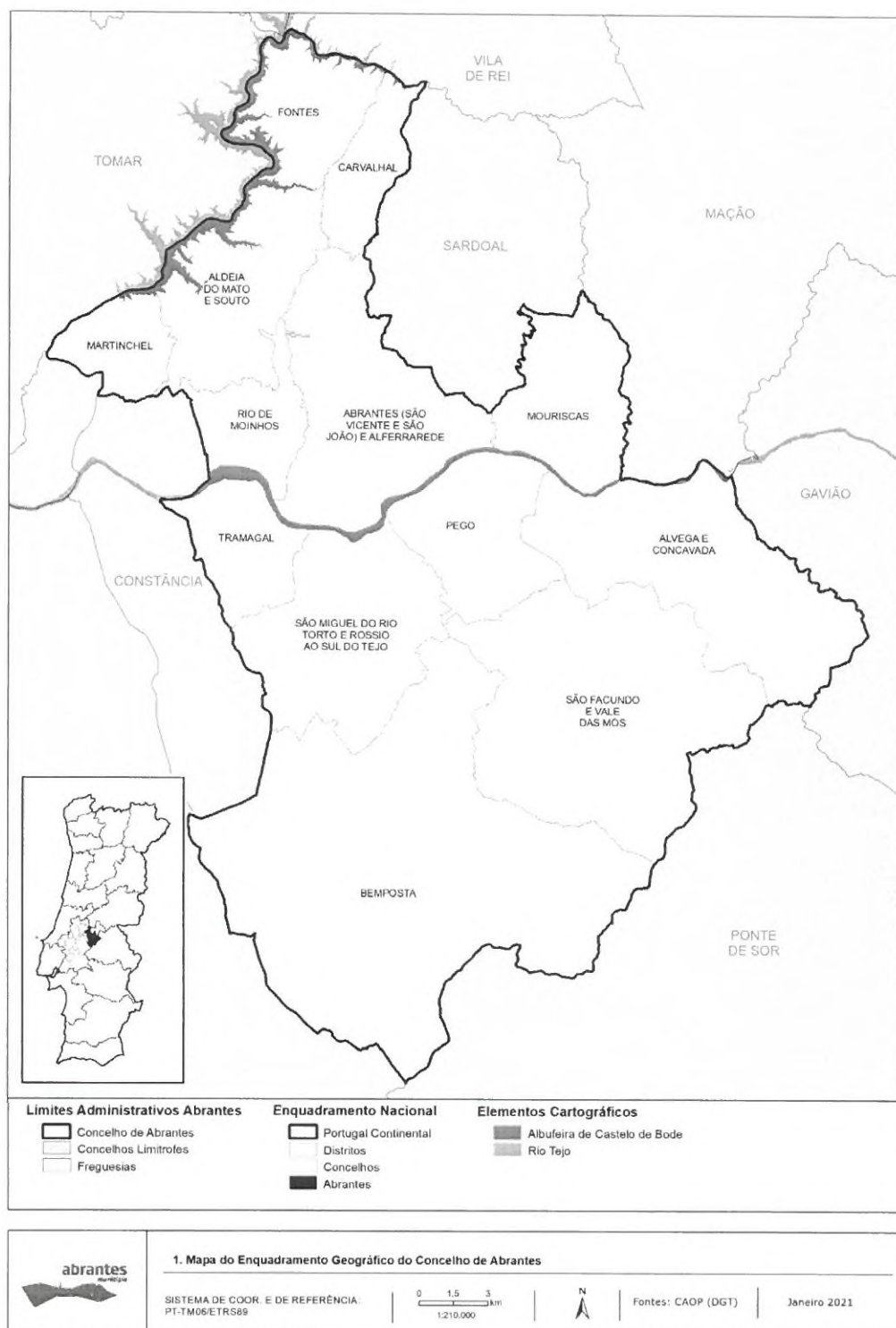


Tabela 1 – Freguesias do Concelho de Abrantes e respetivas áreas

Freguesia	Área (km)	%
Aldeia do Mato e Souto	44,8	6,3
Alvega e Concavada	75,9	10,6
Bemposta	187,5	26,2
Martinchel	17,1	2,4
Mouriscas	35	4,9
Pego	36	5,0
Rio de Moinhos	20	2,8
Tramagal	24,1	3,4
Fontes	28,5	4,0
Carvalhal	17,5	2,5
Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	64,5	9,0
São Facundo e Vale das Mós	104,9	14,7
São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	58,9	8,2
Total	714,7	100

Geograficamente Abrantes é delimitado a Norte pelos concelhos de Ferreira do Zêzere e Vila de Rei; a Nordeste pelos concelhos de Sardoal e Mação; a Este pelo concelho de Gavião; a sudeste pelo concelho de Ponte de Sor; a sudoeste pelo concelho da Chamusca; a oeste pelos concelhos de Constância e Vila Nova da Barquinha e a noroeste pelo concelho de Tomar.

Figura 2 - Enquadramento geográfico



Abrantes possui um perímetro aproximado de 183 km, um comprimento máximo Norte-Sul de 46Km e Este-Oeste de 36Km, variando entre uma altitude máxima de 310m e mínima de 5m.

Do ponto de vista dos recursos naturais, usufrui de dois dos maiores recursos hídricos do País:

- o rio Tejo que atravessa o concelho numa extensão de cerca de 30km;
- o rio Zêzere que possui uma albufeira cuja margem confina com o concelho.

Na Lei orgânica do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) o concelho enquadra-se na Circunscrição Florestal do Sul, Núcleo Florestal do Ribatejo e Oeste e Área Metropolitana de Lisboa. Está na abrangência da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT).

1.2. HIPSOMETRIA

A análise hipsométrica consiste no agrupamento de zonas territoriais homogêneas no que respeita aos valores da sua altitude em relação ao nível médio do mar. Devido às suas múltiplas influências, este parâmetro desempenha um papel fulcral no âmbito do planeamento e gestão florestal. O concelho de Abrantes apresenta variabilidade em termos de altitude, a qual aumenta gradualmente no sentido sul – norte.

O território desenvolve-se entre as cotas 5 e 40 nas zonas mais baixas do vale do Tejo e entre as cotas 250 e 310m a Norte, na zona do Carvalhal e no extremo Su-sudeste. As cotas mais baixas, as designadas planícies, correspondem ao vale do rio Tejo e dos seus afluentes: Zêzere, Rio Torto, Ribeira de Coalhos, Ribeira do Fernando, Ribeira do Carregal e Ribeira da Lampreia.

A análise da figura 3 e do gráfico 1 a 4 permitem concluir a existência de um relevo mais acidentado a Norte do Rio Tejo, verificando-se as maiores diferenças de altitude, entre festos e talwegues. Na orografia para além destas duas realidades: Norte e Sul, alvitra uma terceira, a envolvente ao Rio Tejo.

Gráfico 1 – Perfil Norte-Sul

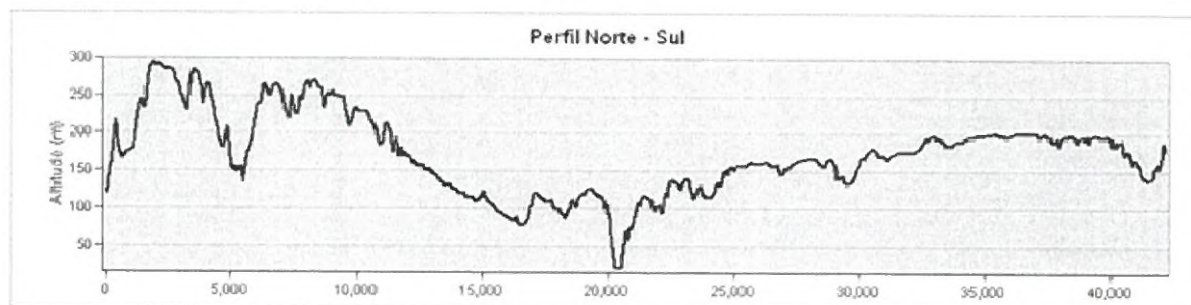


Gráfico 2 – Perfil Oeste-Este (Sul do Concelho)

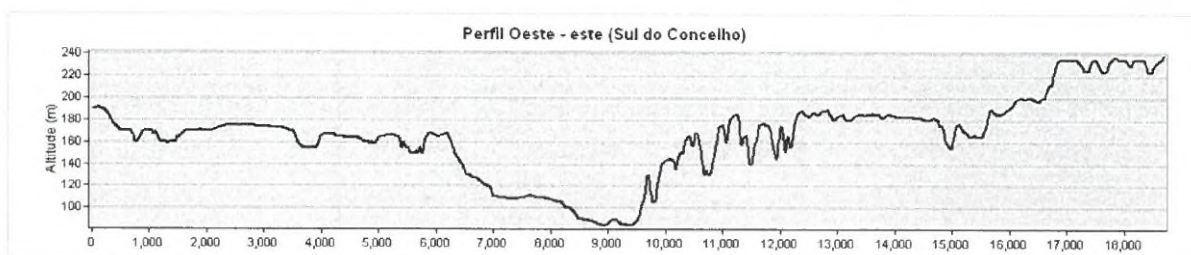


Gráfico 3 – Perfil Oeste-Este (Tejo)

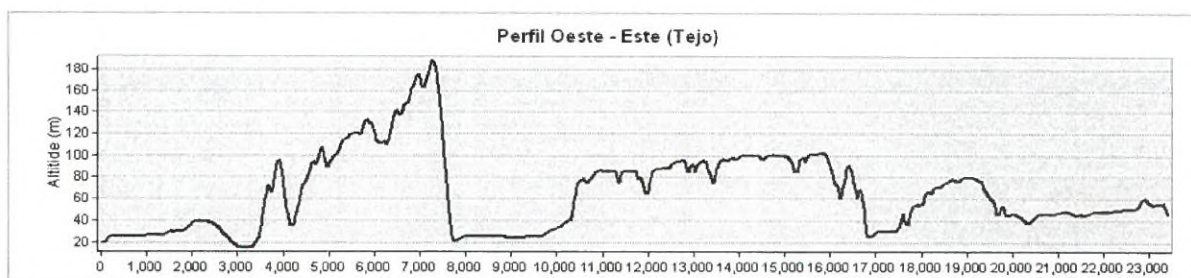


Figura 3 - Hipsometria

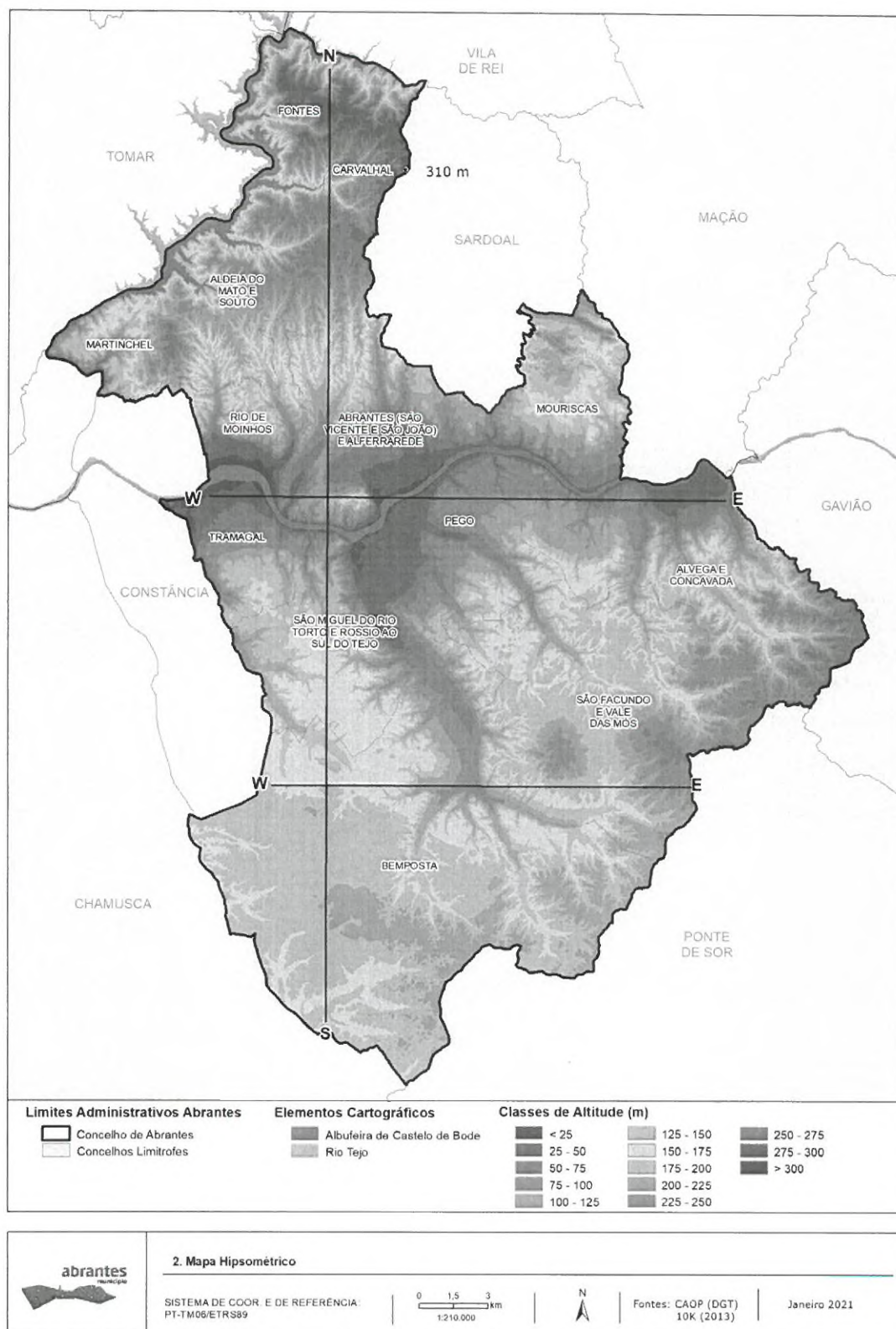
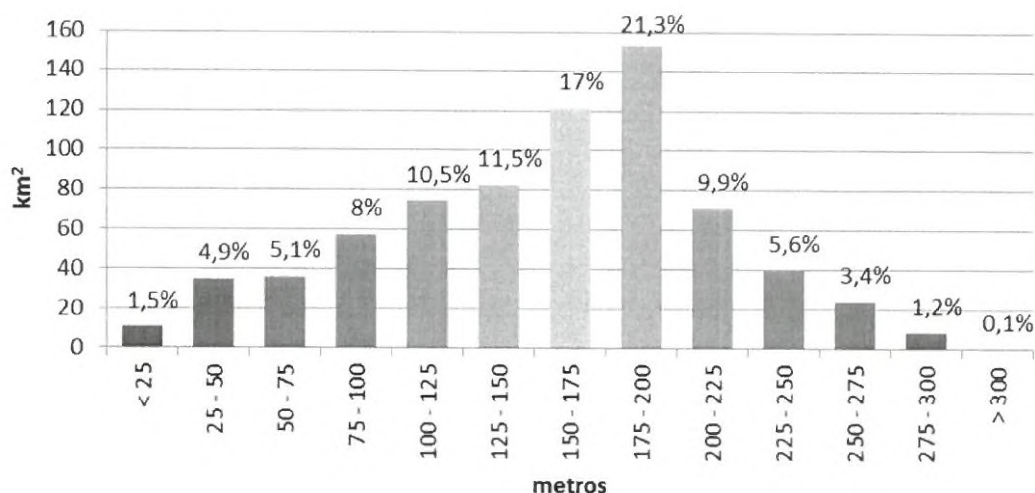


Gráfico 4 – Distribuição das Classes Hipsométricas (km² e %)



O agrupamento das curvas de nível em intervalos de classes permite constatar a prevalência do intervalo entre 150-200 metros localizado maioritariamente nas áreas a sul do Vale do Tejo, quase até ao limite sul/sudeste do concelho.

1.3. Declive

O declive relaciona a diferença entre a variação das cotas altimétricas e representa um dos parâmetros mais importantes em termos fisiográficos.

No concelho de Abrantes os declives mais acentuados (> 20%) dominam na zona norte, nomeadamente na zona da barragem do Castelo de Bode, Rio Zêzere, definindo as margens dos cursos de água. À medida que nos deslocamos para sul, o relevo é mais suave, embora apresente algumas linhas de água com margens bem definidas, caso do Rio Tejo, Rio Torto, Ribeira de Coalhos, Ribeira do Fernando, Ribeira do Carregal e Ribeira da Lampreia.

pl. 15/170

Na produção da figura anterior foram utilizadas as seguintes classes de declives (em graus):

Classe 0 a 5 – Valor 2 - zonas planas ou com declive reduzido;

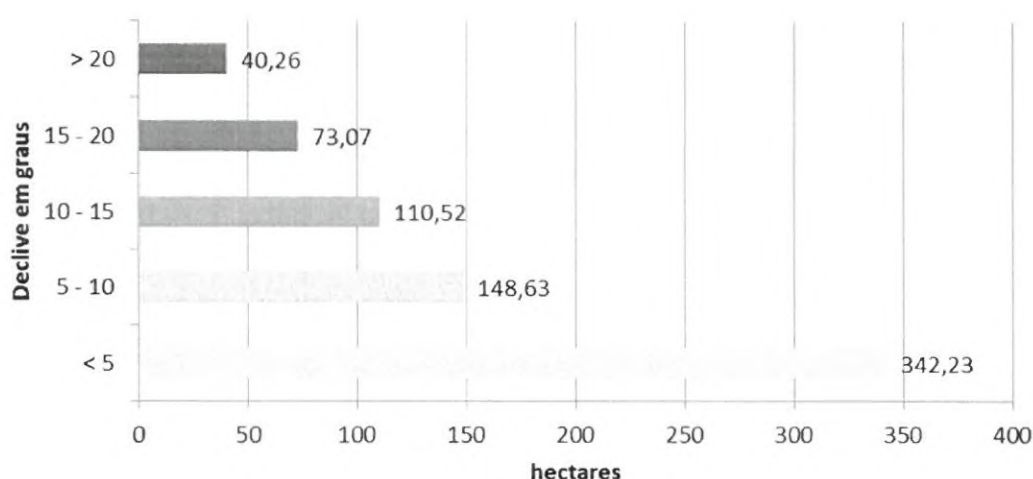
Classe 5 a 10 – Valor 3 - zonas de declive fraco a moderado

Classe 10 a 15 – Valor 4 - zonas de declive moderado

Classe 15 a 20 – Valor 5 - zonas de declive moderado a forte

Classe 20 e superiores – Valor 6 - declive muito forte

Gráfico 5 – Declive em Graus



O declive é uma variável com um peso muito considerável sendo que o risco de incêndio aumenta quanto mais acentuado é o declive dado que este favorece a progressão do fogo, quer devido à aproximação dos combustíveis das chamas, quer devido aos ventos que provocam correntes de convecção favorecendo a subida do fogo pelas vertentes. Além disso, o combate nas zonas declivosas também é bastante difícil sendo necessários equipamentos de combate mais especializados.

Da análise do mapa de declives pode depreender-se que as zonas com maior declive correspondem ao norte do concelho e a cursos de água permanentes, coincidindo com as áreas de maiores manchas florestais de povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto.

O declive um fator com grandes implicações ao nível da DFCI, visto que a propagação de incêndios é fortemente favorecida por este fator, ou seja, declives acentuados conduzem a:

- **Dificuldade** de acessos;

- **Maior** continuidade vertical dos combustíveis;
- **Maior** dificuldade de extinção;
- **Um forte** incremento da velocidade de propagação.

1.4. EXPOSIÇÃO

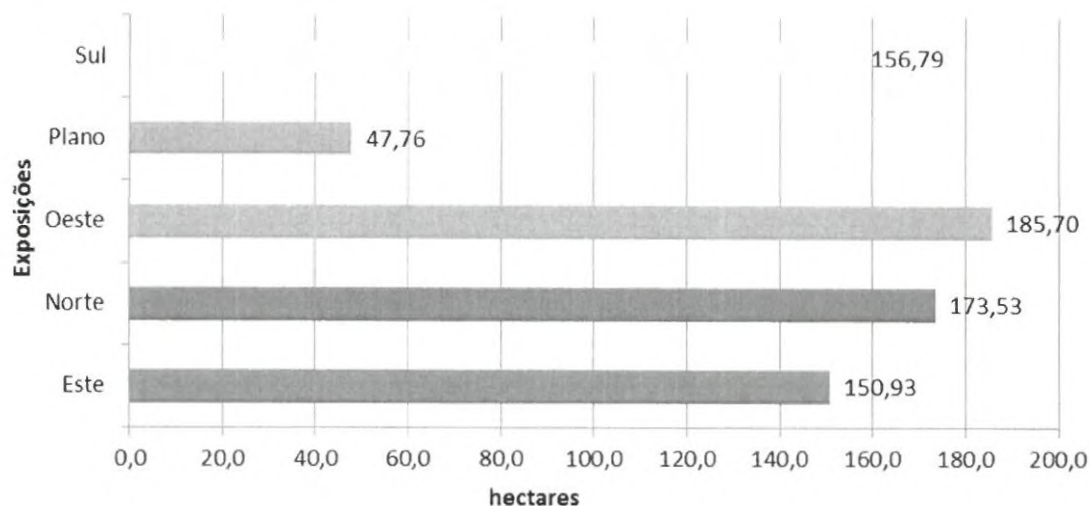
A exposição aliada ao declive é um dos atributos que influencia, com alguma relevância, o risco de incêndio já que a quantidade de radiação solar recebida varia conforme a exposição. Segundo Botelho (1992) as vertentes a sul e sudoeste são mais ensolaradas e mais secas, com abundância de espécies esclerófitas, sendo por isso mais favoráveis à propagação do fogo do que as vertentes viradas a norte e nordeste, com maiores teores de humidade e menores temperaturas, ardendo por isso mais lentamente.

De acordo com a figura 5 e gráfico 6 podemos verificar que no concelho de Abrantes a zona norte está predominantemente exposta a oeste e este, já na zona sul verifica-se a predominância da exposição a norte, sul e oeste. Estas características revelam que este território recebe anualmente um número elevado de horas de sol, tornando-o num território quente e seco com elevadas probabilidades de ocorrência de incêndios florestais.

Figura 5 - Exposições



Gráfico 6 – Exposições



1.5. HIDROGRAFIA

O território de Abrantes insere-se na bacia hidrográfica do rio Tejo. O concelho divide-se em 3 bacias principais:

- as que drenam para o Tejo;
- as que drenam para a albufeira de Castelo de Bode (a noroeste);
- as que drenam para o concelho da Chamusca (a sudoeste)

O principal curso de água que atravessa o concelho é o Tejo com uma orientação nascente – poente. Apresenta uma rede hidrográfica bem desenvolvida e relativamente densa. No entanto nem todas as linhas de água são perenes.

O fato deste território possuir diversos cursos de água, resulta no aumento dos teores de humidade ao longo dos respetivos percursos e logo, no desenvolvimento de massa vegetal nas suas margens. Este material traduz-se assim na formação de “corredores” vegetais que estabelecem uma continuidade vertical e horizontal de combustível, potenciando a propagação e intensidade dos incêndios.

Figura 6 - Hidrografia

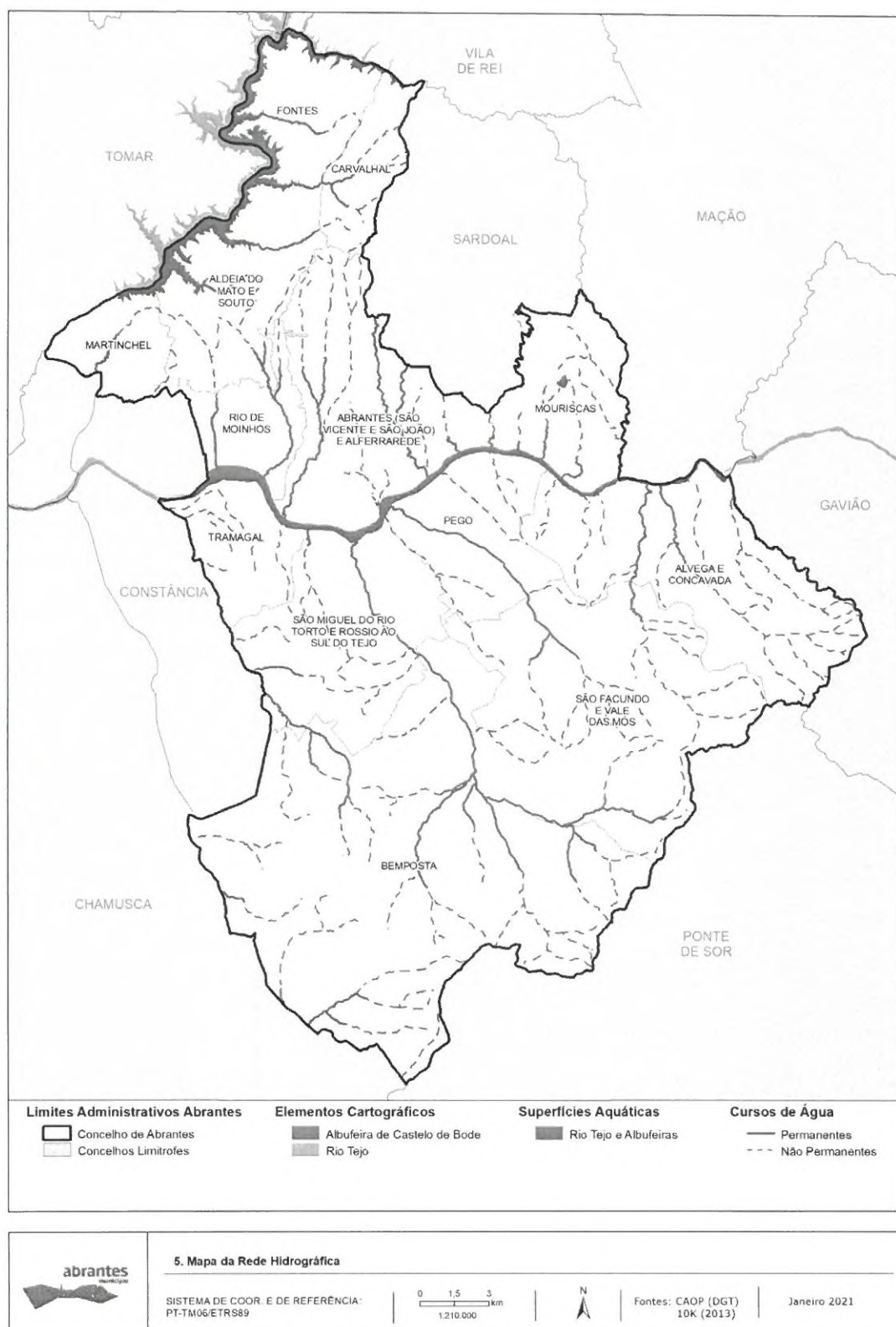


Tabela 2 - Área/Extensão das Principais Massas de Água e Cursos de Água

Designação		Área/Extensão
Superfícies aquáticas (ha)	Rio Tejo	682,45
	Albufeira do Castelo de Bode	913,65
	Barragem do Negrelinho	15,15
	Barragem da Lapa	4,30
	Σ	1615,55
Principais cursos de água permanentes e não permanentes (km)	Ribeira da Abitureira	Não Permanente 3,57
		Permanente 11,54
	Ribeira da Abrançalha	Não Permanente 22,91
		Σ 34,45
	Ribeira da Amoreira (Rio de São Facundo)	Não Permanente 3,07
		Permanente 3,37
	Ribeira da Amoreira (Rio de Moinhos)	Não Permanente 6,44
		Σ 9,80
		Permanente 2,22
	Ribeira da Bemposta	Não Permanente 2,74
		Σ 4,95
		Permanente 2,86
	Ribeira da Brunheta	Não Permanente 2,04
		Σ 4,90
	Ribeira da Caniceira	Permanente 1,86
		Permanente 1,89
	Ribeira da Chaminé	Não Permanente 9,78
		Σ 11,67
	Ribeira da Concavada	Não Permanente 2,93
		Permanente 2,07
	Ribeira da Cumiada	Não Permanente 3,86
		Σ 5,93
	Ribeira da Esteveira	Não Permanente 7,79
	Ribeira da Favaqueira	Não Permanente 6,48
		Permanente 2,74
	Ribeira da Ferraria	Não Permanente 1,94
		Σ 4,68
	Ribeira da Galhoufa	Não Permanente 4,05
	Ribeira da Lampreia	Não Permanente 11,65
	Ribeira da Quinta Velha	Não Permanente 2,10

Ribeira da Sanguinheira	Não Permanente	6,29
Ribeira da Terra Nova	Não Permanente	5,21
Ribeira da Vide	Permanente	1,27
	Não Permanente	0,19
	Σ	
Ribeira da Vidigueira	Não Permanente	1,87
Ribeira das Bicas	Permanente	3,15
Ribeira das Lameiras	Não Permanente	4,47
	Permanente	0,54
Ribeira das Morcegas	Não Permanente	1,37
	Σ	1,91
Ribeira das Necessidades	Não Permanente	1,75
Ribeira das Sentieiras	Permanente	5,94
Ribeira de Água Branca	Não Permanente	4,47
Ribeira de Alcolobre	Permanente	7,71
Ribeira de Alferrarede	Permanente	3,63
Ribeira de Alvega	Permanente	2,98
	Permanente	0,89
Ribeira de Arcês	Não Permanente	8,11
	Σ	9,01
	Permanente	0,53
Ribeira de Cadouços	Não Permanente	10,45
	Σ	10,98
Ribeira de Carvalho	Não Permanente	5,65
Ribeira de Chainça/Alferrarede	Não Permanente	5,52
	Permanente	11,98
Ribeira de Coalhos	Não Permanente	0,98
	Σ	12,97
Ribeira de Fernão Dias	Não Permanente	9,35
Ribeira de Muge	Permanente	2,73
Ribeira de Rio de Moinhos	Permanente	4,68
	Permanente	1,03
Ribeira de S. Miguel (oeste)	Não Permanente	7,03
	Σ	8,06
	Permanente	0,65
Ribeira de Tojeiras	Não Permanente	8,06

	Σ	8,72
Ribeira de Ulme	Permanente	1,23
	Não Permanente	3,59
	Σ	4,81
Ribeira de Vale das Cavadas	Não Permanente	3,29
Ribeira de Vale de Açor	Permanente	1,99
	Não Permanente	1,09
	Σ	3,08
Ribeira de Vale de Cortoiços	Não Permanente	6,02
Ribeira de Vale de Rãs	Não Permanente	0,99
Ribeira de Vale de Salgueira	Não Permanente	4,56
Ribeira de Vale de Zebro	Não Permanente	2,70
Ribeira de Vale Seco	Permanente	2,53
	Não Permanente	1,93
	Σ	4,46
Ribeira de Vales	Não Permanente	2,24
Ribeira do Alcamim	Não Permanente	5,09
Ribeira do Balancho	Permanente	3,70
	Não Permanente	3,35
	Σ	7,06
Ribeira do Braçal	Não Permanente	3,78
Ribeira do Brunheirinho	Permanente	2,14
	Não Permanente	6,23
	Σ	8,37
Ribeira do Cabeço Redondo	Não Permanente	2,99
Ribeira do Caldeirão	Não Permanente	5,96
Ribeira do Carregal	Permanente	1,61
	Não Permanente	4,64
	Σ	6,25
Ribeira do Carregal do Meio	Não Permanente	1,61
Ribeira do Carvalhal	Permanente	1,42
	Não Permanente	2,11
	Σ	3,53
Ribeira do Casalão	Permanente	4,73
Ribeira do Crucifixo	Não Permanente	1,25

	Permanente	0,45
Ribeira do Fato	Não Permanente	4,30
	Σ	4,75
	Permanente	7,67
Ribeira do Fernando	Não Permanente	1,06
	Σ	8,73
	Permanente	1,72
Ribeira do Negrelinho	Não Permanente	3,42
	Σ	5,14
	Permanente	1,23
Ribeira do Pereiro	Não Permanente	5,85
	Σ	7,08
Ribeira do Pimenta	Não Permanente	0,01
Ribeira do Pouchão	Não Permanente	4,30
	Permanente	2,34
Ribeira do Rio Frio	Não Permanente	16,35
	Σ	18,69
Ribeira do Salvadorinho	Não Permanente	5,29
Ribeira do Sardoal	Permanente	3,32
Ribeira do Tamanzim	Não Permanente	6,25
Ribeira do Tramagal	Não Permanente	6,73
Ribeira do Vale da Estrada	Não Permanente	4,63
Ribeira do Vale da Fonte	Não Permanente	3,22
	Permanente	2,48
Ribeira do Vale da Horta (Bemposta)	Não Permanente	2,45
	Σ	4,92
Ribeira do Vale da Margem	Não Permanente	5,94
	Permanente	0,57
Ribeira do Vale da Mua	Não Permanente	3,84
	Σ	4,41
	Permanente	6,58
Ribeira do Vale da Perna Seca	Não Permanente	6,07
	Σ	12,65
	Permanente	5,49
Ribeira do Vale da Pucariça	Não Permanente	11,79
	Σ	17,28
Ribeira do Vale da Roda	Não Permanente	3,40

Ribeira do Vale da Zebra	Não Permanente	2,87
Ribeira do Vale das Mós	Permanente	8,83
Ribeira do Vale das Pombas	Não Permanente	3,47
Ribeira do Vale de Tábuas	Permanente	2,55
Ribeira do Vale de Zebrinho	Permanente	1,74
	Não Permanente	4,48
	Σ	6,22
Ribeira do Vale do Feto	Não Permanente	5,34
Ribeira do Vale Vaqueiro	Não Permanente	4,40
Ribeira dos Vales	Não Permanente	7,69
Ribeira Vale da Água	Não Permanente	5,24
Ribeira Vale da Perna Seca	Não Permanente	2,56
Ribeira Vale de Sanguinheira	Permanente	1,19
	Não Permanente	3,93
	Σ	5,12
Ribeira Vale do Pisão	Não Permanente	0,93
Ribeira Vale dos Poços	Não Permanente	4,79
Ribeirão	Permanente	2,61
	Não Permanente	3,72
	Σ	6,33
Ribeiro da Moinhola	Não Permanente	3,95
Ribeiro de Vale da Horta (São Facundo)	Não Permanente	2,50
Ribeiro de Vale da Horta de Baixo	Não Permanente	4,76
Ribeiro do Vale dos Peixes	Não Permanente	6,24
Ribeiro dos Carvalhos	Não Permanente	3,35
Ribeiro Vale do Monte	Não Permanente	3,26
Rio Tejo	Permanente	30,19
Rio Torto	Permanente	14,54
Rio Zêzere	Permanente	8,16
Σ		601,19

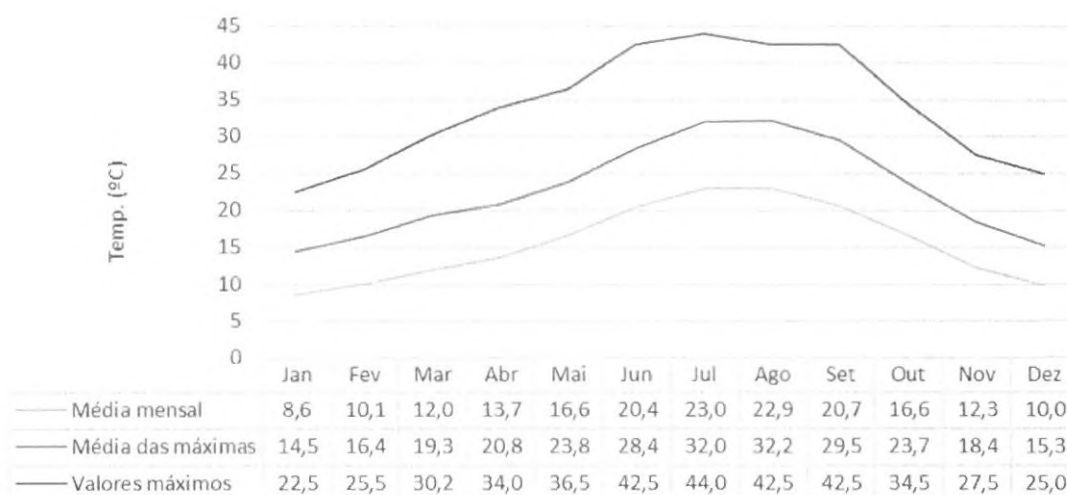
2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

2.1. TEMPERATURA DO AR

Os dados apresentados foram adquiridos pelo município de Abrantes ao Instituto de Meteorologia, IP e são referentes à Estação Meteorológica de Alvega para o período de 1961/1971 a 1990/2000 (Normal Climatológica).

Verifica-se que as temperaturas médias mensais mais reduzidas ocorrem em dezembro, janeiro e fevereiro (Gráfico 7). Em relação às médias das máximas mensais registam-se médias mensais superiores a 30°C no verão e inferiores a 15°C no inverno. O aumento da temperatura tende a provocar a perda de humidade dos combustíveis florestais elevando assim a probabilidade de ignição, os meses mais favoráveis para a ocorrência de incêndios são julho, agosto e setembro.

Gráfico 7 – Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos (1971 – 2000)



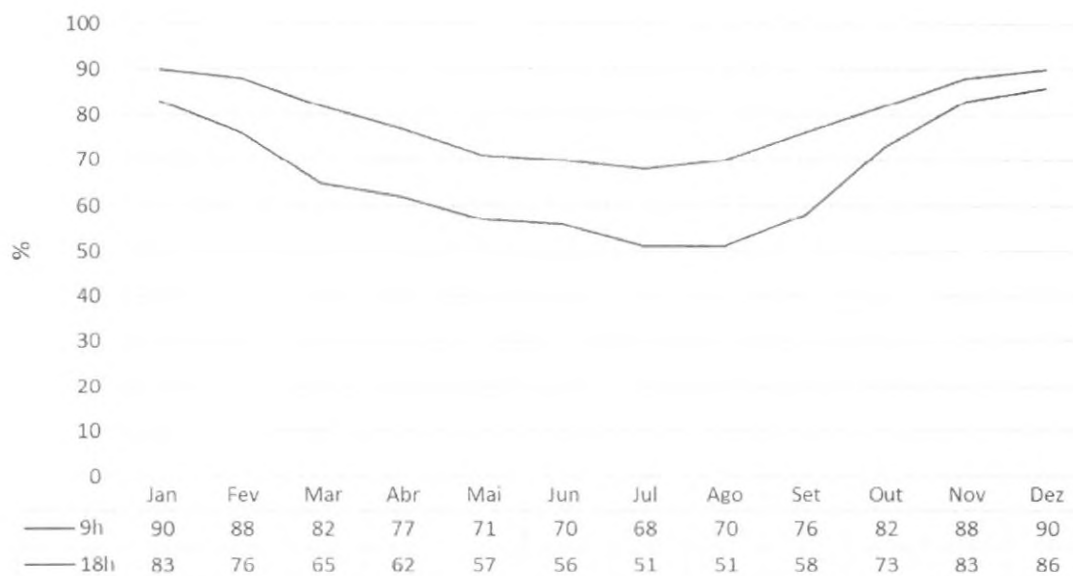
FONTE: INSTITUTO DE METEOROLOGIA

2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR

A humidade relativa do ar acompanha o comportamento da temperatura registando os valores mais baixos nos meses de julho e agosto (gráfico 8). Em termos de DFCI o comportamento da

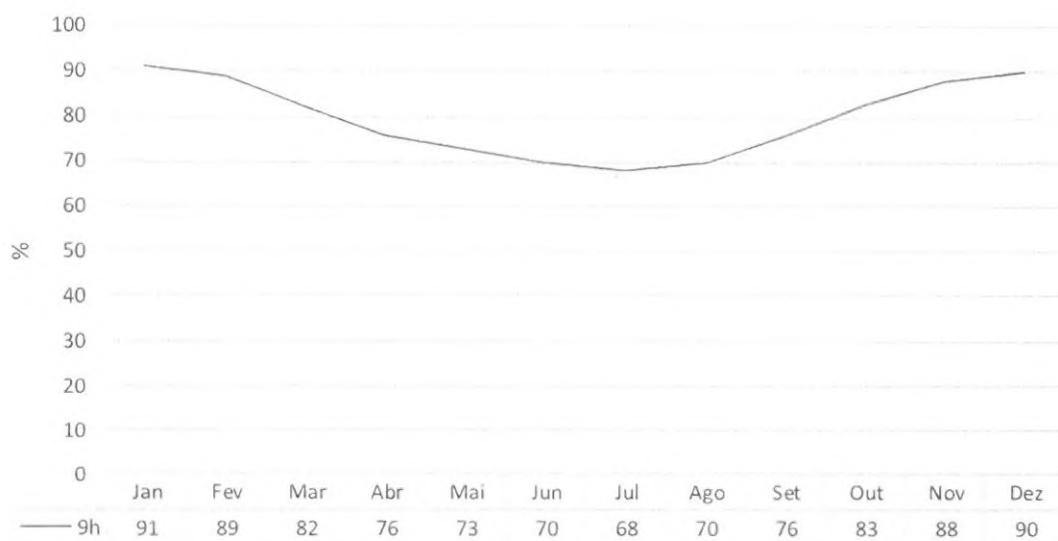
humidade aliado ao da temperatura assume um papel negativo uma vez que acentua as condições de ocorrência e propagação de incêndios.

Gráfico 8 – Valores médios mensais da humidade relativa do ar às 9h 18 h (1961-1990)



FONTE: INSTITUTO DE METEOROLOGIA

Gráfico 9 – Valores médios mensais da humidade relativa do ar às 9h (1971-2000)



FONTE: INSTITUTO DE METEOROLOGIA

2.3. Precipitação

Os valores mais elevados da precipitação ocorrem nos meses de inverno. Em julho e agosto registam-se os valores mais baixos, quer em termos de precipitação total, quer em termos de máxima diária (gráfico 10). A escassez de água no período estival conjugada com temperaturas elevadas e humidades reduzidas resultam no período do ano mais difícil em termos de intervenções na defesa da floresta contra incêndios.

Gráfico 10 – Precipitação mensal e máxima diária (1971-2000)



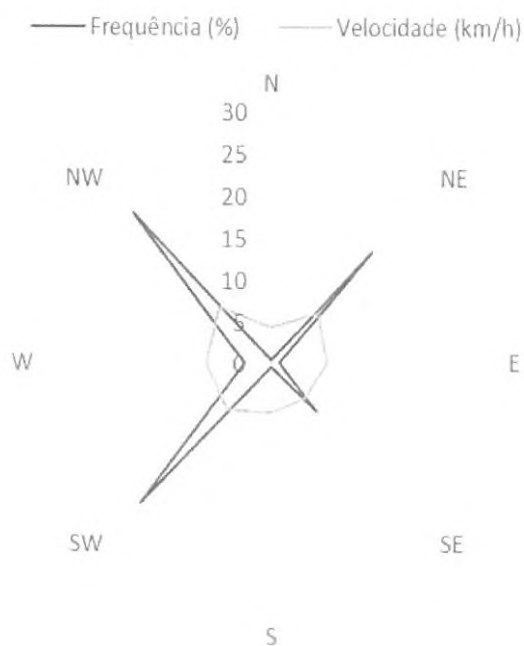
FONTE: INSTITUTO DE METEOROLOGIA

2.4. VENTO

O vento é considerado um dos fatores mais influentes em situações de incêndio, dado que as suas características podem levar a um comportamento imprevisível.

No concelho de Abrantes, tendo como referência o período (1961 – 1990), a frequência do vento encontra-se distribuída predominantemente pelo quadrante NW e SW. No que se refere à sua velocidade no período estival, os valores mais elevados estão associados à direção NW para uma velocidade média de cerca de 8-9 Km/h (gráfico 11 e tabela 3).

Gráfico 11 – Ventos predominantes (1961-1990)



FONTE: INSTITUTO DE METEOROLOGIA

Tabela 3 - Valores da frequência e da velocidade mensal para cada vertente (1961 a 1990)

	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C
	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR
Janeiro	0,1	2	20,8	7	1,5	5,4	14	5,9	1,1	7	18,8	7,2	0,8	6,9	6,5	7,3	36,6
Fevereiro	0,1	3	22,2	7,5	1,5	6,7	11,9	6,3	1,1	5,7	24,1	7,5	2	6,6	10,9	7,5	26,1
Março	0,2	3,5	27,1	9,2	1	6,3	8,4	6,3	0,3	5,5	23	7,7	2,5	7,7	21,6	8,9	15,9
Abril	0,5	4,2	22,9	9,9	0,6	6,9	7,5	7,1	0,3	7,8	25,5	8,5	4,1	8,5	29,7	9,5	8,9
Maiο	0,5	5	15,5	10,5	0,9	9,6	5,2	7,2	0,4	4,4	27,3	9,4	3,8	9,9	41,7	10,5	4,6
Junho	0,4	5	12,5	9,7	0,6	7,7	4,9	7	0,4	7,3	28,9	9,1	4,5	10,1	41,8	10,5	6,1
Julho	0,4	5,1	10,2	10,3	0,2	11,3	2,6	6	0,6	5,6	27,2	9,3	6,8	10,2	45,9	10,4	6,0
Agosto	0,4	6,1	11,2	9,6	0,1	2,5	2,5	5,8	0,2	6,7	26,8	9,2	6,7	8,7	45,4	10,1	6,8

Setembro	0,6	3,8	14,7	7,6	0,8	9,8	5,8	5,8	0,8	6,6	27,6	7,2	5,4	7,9	31,4	8,4	12,9
Outubro	0,2	2,3	21,3	7,5	1,5	7,6	12,1	6,2	0,5	5	22,7	5,8	2,4	6,2	13,8	7,3	25,5
Novembro	0,2	3,3	21,1	7,5	1,9	7,5	13,3	5,3	0,9	4,8	18,7	6,6	1,2	5,4	8,8	6	33,9
Dezembro	0,2	1	25	7,3	1,8	6,4	13	6,1	0,4	6,9	16,8	7	1,3	5,4	6,4	6,5	35,2
ANO	0	4	19	9	1	7	8	6	1	6	24	8	3	8	25	9	18,2

FONTE: INSTITUTO DE METEOROLOGIA

Legenda:

FR = Frequência média (%) e VM = Velocidade média do vento (Km/h)

C = Situação em que não há movimento apreciável do ar, a velocidade não ultrapassa 1 Km/h

N – Rumo Norte
Sudeste

S – Rumo Sul
Noroeste

NE – Rumo Nordeste

SW – Rumo Sudoeste

E – Rumo Este

W – Rumo Oeste

SE – Rumo

NW – Rumo

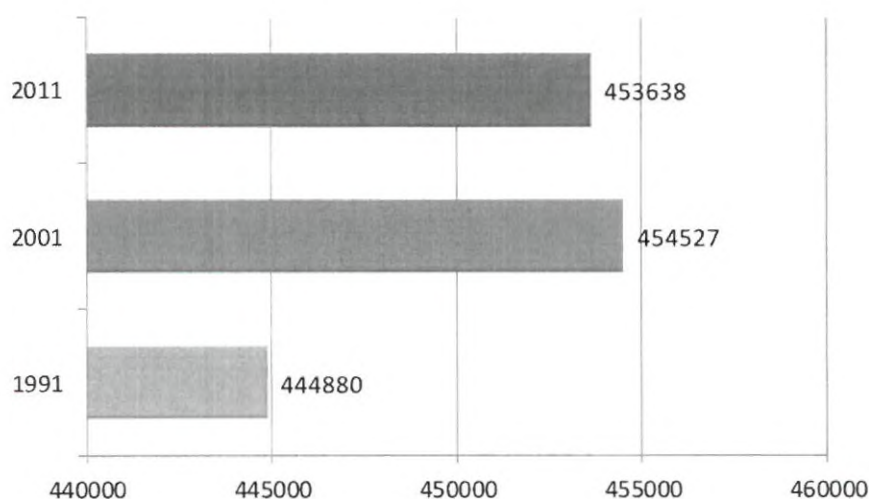
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL

A população residente no concelho de Abrantes foi afetada pelos sucessivos ciclos migratórios, denunciando uma evolução populacional caracterizada por uma diminuição acentuada (figura 7, gráfico 12 e tabela 4). Excetua-se a UF de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, onde a população residente entre 2001 e 2011 teve um ligeiro acréscimo de 826 indivíduos, todas as restantes registaram decréscimos. A UF das Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, registou a variação mais acentuada (menos 768 indivíduos), enquanto a freguesia de Fontes foi onde se registou o menor decréscimo (menos 81 indivíduos).

No período 1991/2011 verificou-se uma redução da densidade populacional. Na UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo verificou-se uma diminuição de 1484 indivíduos e na UF de Alvega e Concavada verificou-se uma diminuição de 881 indivíduos.

Gráfico 12 – População Residente – Distrito (1991/2001/2011)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Figura 7 - População Residente (1991/2001/2011) e Densidade Populacional (2011)

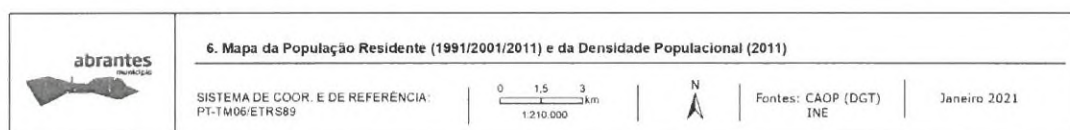
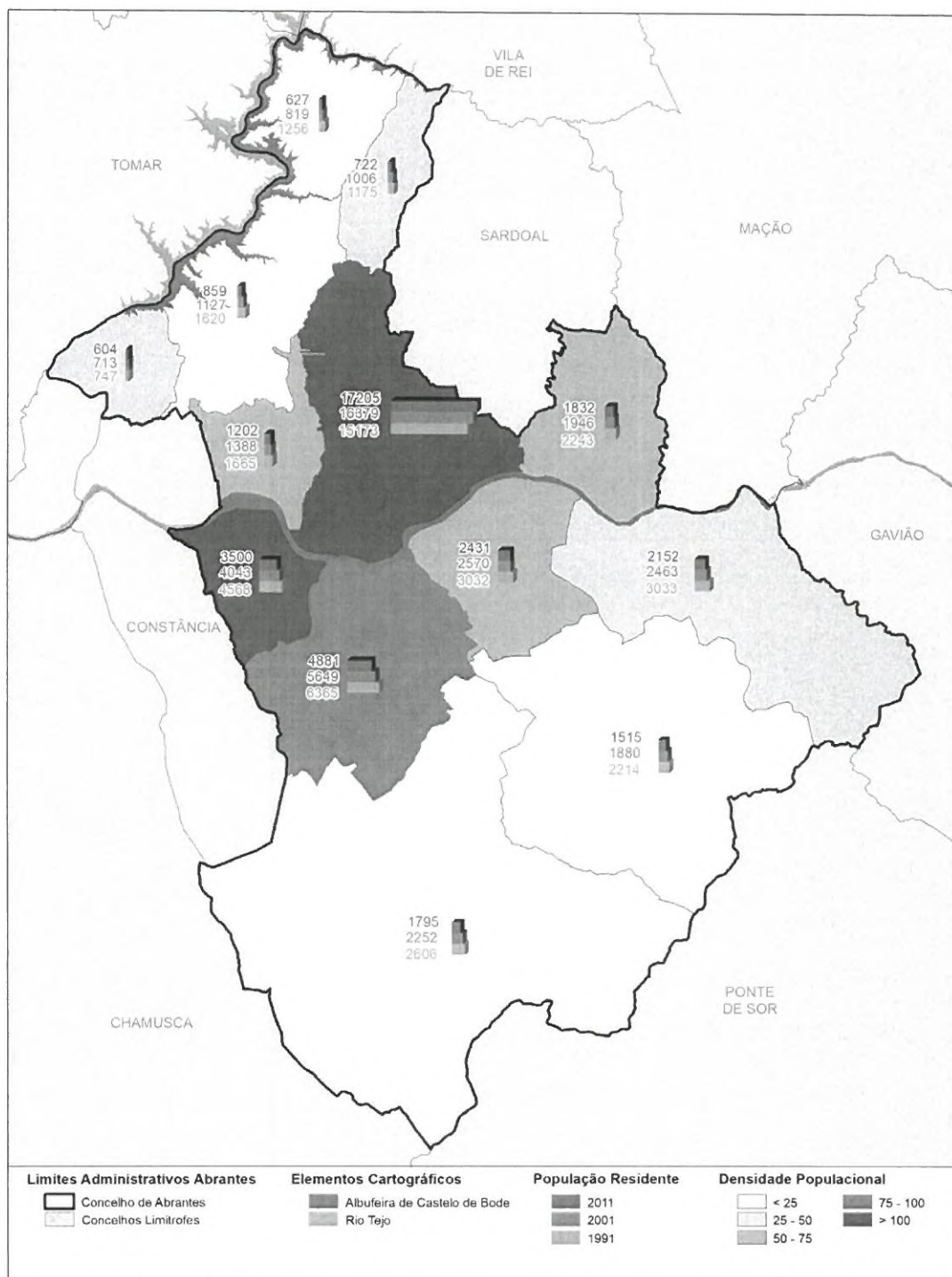


Tabela 4 - População Residente (1991/2001/2011)

Freguesia	1991	2001	2011
Aldeia do Mato e Souto	1620	1127	859
Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	15173	16379	17205
Alvega e Concavada	3033	2463	2152
Bemposta	2606	2252	1795
Carvalhal	1175	1006	722
Fontes	858	734	653
Martinchel	1256	819	627
Mouriscas	747	713	604
Pego	2243	1946	1832
Rio de Moinhos	3032	2570	2431
São Facundo e Vale das Mós	2214	1880	1515
São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	6365	5649	4881
Tramagal	1392	1133	927

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

De acordo com os censos de 2011 os extremos norte e sul do concelho são as zonas que apresentam valores mais baixos em termos de densidade populacional. A UF de Abrantes e Alferrarede e freguesia de Tramagal são as que apresentam um valor mais elevado de densidade populacional ($> 100 \text{ hab/km}^2$).

Este cenário favorece o acentuado abandono das atividades agro-silvo-pastoris cujas implicações adquirem grande relevância na defesa da floresta contra incêndios. O facto de não existirem pessoas no terreno dificultada a deteção e primeira intervenção. Existem grandes extensões de território abandonado com áreas contínuas de combustível tanto vertical como horizontal proporcionadoras de grandes incêndios.

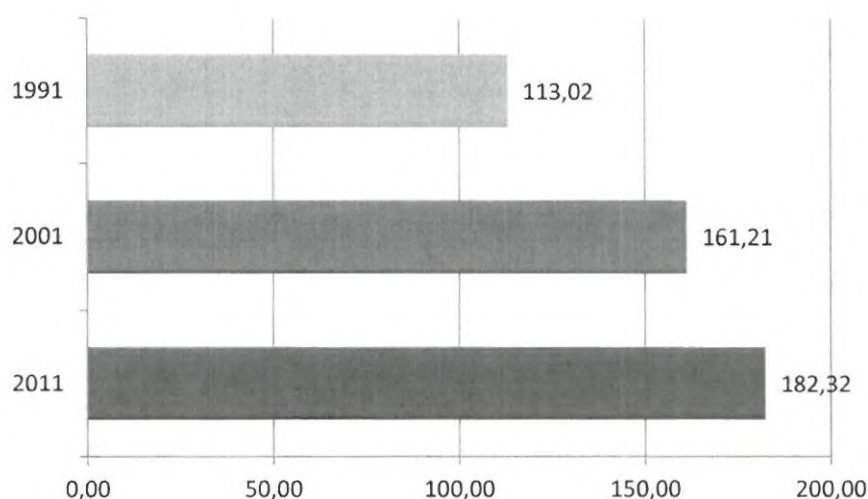
3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO

O índice de envelhecimento da população do concelho de Abrantes tem vindo a aumentar significativamente entre 1991 e 2011. Neste período as freguesias a norte do concelho registaram

o maior aumento deste valor, as freguesias onde se registou o menor aumento foram as da cidade. No período (1991/2001/2011) o concelho de Abrantes registou um índice de envelhecimento superior ao distrito de Santarém (figura 8, gráfico 13 e tabela 5).

Pela análise efetuada verifica-se que esta tendência irá ter efeitos negativos na defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente, por revelar um crescente abandono das atividades agrícolas e florestais. No entanto, a maioria do território organizou-se e foi possível a implementação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) que permitem a gestão profissional do território, tentando contrariar a tendência de abandono.

Gráfico 13 – Índice de Envelhecimento – Distrito (1991/2001/2011)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Figura 8 - Índice de envelhecimento e sua evolução

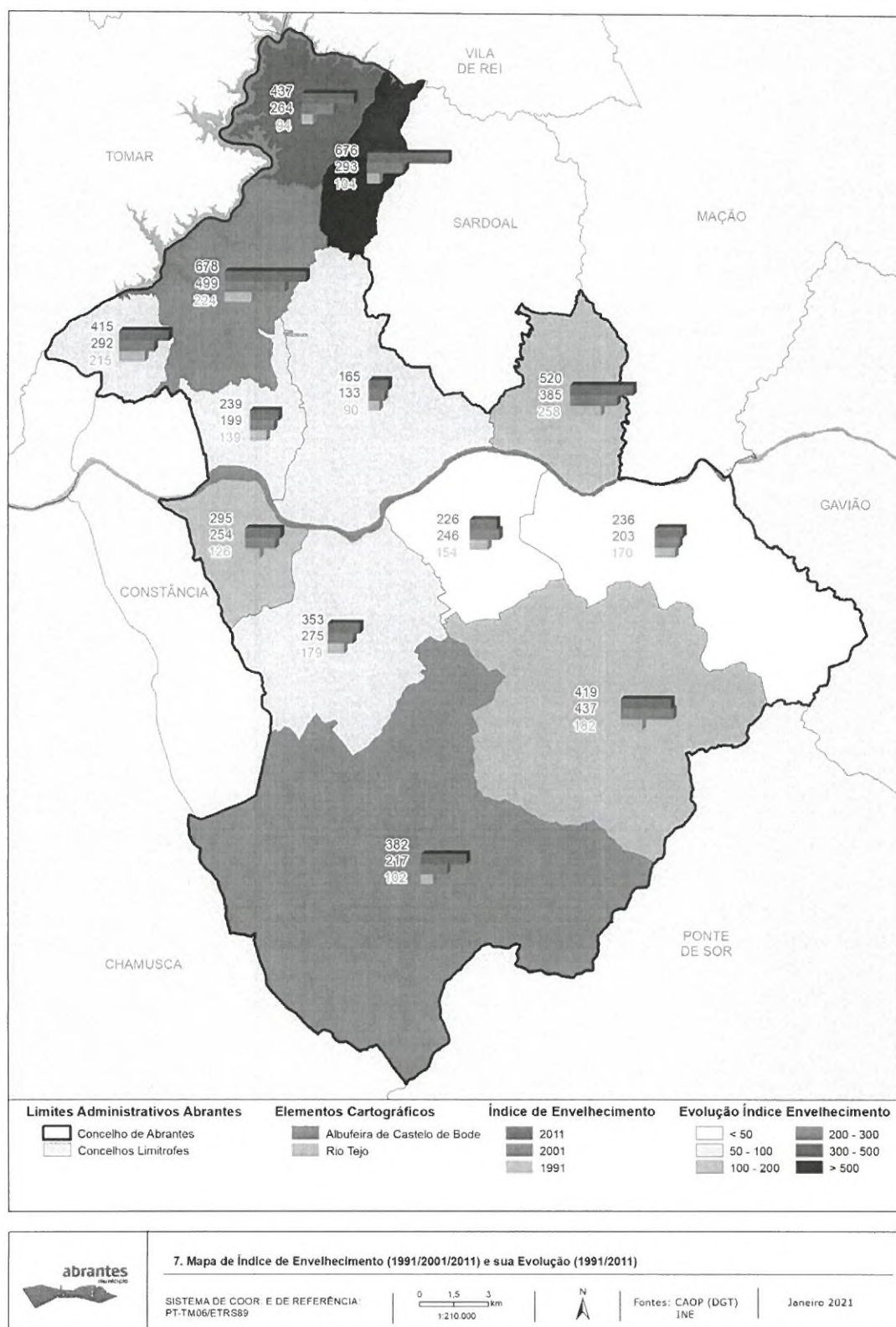


Tabela 5 - Índice de Envelhecimento (1991/2001/2011)

Freguesia	1991	2001	2011
Aldeia do Mato e Souto	224	499	678
Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	90	133	165
Alvega e Concavada	170	203	236
Bemposta	102	217	382
Carvalhal	104	293	415
Fontes	109	118	150
Martinchel	94	264	437
Mouriscas	215	292	415
Pego	258	385	520
Rio de Moinhos	154	246	226
São Facundo e Vale das Mós	182	437	419
São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	138	210	268
Tramagal	221	575	440

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

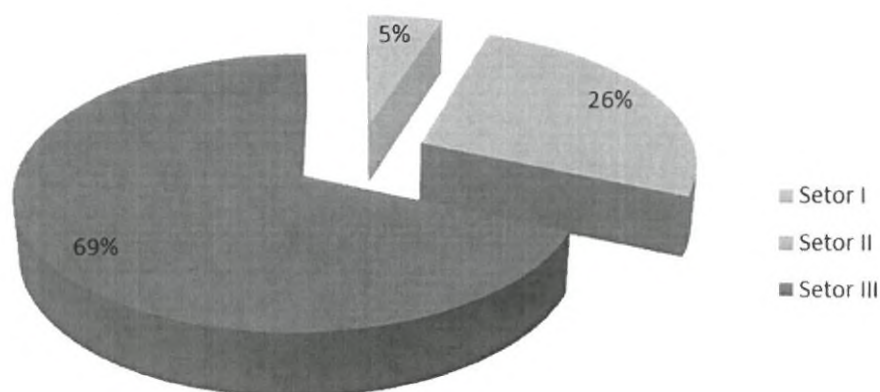
3.3. População por Sectores de Atividade(%)

No concelho de Abrantes a preponderância do sector terciário na população ativa é evidente (figura 8). É a freguesia de Bemposta que apresenta um valor superior para o sector primário, 22%, enquanto que a UF de Abrantes e Alferrarede é a que apresenta um valor menor, 1%.

No sector secundário destacam-se as freguesias de Carvalhal e a UF de Alvega e Concavada (42%), a UF de Abrantes e Alferrarede apresenta o menor valor, 24%. Em relação ao sector terciário existe algum equilíbrio entre freguesias, no entanto, a UF de Abrantes e Alferrarede destaca-se com um valor de 75% seguida da freguesia de Mouriscas com 70%, o valor baixo ocorre na freguesia de Bemposta, 43%.

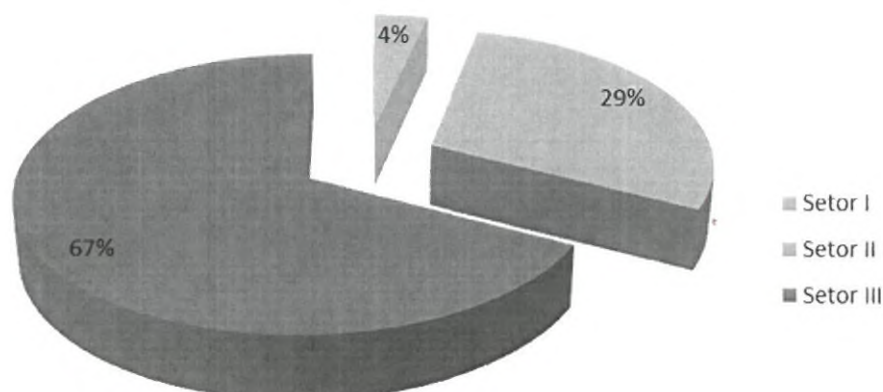
A distribuição da população por sector de atividade revela o afastamento pelas atividades ligadas à agricultura e floresta especialmente na zona norte do concelho.

Gráfico 14 – Percentagem de População por Setor de Atividade – Distrito de Santarém (2011)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Gráfico 15 – Percentagem de População por Setor de Atividade – Concelho de Abrantes (2011)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Figura 9 - População por sectores de Atividade(%)

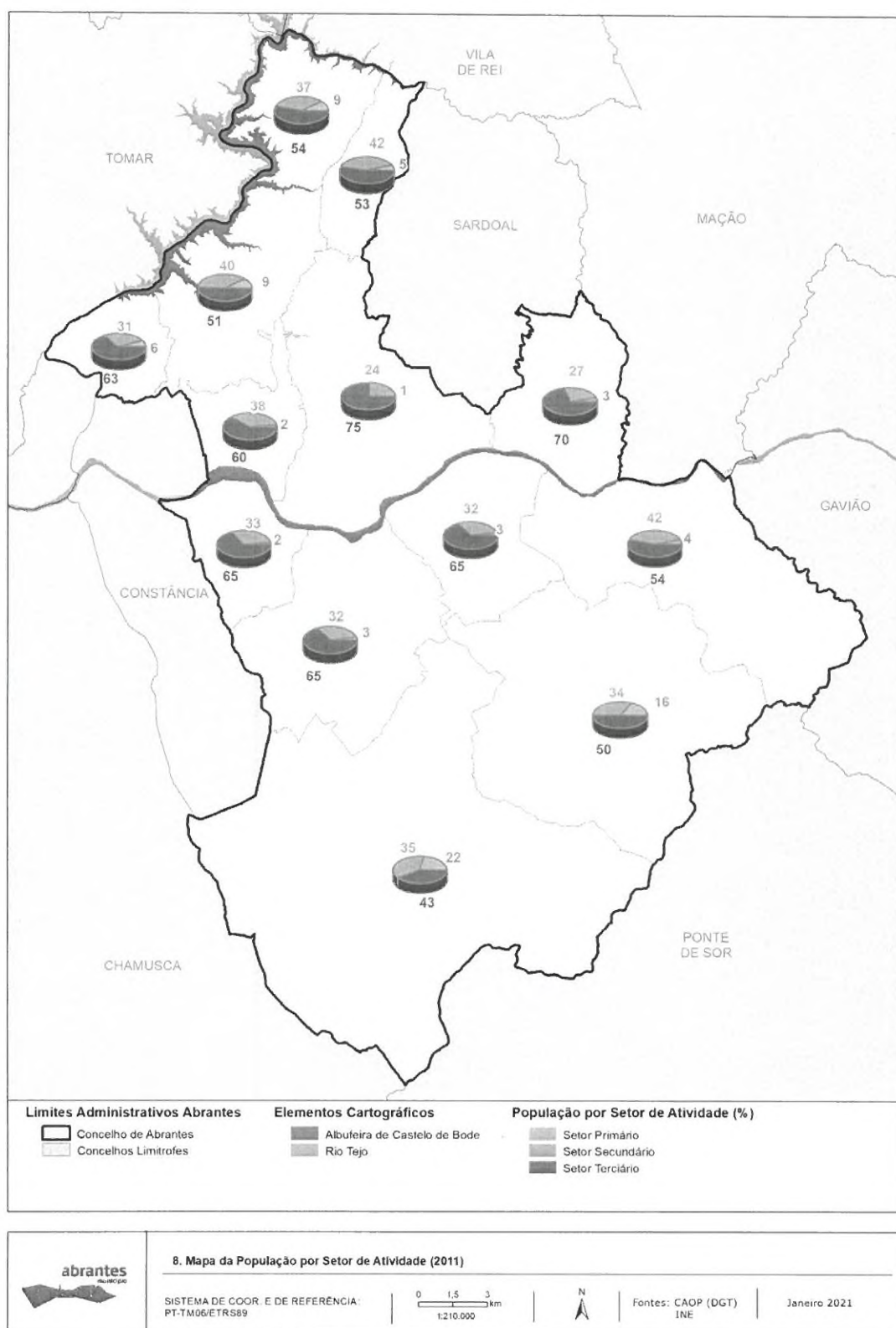


Tabela 6 - Percentagem de População por Setor de Atividade – (2011)

Freguesia	População Setor I	População Setor II	População Setor III
Aldeia do Mato e Souto	9%	40%	51%
Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	1%	24%	75%
Alvega e Concavada	4%	42%	54%
Bemposta	22%	35%	43%
Carvalhal	5%	42%	53%
Fontes	9%	37%	54%
Martinchel	6%	31%	63%
Mouriscas	3%	27%	70%
Pego	3%	32%	65%
Rio de Moinhos	2%	38%	60%
São Facundo e Vale das Mós	16%	34%	50%
São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	3%	32%	65%
Tramagal	2%	33%	65%

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

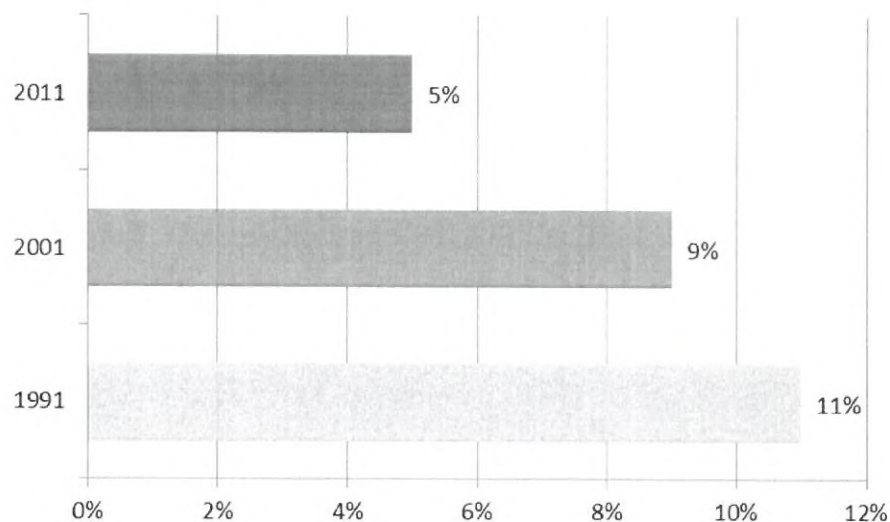
3.4. Taxa de Analfabetismo

Na análise da taxa de analfabetismo no concelho de Abrantes verifica-se uma diminuição acentuada do número de habitantes sem habilitações no período 1991/2001/2011. A tabela 7 revela que todas as freguesias têm vindo a reduzir a taxa de analfabetismo, no entanto ainda sobressaem as freguesias de Bemposta e a UF de São Facundo e Vale das Mós com uma taxa de 12%. É a UF Abrantes e Alferrarede que apresenta o menor valor com uma taxa de 4% (figura 10).

A taxa de analfabetismo no concelho de Abrantes é ligeiramente superior ao distrito e ao continente (gráfico 16 e 17).

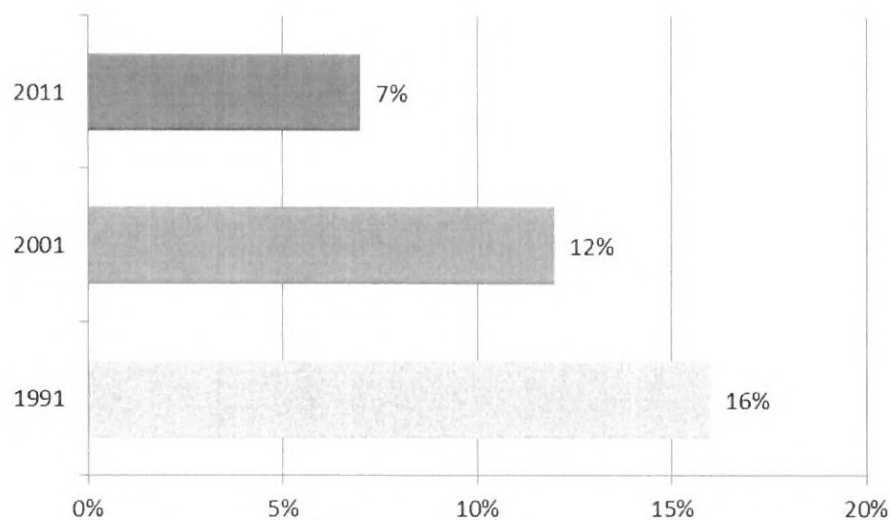
Ainda é nas zonas mais rurais e afastadas da sede de concelho que a população apresenta uma maior escassez de conhecimentos. Este facto aliado a outros fatores resulta numa maior dificuldade em aceitar atitudes de mudança, nomeadamente no que se refere à implementação das medidas de defesa da floresta contra incêndios.

Gráfico 16 – Taxa de Analfabetismo - Continente (1991/2001/2011)



FONTE: INSTITUO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Gráfico 17 – Taxa de Analfabetismo – Distrito (1991/2001/2011)



FONTE: INSTITUO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Figura 10 - Taxa de Analfabetismo

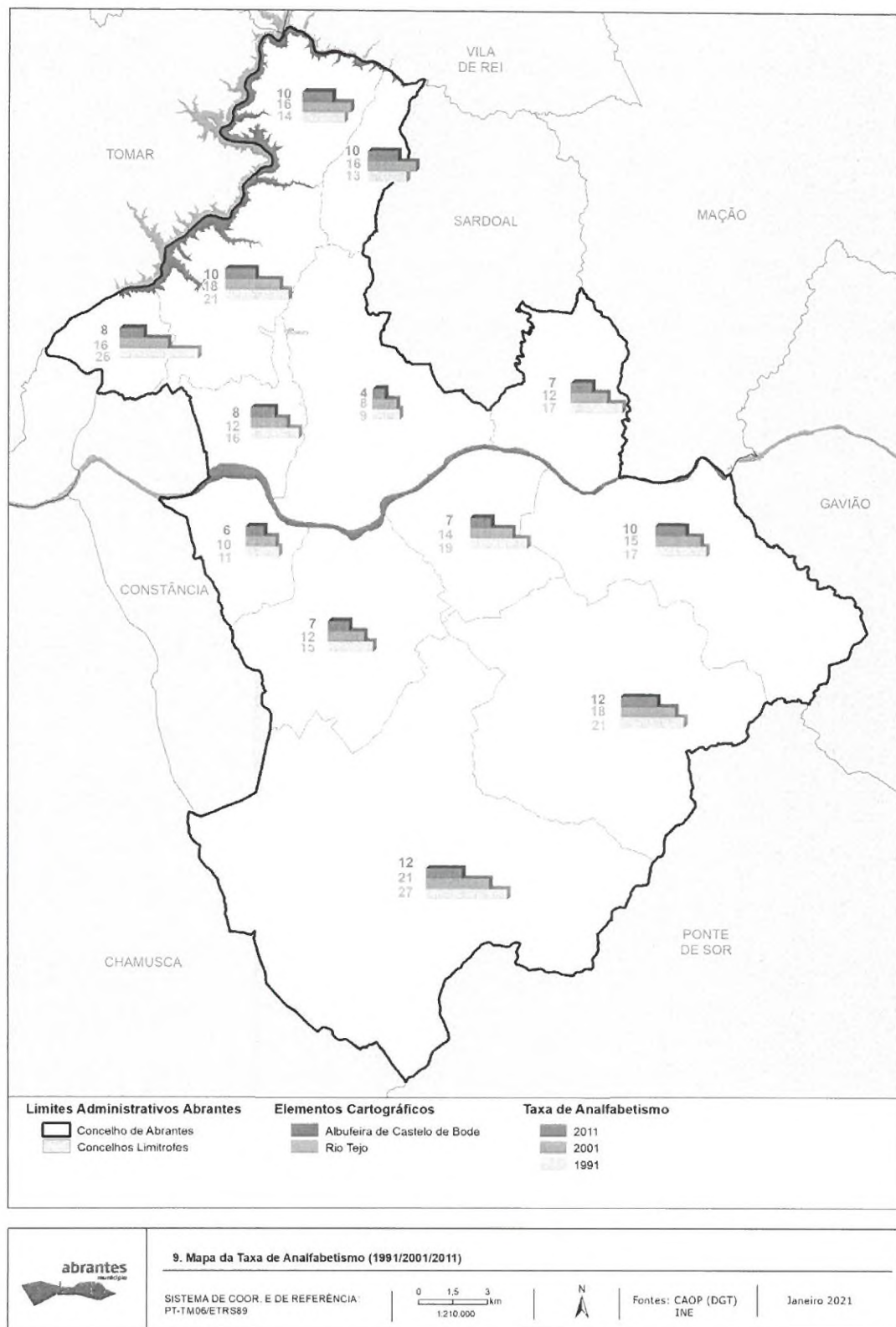


Tabela 7 - Taxa de Analfabetismo (%) (1991/2001/2011)

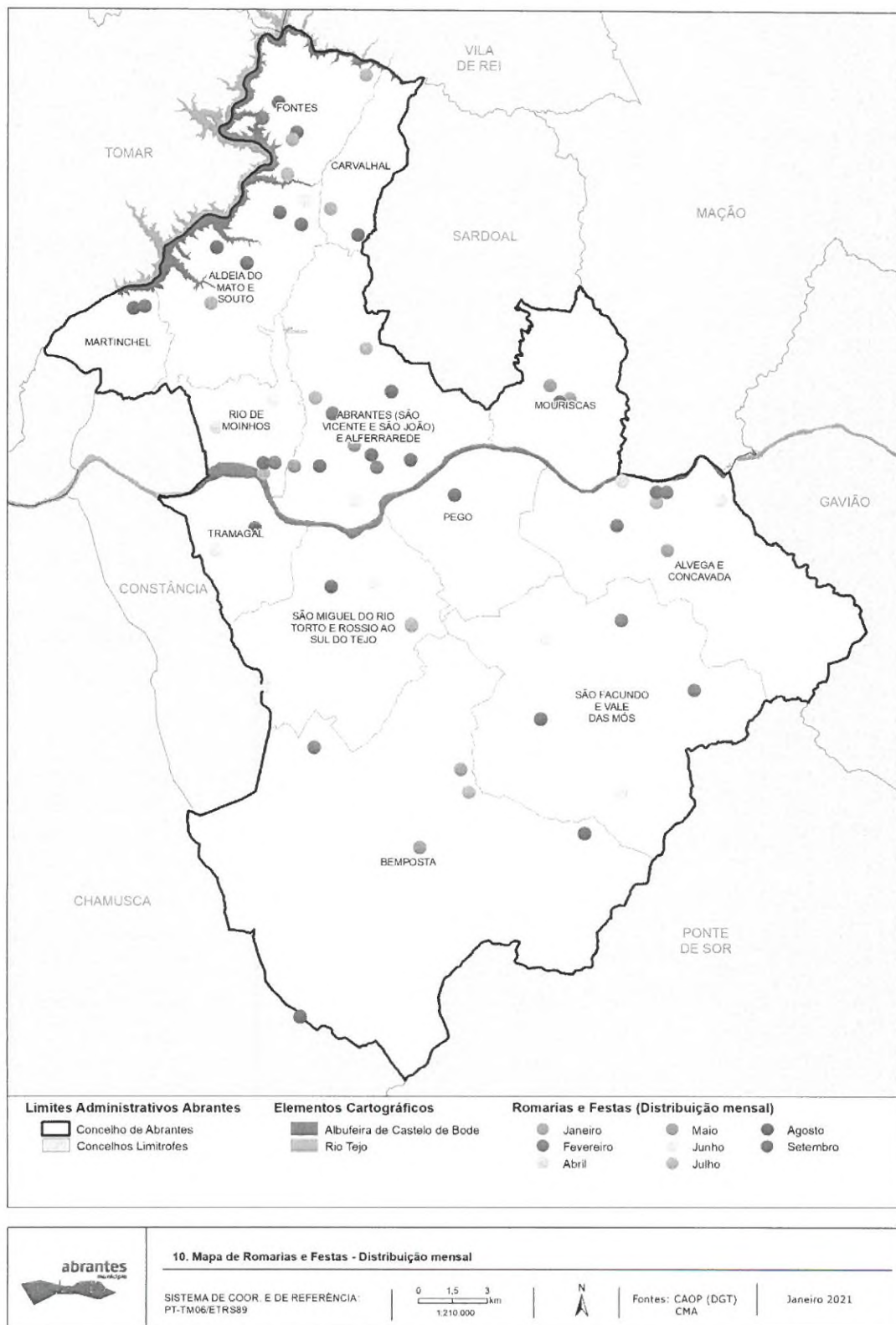
Freguesia	1991	2001	2011
Aldeia do Mato e Souto	21	18	10
Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	9	8	4
Alvega e Concavada	17	15	10
Bemposta	27	21	12
Carvalhal	13	16	10
Fontes	14	16	10
Martinchel	26	16	8
Mouriscas	17	12	7
Pego	19	14	7
Rio de Moinhos	16	12	8
São Facundo e Vale das Mós	21	18	12
São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	15	12	7
Tramagal	11	10	6

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

3.5. ROMARIAS E FESTAS

A maior parte das romarias e festas do concelho de Abrantes realizam-se, por tradição, durante os fins-de-semana nos meses de Verão (tabela 8). Devido ao facto de este ser o período do ano em que se regista um maior número de ocorrências, e, muitas destas celebrações ocorrerem junto a áreas florestais, a atuação dos meios de prevenção deverá ser dirigida no sentido de efetuar uma maior vigilância destes espaços (figura 11 e 12).

Figura 11 - Romarias e Festas - Distribuição Mensal



81.44/170

Figura 12 - Romarias e festas – Risco Potencial

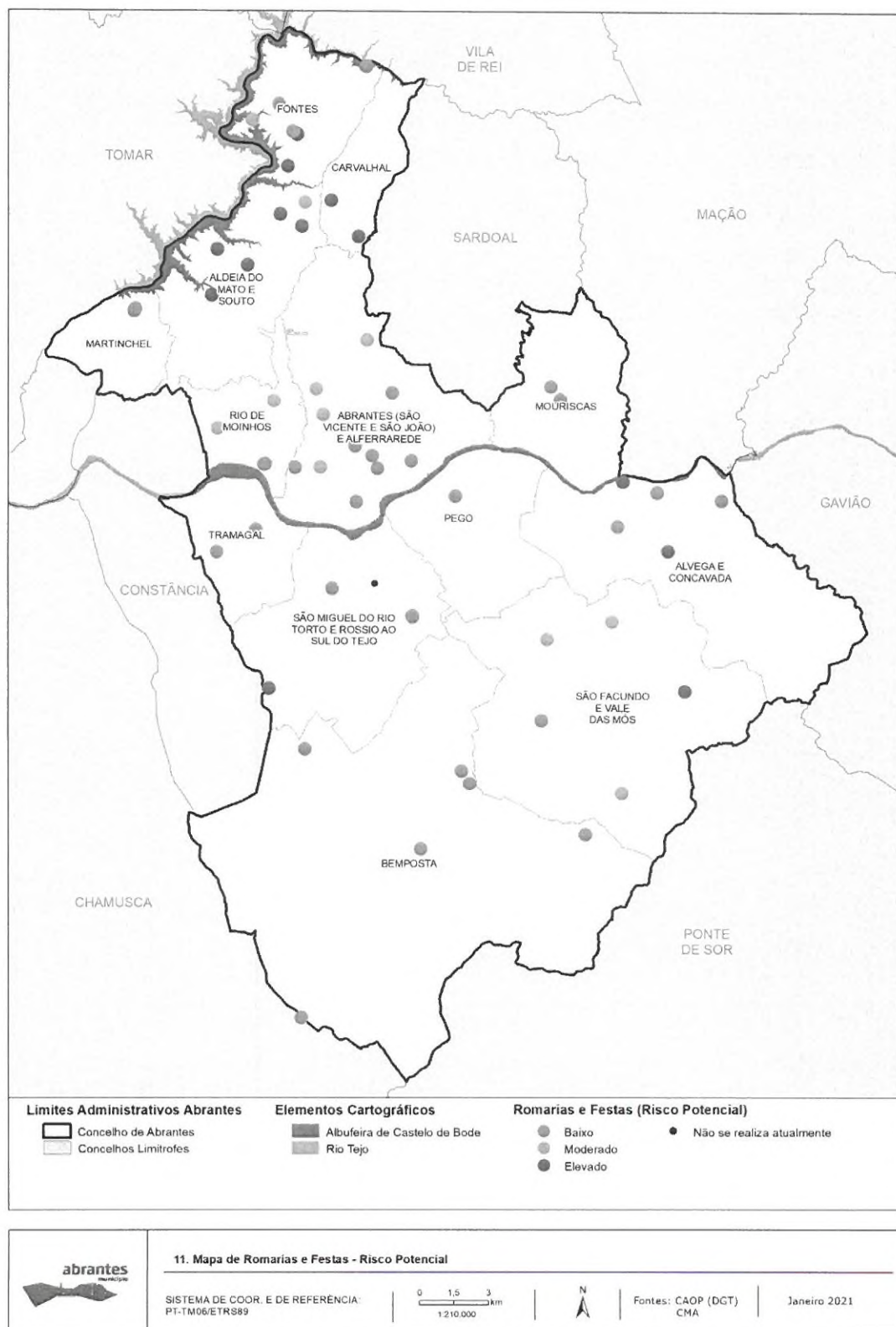


Tabela 8 - Festas e Romarias

Freguesia	Localidade	Designação	Mês	Data	Periodicidade	Risco
Aldeia do Mato e Souto	Atalaia	Festa de Verão	Junho	Último fim de semana	Anual	Moderado
	Souto	Romaria de N. Srª do Tojo	Agosto		Anual	Elevado
	Souto	Festa de Verão	Agosto	3º fim de semana	Anual	Elevado
	Aldeia do Mato	Festa de St.ª Mª Madalena	Julho	Último fim de semana	Anual	Elevado
	Cabeça Gorda	Festa da Cabeça Gorda	Agosto	Último fim de semana	Anual	Elevado
	Carreira do Mato	Festa do Imaculado Coração de Maria	Agosto	2ª quinzena	Anual	Elevado
Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	São Vicente	Festa de N. Srª das Graças	Maio		Anual	Baixo
	Abrançalha	Festa da Abrançalha	Maio/Junho	Último fim de semana de Maio/1º de Junho	Anual	Baixo
	Sentieiras	Festa de Sentieiras C. P. D. C.	Julho		Anual	Moderado
	Paul	Festa do Paul	Julho		Anual	Moderado
	São Lourenço	Festa de São Lourenço	Agosto e Setembro	Último fim de semana de Agosto e 1º de Setembro	Anual	Moderado
	São Vicente	Festa de N. Srª da Luz	Setembro	Dia 8	Anual	Moderado
	São João	Festas da Cidade	Junho	2ª semana	Anual	Baixo
	Alferrarede	Feira de São Matias	Fevereiro/Março	Final de Fevereiro ou início de Março	Anual	Baixo
	Casais de Revelhos	Festejos de São João	Junho	Dia 24	Anual	Baixo
	Alferrarede	Festa de São Pedro	Junho	Dia 29	Anual	Baixo
	Casais de Revelhos	Festa de N. Srª das Necessidades	Agosto	Dia 15	Anual	Baixo
	Alferrarede Velha	Festa de N. Srª do Imaculado	Agosto	Dia 15	Anual	Baixo

88.46/170

		Coração de Maria				
	Alferrarede	Festa de N. Srª do Rosário	Agosto ou Setembro	Último fim de semana de Agosto ou 1º de Setembro	Anual	Baixo
Alvega e Concavada	Concavada	Festa do Srº dos Navegantes	Agosto	1º fim de semana	Anual	Baixo
	Concavada	Romaria de N. Srª da Guia	Março/Abril	2ª feira de Páscoa	Anual	Elevado
	Alvega	Festa de N. Srª da Guia	Março/Abril	2ª Feira de Páscoa	Anual	Elevado
	Tubaral	Festa do Tubaral	Maio e Junho	Fins de Maio e princípios de Junho	Anual	Elevado
	Casa Branca	Festa da Casa Branca	Junho	1ª e 2ª semana	Anual	Baixo
	Alvega	Festa de Alvega	Julho	1ª semana de Julho	Anual	Baixo
	Alvega	Festa de N. Srª dos Remédios	Agosto	Último domingo	Anual	Baixo
	Alvega	Feira Franca	Setembro	2º fim de semana	Anual	Baixo
Bemposta	Bemposta	Festa da Ascensão em honra de N. Srª do Rosário	Maio	5ª feira da Ascensão	Anual	Baixo
	Chaminé	Festa da Chaminé	Maio		Anual	Baixo
	Bemposta	Festa de St.ª Mª Madalena	Julho		Anual	Baixo
	Brunheirinho	Festa de Verão	Agosto	1º fim de semana	Anual	Baixo
	Foz	Festa de Verão	Agosto		Anual	Baixo
	Vale de Açor	Festa de Vale de Açor	Setembro		Anual	Baixo
Carvalhal	Carvalhal	Festa de N. Srª da Conceição	Agosto	2º fim de semana	Anual	Elevado
	Carril e Sobral Basto	Festas de Verão	Julho	1º fim de semana	Anual	Baixo
Fontes	Carrapatoso	Festa do Carrapatoso	Julho	1º fim de semana	Anual	Elevado
	Maxial	Festa do Maxial	Agosto	3º fim de semana	Anual	Baixo
	Fontes	Festa de N. Srª da Assunção	Agosto	Dia 15	Anual	Elevado
	Fontes	Festa da Associação para o	Julho	2º fim de semana	Anual	Baixo

8.4.27/70

		Desenvolvimento e Solidariedade Social de Fontes				
	Água das Casas	Festa de Água das Casas	Julho	Último fim de semana	Anual	Baixo
	Portela	Festa em Portela	Setembro	1º fim de semana	Anual	Moderado
Martinchel	Martinchel	Festejos de Verão em honra do Sagrado Coração de Jesus	Junho	Final do mês	Anual	Baixo
	Martinchel	Festa de São Sebastião	Agosto	1º fim de semana	Anual	Baixo
	Martinchel	Festa de São Miguel	Setembro	Último fim de semana	Anual	Baixo
Mouriscas	Mouriscas	Festa de São Sebastião	Janeiro	Domingo mais próximo do dia 20	Anual	Baixo
	Ferrarias	Festa do Espírito Santo	Maio	Domingo do Espírito Santo	Anual	Baixo
	Mouriscas	Festas de Verão	Agosto	Dois últimos fins de semana	Anual	Baixo
Pego	Pego	Festa de N. Srª do Rosário	Agosto	Dia 15	Anual	Baixo
	Pego	Festas Populares	Agosto	1º e 2º fim de semana	Anual	Baixo
Rio de Moinhos	Amoreira	Festa da Pascoela (também chamada Festa da Armação do Pinheiro)	Março/Abril	Domingo de Pascoela	Anual	Moderado
	Pucariça	Festa de Santo António	Junho		Anual	Moderado
	Rio de Moinhos	Festa de Verão	Agosto		Anual	Baixo
	Rio de Moinhos	Festa de Santa Eufémia	Setembro	1º domingo	Anual	Baixo
	Rio de Moinhos	Encontro Anual dos Rios de Moinhos de Portugal	Julho		Roda por 6 freguesias com o mesmo topónimo	Baixo
São Facundo e	São Facundo	Festa de São Facundo	Agosto	Penúltimo fim de semana	Anual	Baixo
	Vale de Zebrinho	Festa de Vale de Zebrinho	Junho	Último fim de semana	Anual	Moderado

8.48/370

Vale das Mós	Barrada	Festa de N. Srª dos Aflitos	Setembro	2º fim de semana	Anual	Moderado
	Esteveira	Festa da Esteveira	Setembro	1º fim de semana	Anual	Elevado
	Vale das Mós	Verbena de São João	Junho	Dia 24	Anual	Moderado
	Vale das Mós	Festa de N. Srª de Fátima	Agosto	Último fim de semana	Anual	Moderado
São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Bicas	Festa das Bicas	Junho		Anual	Elevado
	Arrifana	Festa da Arrifana	Junho	Não se realiza atualmente	Anual	
	Arreciadas	Festa de Arreciadas	Julho	2º fim de semana	Anual	Baixo
	Arreciadas	Casa do Povo	Julho	1º fim de semana	Anual	Baixo
	São Miguel do Rio Torto	Festa de São Miguel	Agosto	Dia 15	Anual	Baixo
Tramagal	Crucifixo	Festas da Sociedade União Crucificense	Junho	Último fim de semana	Anual	Baixo
	Tramagal	Festa (Romaria) de N. Srª da Oliveira	Agosto	Dia 15	Anual	Baixo

Fonte: <http://www.portalfreguesias.cm-abrantes.pt/>; Enciclopédia das Festas Populares e Religiosas de Portugal, Catálogo de Festas, Feiras e Romarias Portuguesas, Volume 3, Filipe Costa Pinto

De salientar que nas ocorrências verificadas nos últimos anos, não foi encontrado nenhum registo cuja causa esteja relacionada com o uso de foguetes.

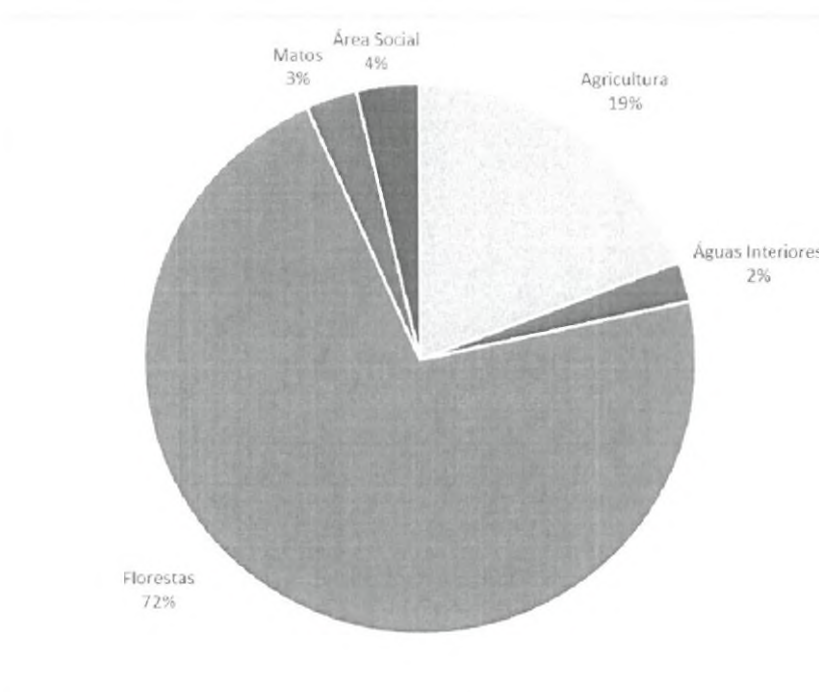
4. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO, REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO FLORESTAL

4.1. OCUPAÇÃO DO SOLO

A ocupação do solo, apresenta um claro predomínio das áreas florestais (72%), seja a norte ou sul do concelho, possuindo características de povoamentos e de espécies diferentes, prevalecendo o eucalipto e o pinheiro a norte, e o montado como principal área a sul.

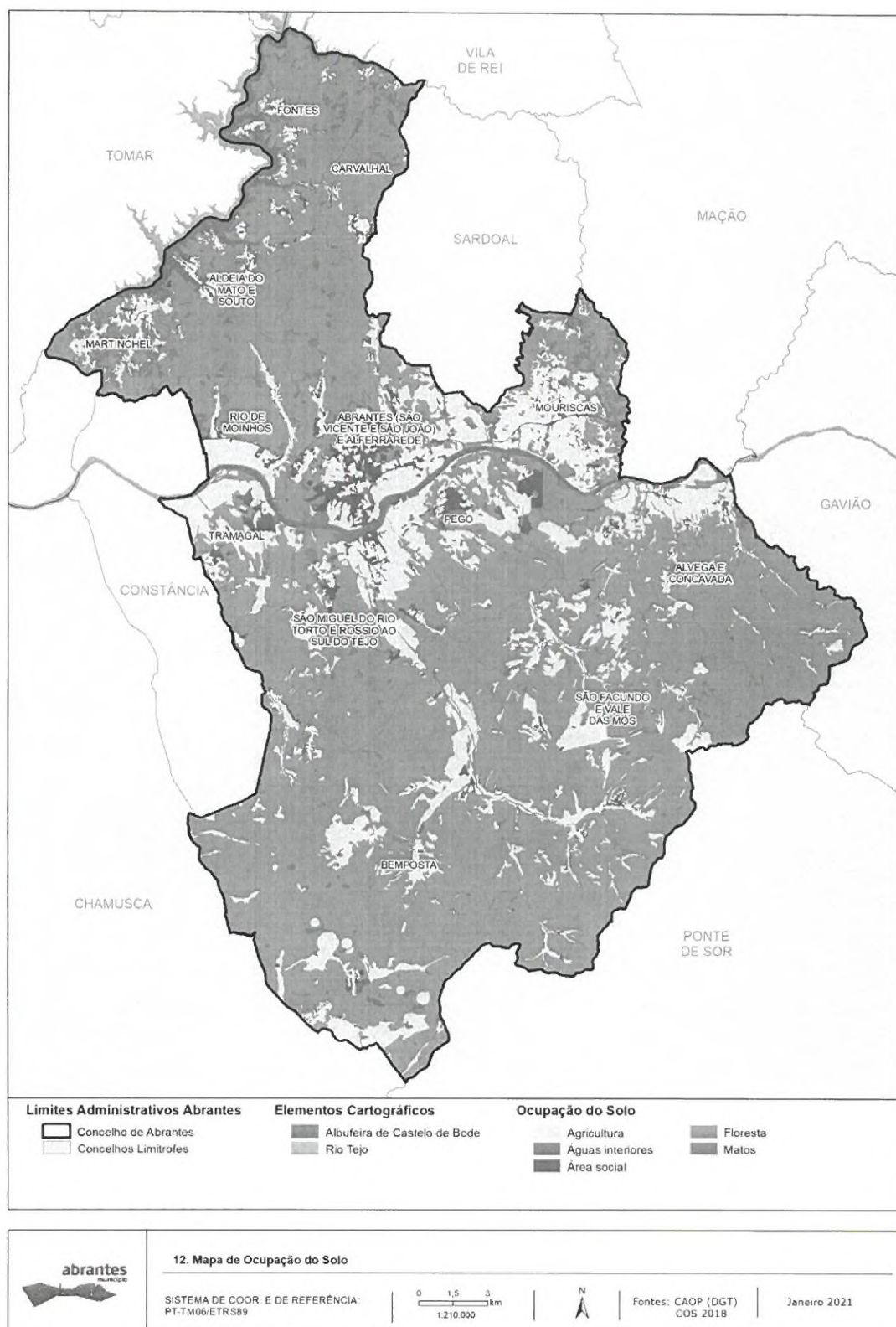
A área agrícola, 19%, surge associada principalmente aos aglomerados populacionais e linhas de água mais significativas, sendo de realçar os nateiros do Tejo, e as áreas de matos (3%).

Gráfico 18 – Percentagem de Ocupação do Solo



FONTE: COS 2018

Figura 13 - Ocupação do Solo



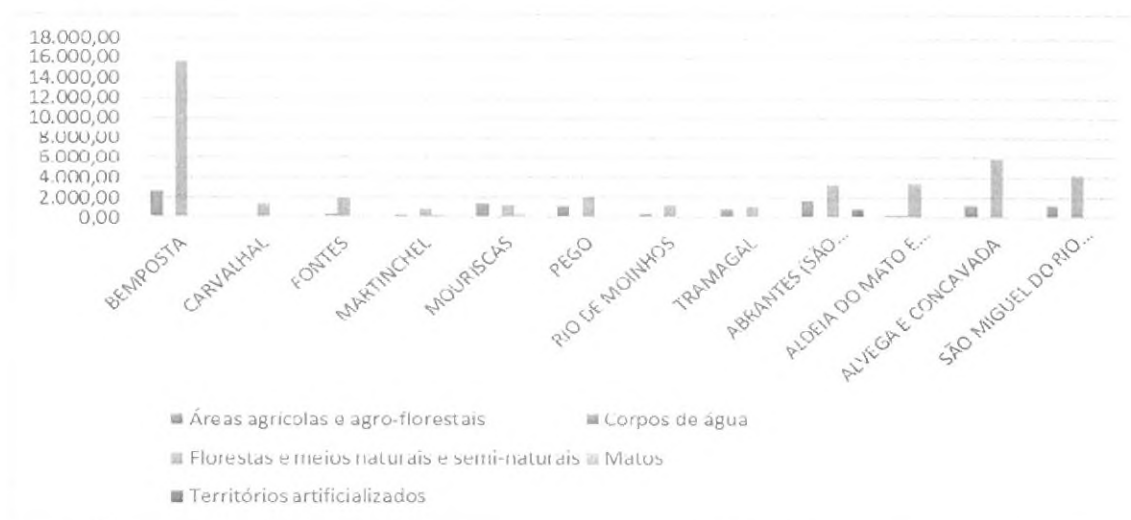
Pela análise da Tabela 9 e do Gráfico 19, a freguesia com maior área florestal é a Freguesia da Bemposta, representando cerca de 37% da área florestal do concelho e a freguesia que apresenta a menor área florestal é a freguesia de Martinchel representado apenas cerca de 2% da área florestal do concelho de Abrantes.

Tabela 9 - Ocupação do solo por freguesia

	BEMPOSTA	CARVALHAL	FONTES	MARTINCHEL	MOURISCAS	PEGO	RIO DE MOINHOS	TRAMAGAL	ABRANTES (SÃO VICENTE E SÃO JOÃO) E ALFERRAREDE	ALDEIA DO MATO E SOUTO	ALVEGA E CONCAVADA	SÃO MIGUEL DO RIO TORTO E ROSSIO AOSUL DO TEJO	TOTAL (ha)
Áreas agrícolas e agro-florestais	2.648,31	103,29	196,79	393,67	1.486,72	1.067,09	466,92	950,27	1.756,25	328,99	1.292,25	1.203,30	11.895,86
Corpos de água	138,10	14,11	449,33	61,86	75,64	117,28	30,19	109,06	153,70	365,37	81,63	50,00	1.646,28
Florestas e meios naturais e semi-naturais	15.692,83	1.464,79	1.984,08	901,12	1.358,44	2.089,46	1.342,72	1.104,09	3.387,23	3.513,08	5.849,40	4.228,98	42.916,23
Matos	128,78	105,03	158,60	295,45	412,54	70,57	84,73	43,38	257,61	154,82	126,60	146,24	1.984,34
Territórios artificializados	137,19	66,88	59,69	54,71	166,81	260,29	78,53	203,25	891,76	114,52	234,95	265,88	2.534,47
Total (ha)	18.745,21	1.754,10	2.848,49	1.706,82	3.502,16	3.604,68	2.003,10	2.410,05	6.446,55	4.476,78	7.584,83	5.894,40	

FONTE: COS 2018

Gráfico 19 – Ocupação do solo por freguesia



FONTE: COS 2018

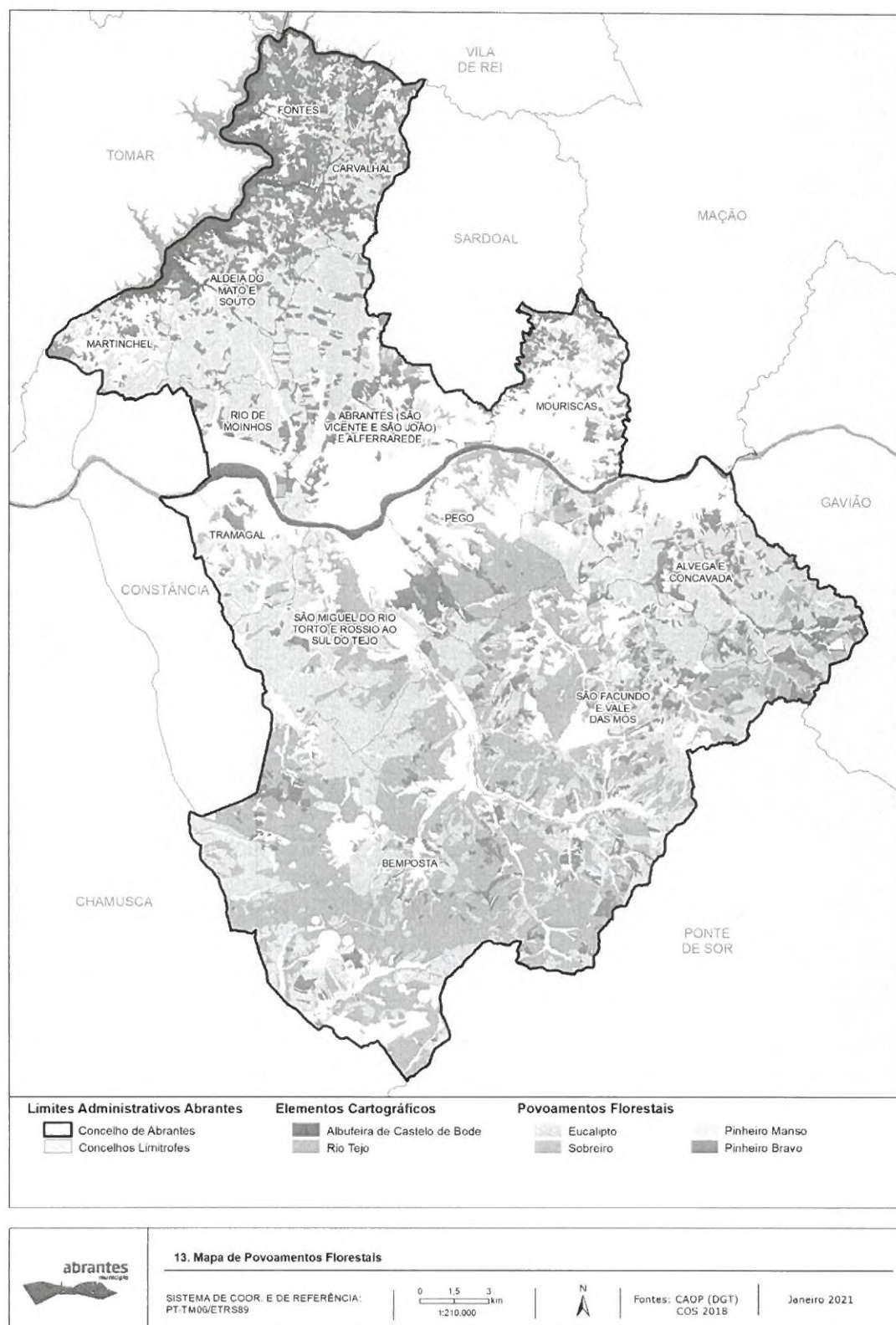
4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS

O concelho de Abrantes apresenta dois tipos de ocupação florestal destinta. A Norte do Tejo predominam os povoamentos de eucalipto e pinheiro bravo a sul do Tejo, predominam os povoamentos de sobreiros, embora se tenha verificado um aumento da área de povoamentos de eucaliptos (figura 13 e tabela 10).

A maioria das novas plantações ocorreram após a passagem de grandes incêndios. No entanto existem, muitas áreas, que após serem percorridas por incêndios continuam sem qualquer tipo de intervenção, resultando no abandono dos terrenos e a sua ocupação com regeneração natural e matos, sem qualquer tipo de ordenamento. O resultado desta situação traduz-se numa acumulação significativa de combustível no terreno com continuidade vertical e horizontal, o que acarreta fortes implicações em termos de defesa da floresta contra incêndios.

As outras espécies florestais têm uma expressão muito reduzida, embora os povoamentos de pinheiro manso comecem a apresentar uma área significativa.

Figura 14 - Povoamentos Florestais

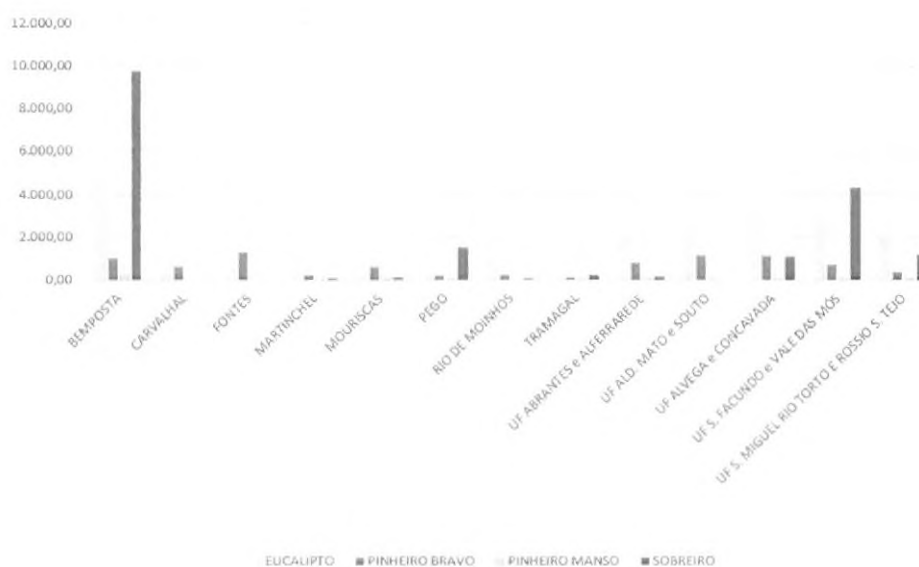


fl. 54/170

Tabela 10 - Ocupação do Solo, por freguesia, por Povoamento Florestal

FREGUESIAS	EUCALIPTO	PINHEIRO BRAVO	PINHEIRO MANSO	SOBREIRO	Total (ha)
BEMPOSTA	4.470,88	994,36	251,49	9.772,51	15.489,24
CARVALHAL	791,00	646,27			1.437,27
FONTES	641,47	1.299,48			1.940,95
MARTINCHÊL	604,69	252,28	2,33	14,81	874,13
MOURISCAS	511,94	635,90	18,27	102,90	1.269,01
PEGO	144,55	197,10	73,86	1.525,83	1.941,34
RIO DE MOINHOS	1.012,51	260,74		28,04	1.301,29
TRAMAGAL	514,09	109,56	38,12	231,50	893,28
UF ABRANTES e ALFERRAREDE	2.145,66	802,56	172,38	141,09	3.261,69
UF ALD. MATO e SOUTO	2.314,74	1.153,48	17,15		3.485,37
UF ALVEGA e CONCAVADA	3.341,47	1.139,07	29,20	1.086,16	5.595,90
UF S. FACUNDO e VALE DAS MÓS	3.089,33	734,71	56,46	4.325,17	8.205,68
UF S. MIGUEL RIO TORTO E ROSSIO S. TEJO	2.376,09	411,64	108,73	1.190,68	4.087,14
TOTAL (ha)	21.958,44	8.637,15	767,99	18.418,71	49.782,29

Gráfico 20 – Ocupação do solo, por freguesia, por Povoamento Florestal



4.3. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 (ZPE+ZEC) E REGIME FLORESTAL

No concelho de Abrantes não existem áreas que integrem a Rede Natura 2000, nem áreas classificadas como Áreas Protegidas.

A área da Albufeira de Castelo do Bode é abrangida por um plano específico de ordenamento do território que visa salvaguardar as suas margens e a qualidade da água. O Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode (POACB) incide sobre o plano de água e a respetiva zona de proteção, com uma largura de 500 m, contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota de 121 m) e medida na horizontal. O ordenamento do plano de água e zona envolvente procura conciliar a forte procura desta área com a conservação dos valores ambientais, ecológicos e, principalmente, a preservação da qualidade da água, bem como o aproveitamento dos recursos através de uma abordagem integrada das potencialidades e das limitações do meio, com vista à definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para o território. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2003).

4.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL

Os planos de gestão florestal (PGF) são um instrumento básico de ordenamento das explorações. Regulam as intervenções de natureza cultural e/ou de exploração e visam a produção sustentada dos bens ou serviços originados em espaços florestais. O PROF de Lisboa e Vale do Tejo estabelece que explorações com área mínima de 25 hectares nas freguesias a Norte do Tejo e 100 hectares nas freguesias a Sul do Tejo terão de ser sujeitas à elaboração de um PGF.

4.4.1. Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

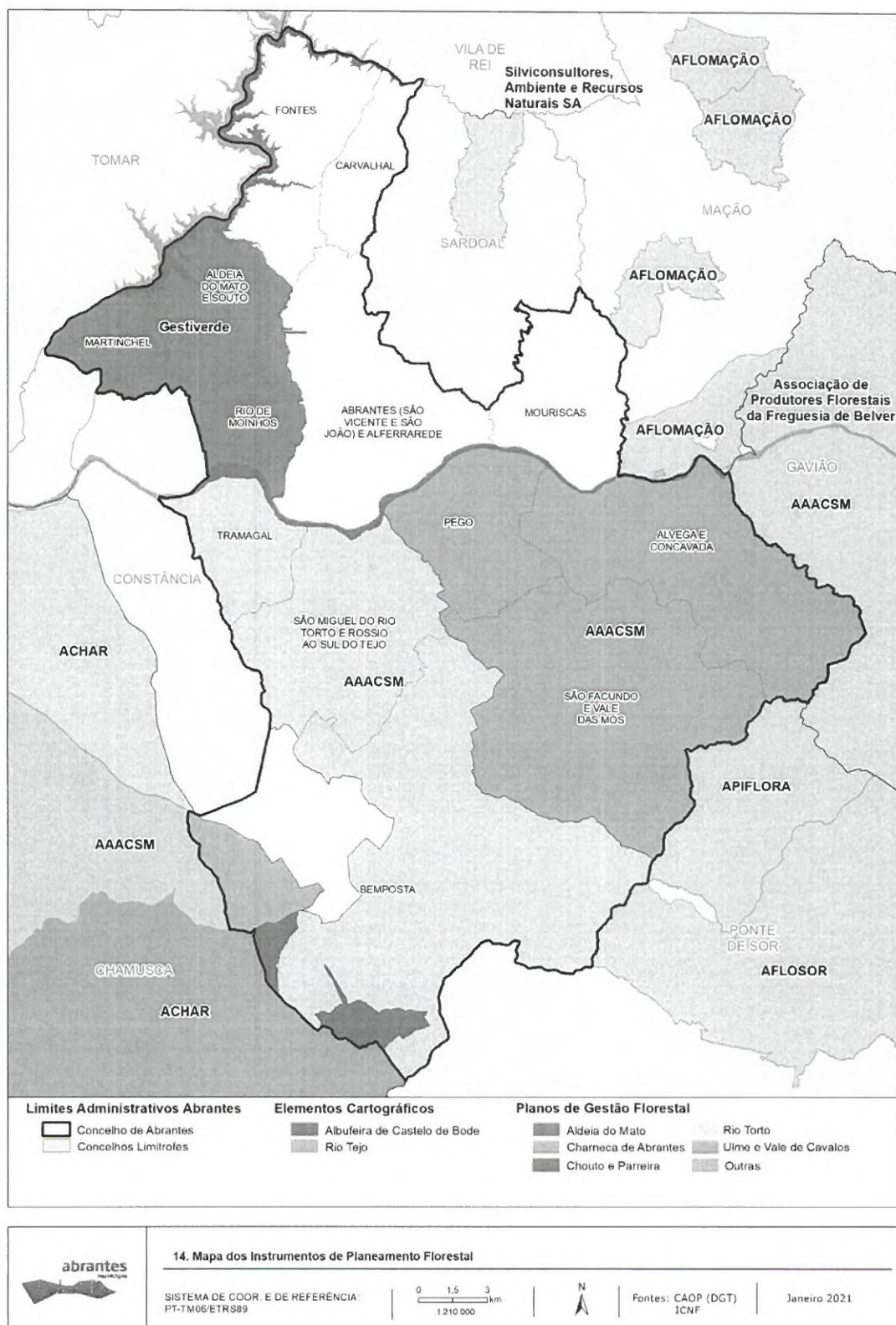
Na área do concelho de Abrantes existem várias Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (Figura 15):

- ZIF Aldeia do Mato – EG Gestiverde
- ZIF Charneca de Abrantes – EG AAACSM
- ZIF Rio Torto - EG AAACSM

As ZIF, nomeadamente as suas entidades gestoras (EG), têm sido parceiros de extrema importância na implementação das medidas de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e na vigilância e primeira intervenção.

É de referir que na zona sul do concelho, existe uma área integrada na ZIF de Chouto e Parreira, cuja EG é a ACHAR-Chamusca.

Figura 15 - Instrumentos de Planeamento Florestal



4.5. Equipamentos Florestais de Recreio, Zonas de Caça e de Pesca

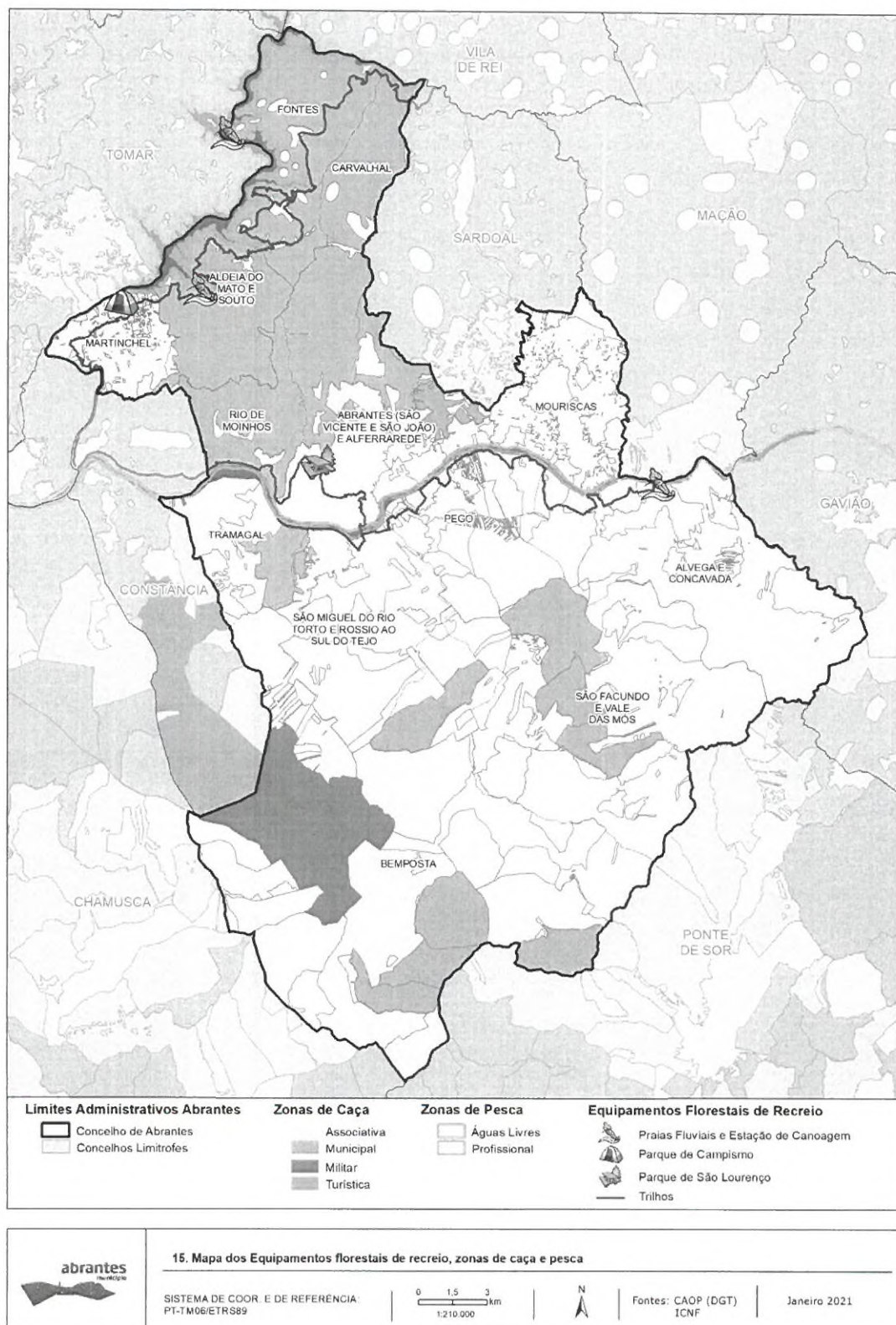
O concelho de Abrantes tem vindo a apostar no seu potencial florestal. A floresta assume um papel preponderante no âmbito dos recursos naturais, destaca-se pelo seu elevado valor ecológico, económico e social. As suas funções repercutem-se na produção de um vastíssimo número de bens. Além desses bens, a floresta exerce influência na regularização dos regimes hídricos, diminuição dos teores de dióxido de carbono na atmosfera, proteção do solo, habitat de animais, lazer, entre muitos outros.

No concelho existem diversos espaços dedicados ao recreio: Praia fluvial de Aldeia do Mato e Praia Fluvial de Fontes (mas também toda a margem da Albufeira do Castelo de Bode), estação de Canoagem de Alvega, Parque Urbano de S. Lourenço. Trilhos pedestres e de BTT: Rota do Tejo, Rota do Zêzere, Rota do Pico do Coelho e Grande Rota Ribeiras de Arcês, Rio Frio e Rio Tejo.

Um dos importantes recursos ligados à floresta é a atividade relacionada com caça e pesca que mediante as diversas formas de ordenamento do território, contribui para a gestão das espécies nas respetivas zonas de caça e pesca.

O concelho de Abrantes, cinegeticamente está ordenado a 100%, existem zonas de caça de âmbito Associativo, Municipal, Turístico e Militar. Existem zonas de pesca profissional (ao longo do rio Tejo) e zonas de pesca em águas livres (Albufeira de Castelo de Bode) (figura 16).

Figura 16 - Equipamentos Florestais de Recreio, Zonas de Caça e de Pesca



5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CASUALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO

O concelho de Abrantes é predominantemente florestal, prevalecendo o eucalipto e o pinheiro a norte, e o montado de sobreiro a sul.

Os incêndios florestais são um fenómeno recorrente em regiões que apresentam um clima com características mediterrânicas, como é o caso do nosso país. A junção do período correspondente à época mais seca do ano com a época mais quente faz com que se reúnam nestas regiões, condições propícias para a ignição e propagação de incêndios.

A partir da década de 70 houve um abandono progressivo dos meios rurais e das práticas agrícolas, as quais, devido à recolha frequente de mato e à permanência constante do gado, permitiam que os espaços rurais fossem bastante menos suscetíveis à deflagração de incêndios de grande intensidade. Outra razão é o aumento importante de incêndios de origem desconhecida, ateados com motivações diversas.

5.1.1. Anual

Na figura 17 estão representadas as áreas ardidas por anos, no concelho de Abrantes, no período 2010 – 2020, no entanto a informação disponibilizada pelo ICNF não apresenta área ardida para Abrantes nos anos de 2010, 2011, 2014 e 2020.

Pela análise do gráfico 21, entre 2010 e 2020 arderam cerca de 8110ha verificando-se que o número de ocorrências é muito elevado e que não existe uma relação direta da área ardida com o número de ocorrências. Confirma-se que a vigilância e 1.ª intervenção são determinantes para que para que as ignições nunca cheguem a grandes incêndios.

Apesar do elevado rigor dos dados do ICNF (SGIF) no que concerne à área ardida detetaram-se algumas falhas na distribuição da área queimada por freguesias, uma vez que a área ardida fica associada ao ponto de ignição e não à freguesia em causa. Em Abrantes temos vários exemplos, que alterariam os dados estatísticos usados no gráfico 22:

- Incêndio de 2015, ponto de ignição Concelho de Tomar – Arderam cerca de 160ha na freguesia de Martinchel, Concelho de Abrantes;
- Incêndio de 2016, ponto de ignição Freguesia de Fontes, Concelho de Abrantes – A área ardida concentra-se na Freguesia de Fontes, mas, na verdade esta área devia estar distribuída pela freguesia de Carvalhal, UF de Abrantes e Alferrarede e UF de Aldeia do Mato e Souto;
- Incêndio de 2017, ponto de ignição UF de Aldeia do Mato e Souto, Concelho de Abrantes– Arderam cerca de 4916ha na UF de Aldeia do Mato e Souto, Freguesia de Rio de moinhos e UF de Abrantes e Alferrarede , Concelho de Abrantes;
- Incêndio de 2017, ponto de ignição Concelho de Alvaiázere– Arderam cerca de 990ha na freguesia de Mouriscas, Concelho de Abrantes;
- Incêndio de 2019, ponto de ignição Concelho de Tomar – Arderam cerca de 480ha na freguesia de Martinchel, Concelho de Abrantes.

Figura 17 - Área Ardida (2010-2020)

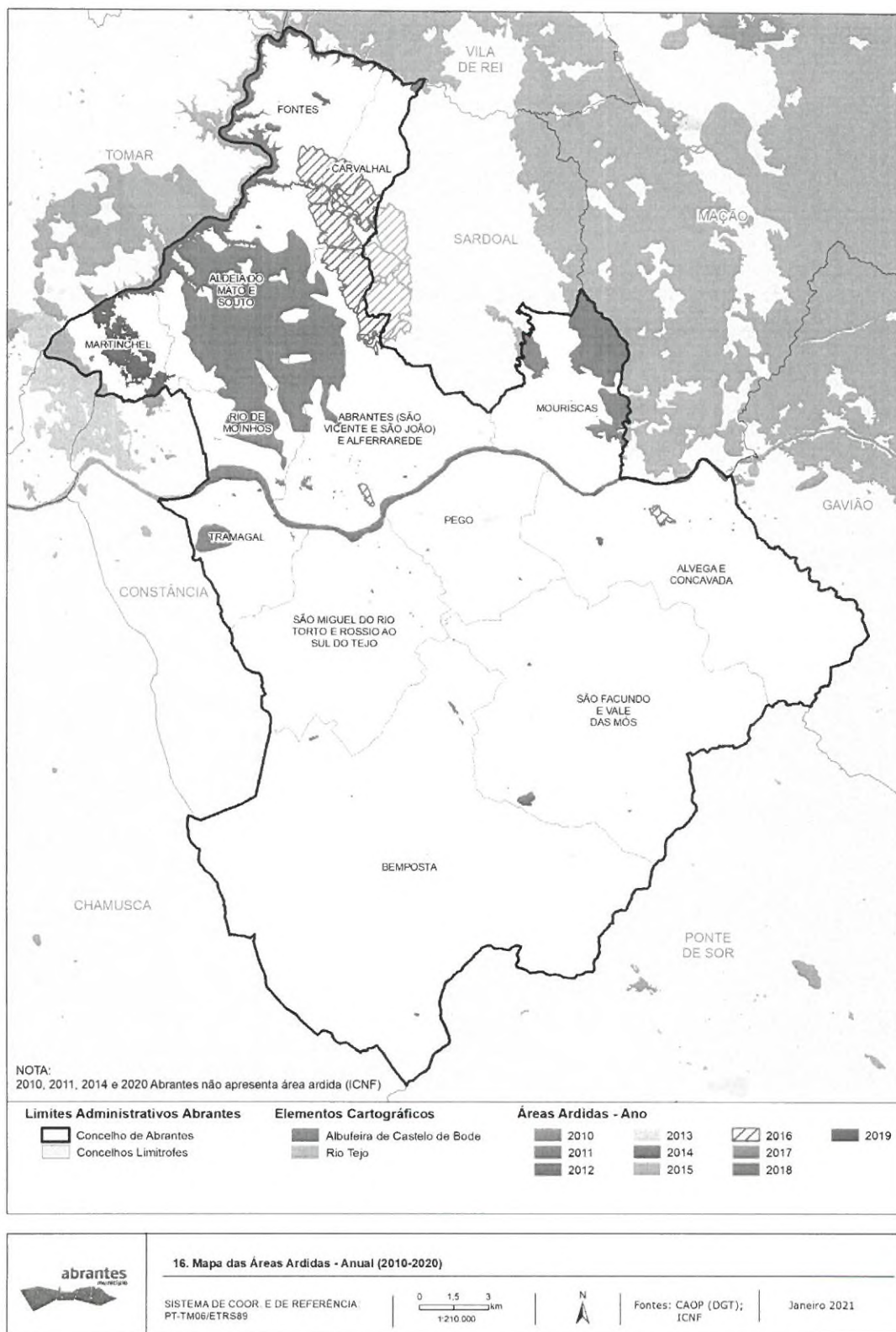
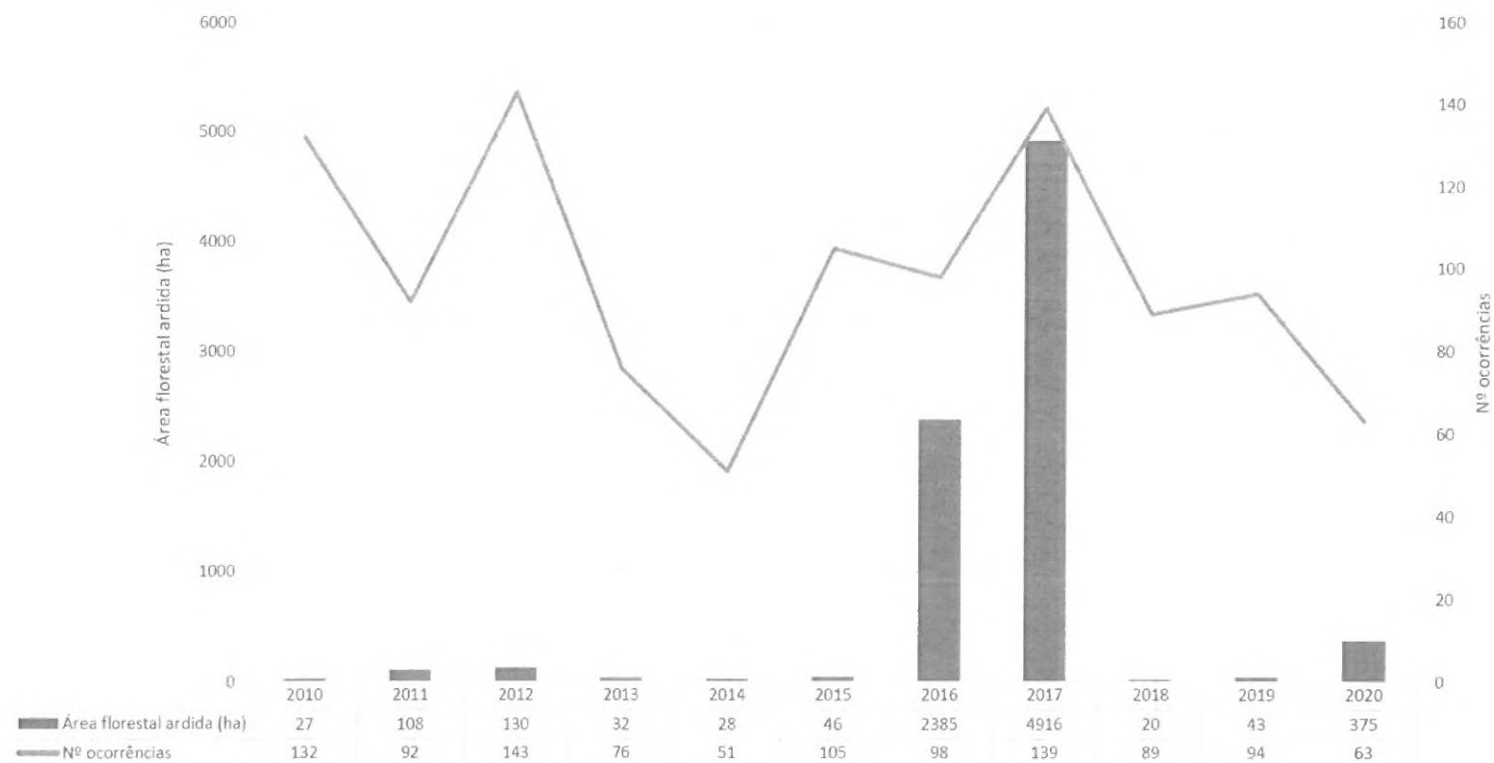


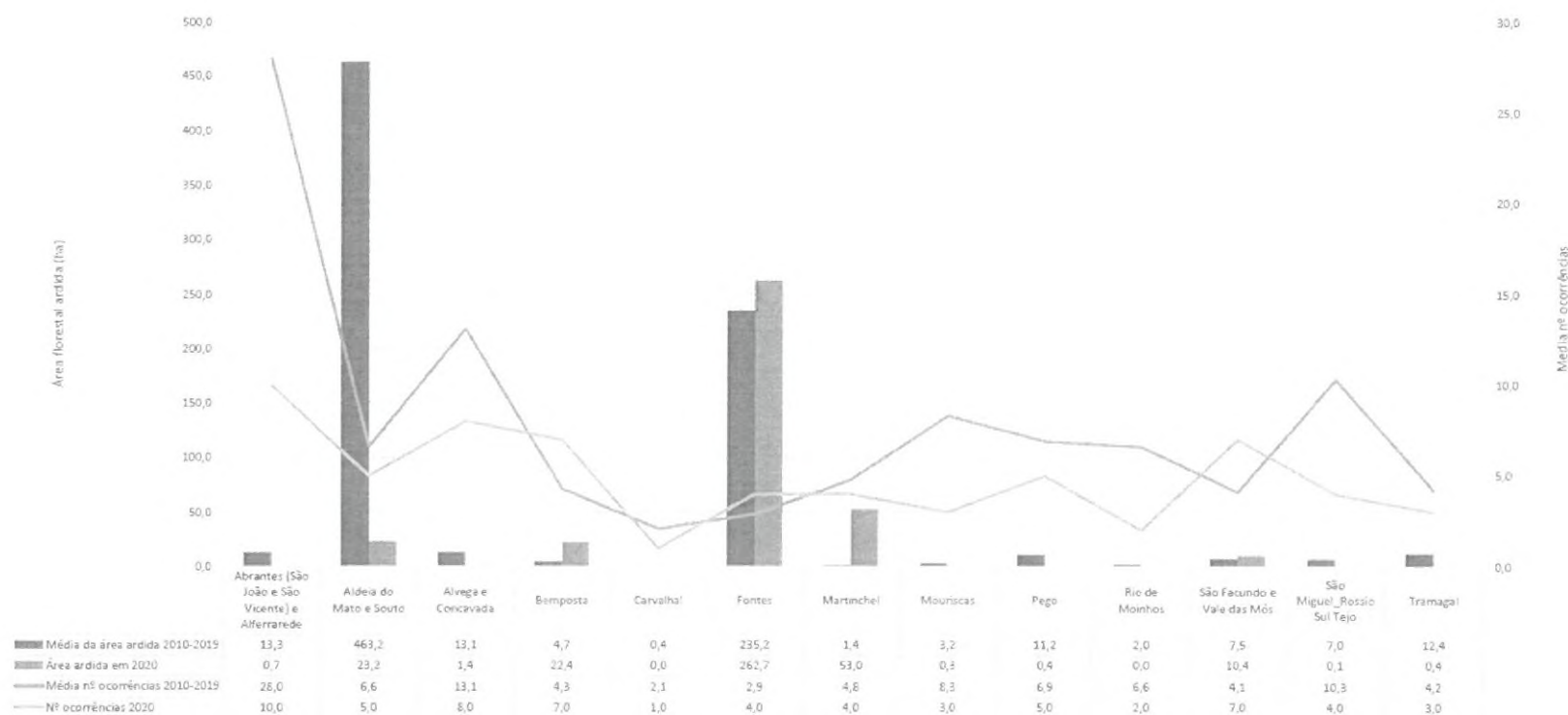
Gráfico 21 – Distribuição Anual da Área Ardida e Número de Ocorrências (2010-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Pl. 63/70

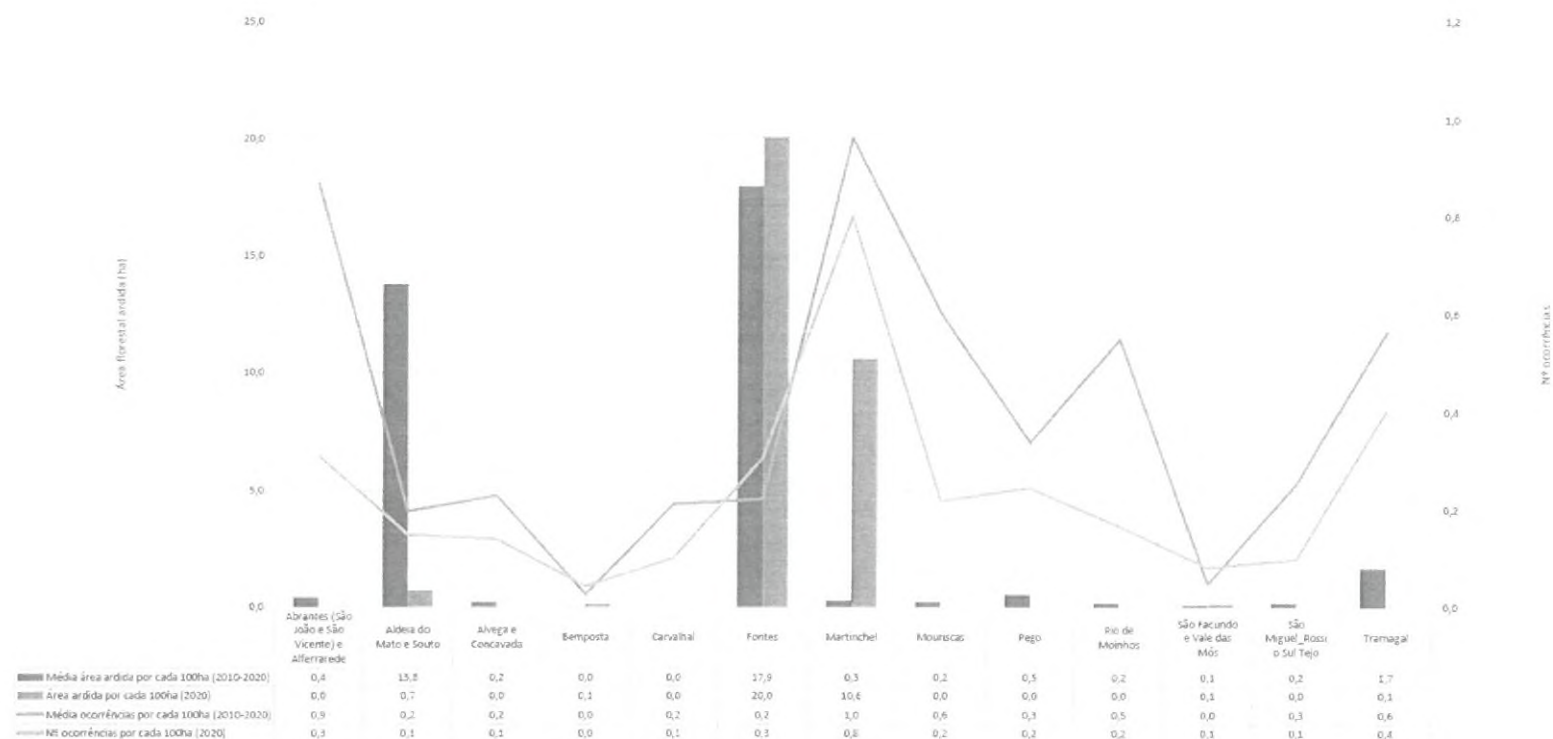
Gráfico 22 – Distribuição Anual da Área Ardida e Número de Ocorrências, por Freguesia (2010-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Pl. 64/2020

Gráfico 23 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências por espaços florestais e por freguesia em cada 100ha (2010 – 2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

PA.65/70

Dos gráficos anteriores, destaca-se o anos de 2017 e verifica-se que a área ardida se concentra nas freguesias a Norte do concelho, que apresenta, devido à estrutura da propriedade e à ocupação do solo apresentam maior risco de incêndio. Destacam-se a UF de Aldeia do Mato e Souto, Fontes e Martinchel. Em relação às ocorrências verifica-se uma forte incidência na UF Abrantes e Alferrarede e na UF de Alvega e Concavada.

5.1.2. Mensal

Na análise do gráfico 24 verifica-se que os meses mais favoráveis à ocorrência de incêndios florestais coincidem com a época mais quente (junho, julho, agosto e setembro). Os meses de julho e agosto correspondem ao período de maior número de ocorrências e de área ardida.

Por este facto na época de maior perigo de incêndio intensificam-se as ações de vigilância e defesa da floresta contra incêndios florestais, pondo-se em prática o Plano Operacional Municipal (POM).

5.1.3. Semanal

Na análise ao gráfico 25 - Distribuição semanal da área ardida e nº de ocorrências, com base nos valores da média 2010-2019, verificamos que o dia mais crítico para a ocorrência de incêndios é o sábado. Na análise ao ano 2020 verifica-se que a quarta-feira apresenta o maior número de ocorrências e maior área ardida, representando 56,98% da área ardida no decénio 2010-2020.

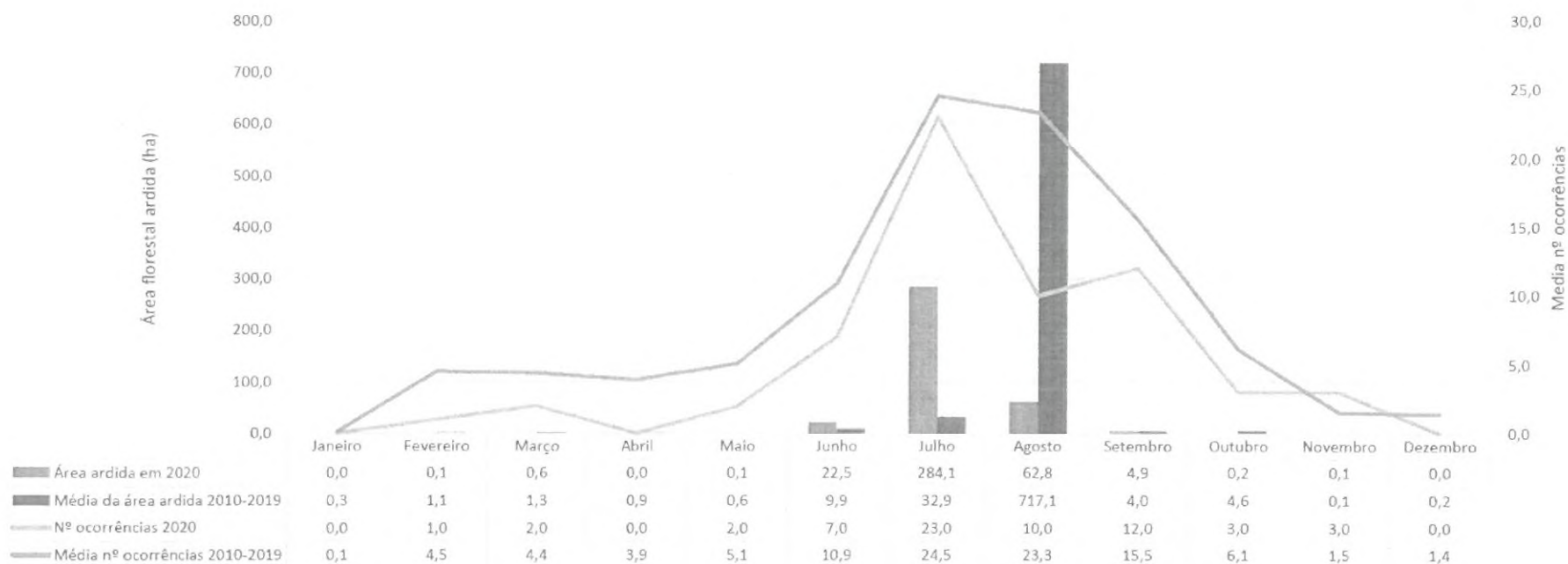
5.1.4. Diária

Na análise ao gráfico 26 destacam-se os dias: 29 de agosto de 2016 e 09 de agosto de 2017, este último que corresponde ao dia do início da maior incêndio dos últimos 10 anos. Esta ocorrência corresponde a 56,98% da área ardida no decénio 2010-2020. É possível verificar, ainda, que o n.º de ocorrências para este dia é 4, que, apesar de elevado, não é o maior registado nos 10 anos, pelo que o valor de área ardida se deve, na sua maioria, à existência de um grande incêndio que ocorreu neste dia. Assim, quanto à distribuição de ocorrências, não se regista qualquer padrão, ocorrendo de forma aleatória.

5.1.5. Horária

Na análise ao gráfico 27 verifica-se que a distribuição horária da área ardida e n.º de ocorrências entre 2010 e 2020 apresenta um período crítico entre as 09.00h e as 20.00h. É neste período que se fazem sentir as condições mais propícias à ocorrência de incêndios (temperatura mais elevada e humidade mais baixa). Entre as 14.00 e as 16.00 horas é onde se verificaram mais ocorrências, 324 ocorrências que corresponde a 29.94% do n.º total de ocorrências dos últimos 10 anos. No entanto a maior área ardida verifica-se entre as 18 e as 19h, 4717ha que corresponde a 58.17% da área ardida no decénio 2010-2020. Face a estas condições, é neste período que são reforçados os meios de vigilância e deteção.

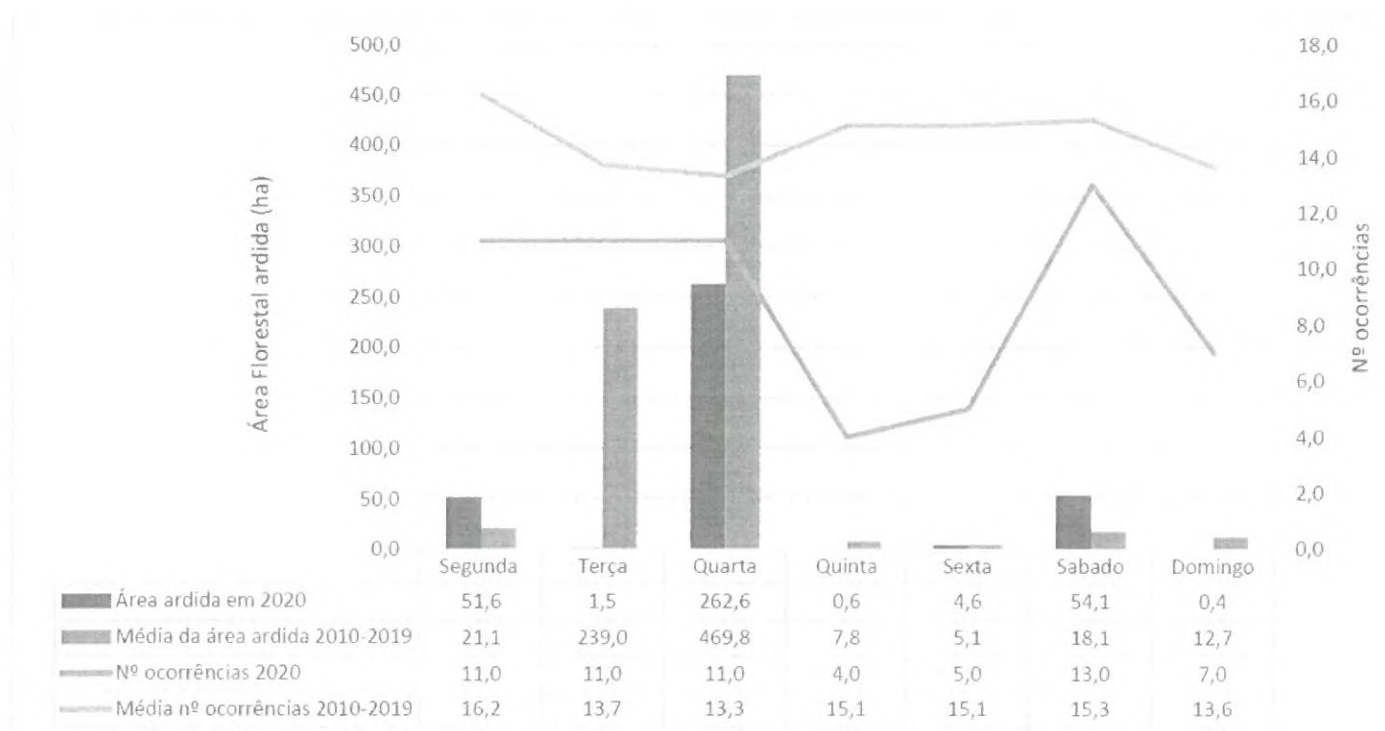
Gráfico 24 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2020 e média 2010-2019



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

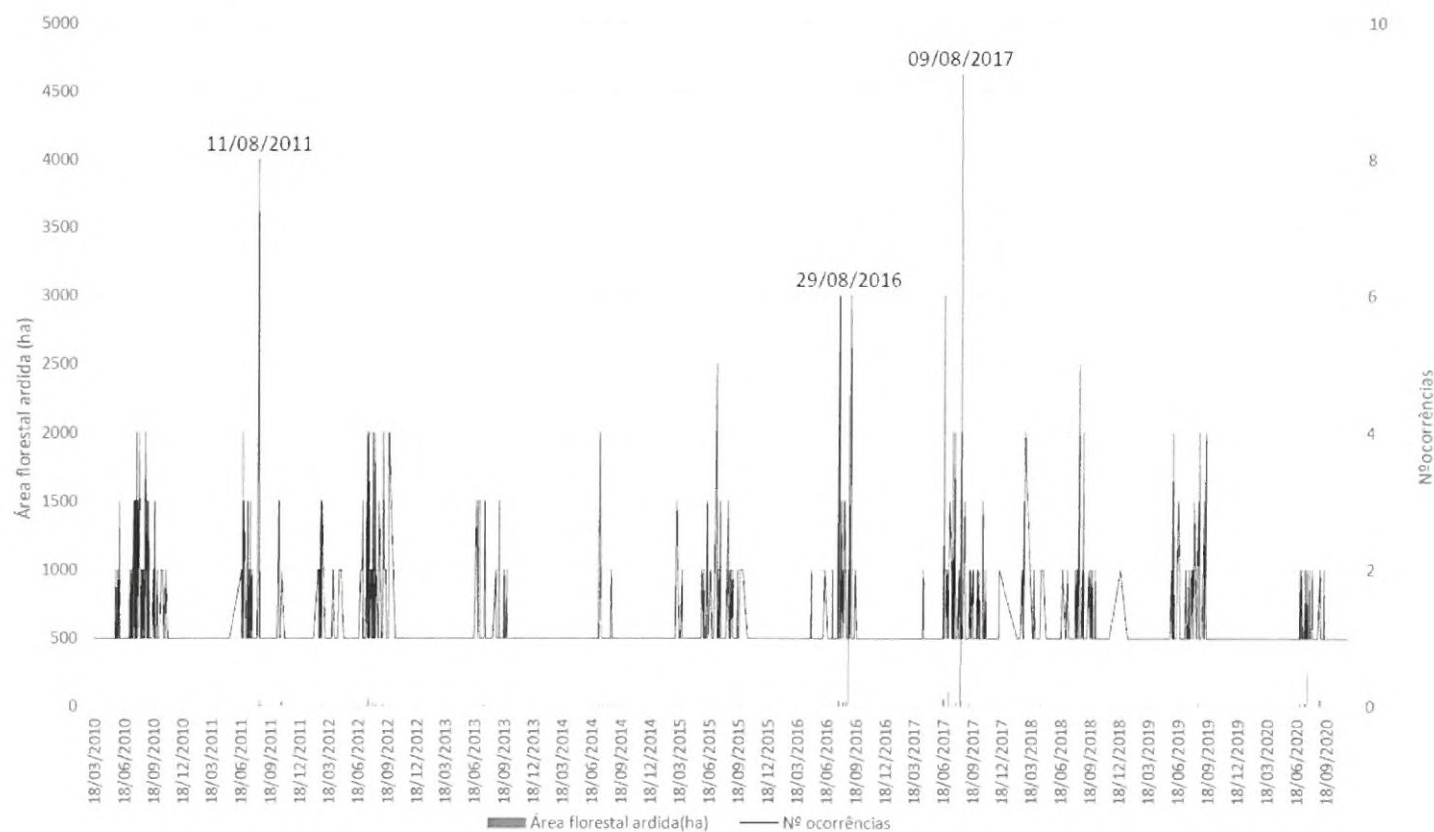
88.68/170

GRÁFICO 25 – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DA ÁREA ARDIDA E DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (1990-2012)



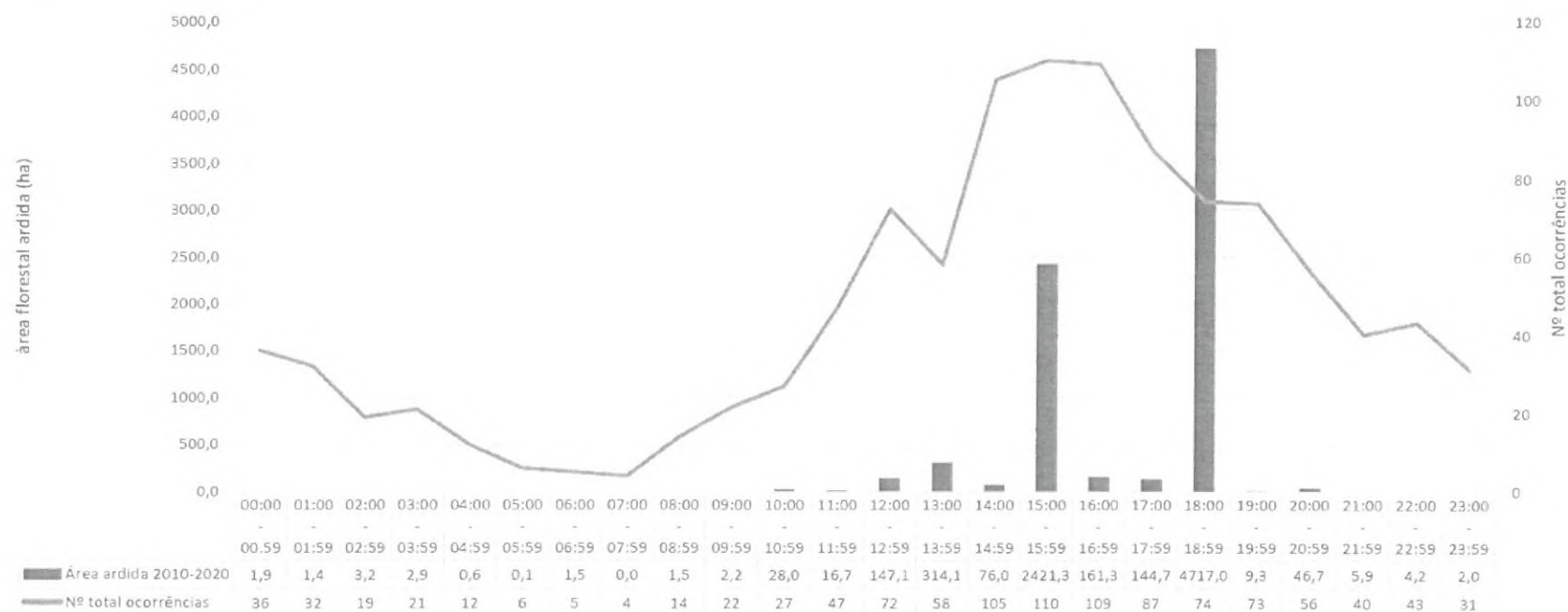
Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Gráfico 26 – Diário acumulado 2010-2020



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Gráfico 27 – Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências (2010-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

5.2. Área Ardida em Espaços Florestais

Da análise do gráfico 28, da distribuição da área ardida em espaços florestais no período entre 2010 e 2020, verifica-se que a percentagem de área ardida em povoamentos florestais foi mais elevada nos anos de 2016 e 2017, como facilmente se compreende, uma vez que correspondem aos anos em que arderam áreas significativas. Em 2016 arderam 2143.1ha de área florestal, o que corresponde a 26.47% da área ardida no decénio 2010-2020 e 4186.4ha de área florestal, em 2017, o que corresponde a 51.62% da área ardida no mesmo decénio. A área ardida de matos tem uma percentagem bastante mais reduzida: em 2016: 212.2ha, que corresponde a 2.62% e em 2017, 662.5ha que corresponde a 8.17% da área ardida no decénio 2010-2020.

5.3. Área Ardida e Número de Ocorrências por Classes de Extensão

Não existe relação direta entre a área ardida e número de ocorrências, a área ardida originada pelos grandes incêndios não apresenta qualquer relação com o número de ocorrências.

No período 2010-2020, das 1082 ocorrências registadas, 309 deram origem a incêndios com menos de 1 ha – 28.5%, no entanto, e mais preocupante, apenas 4 ocorrências deram origem a uma área ardida superior a 7000 ha – 0.37% (gráfico 29).

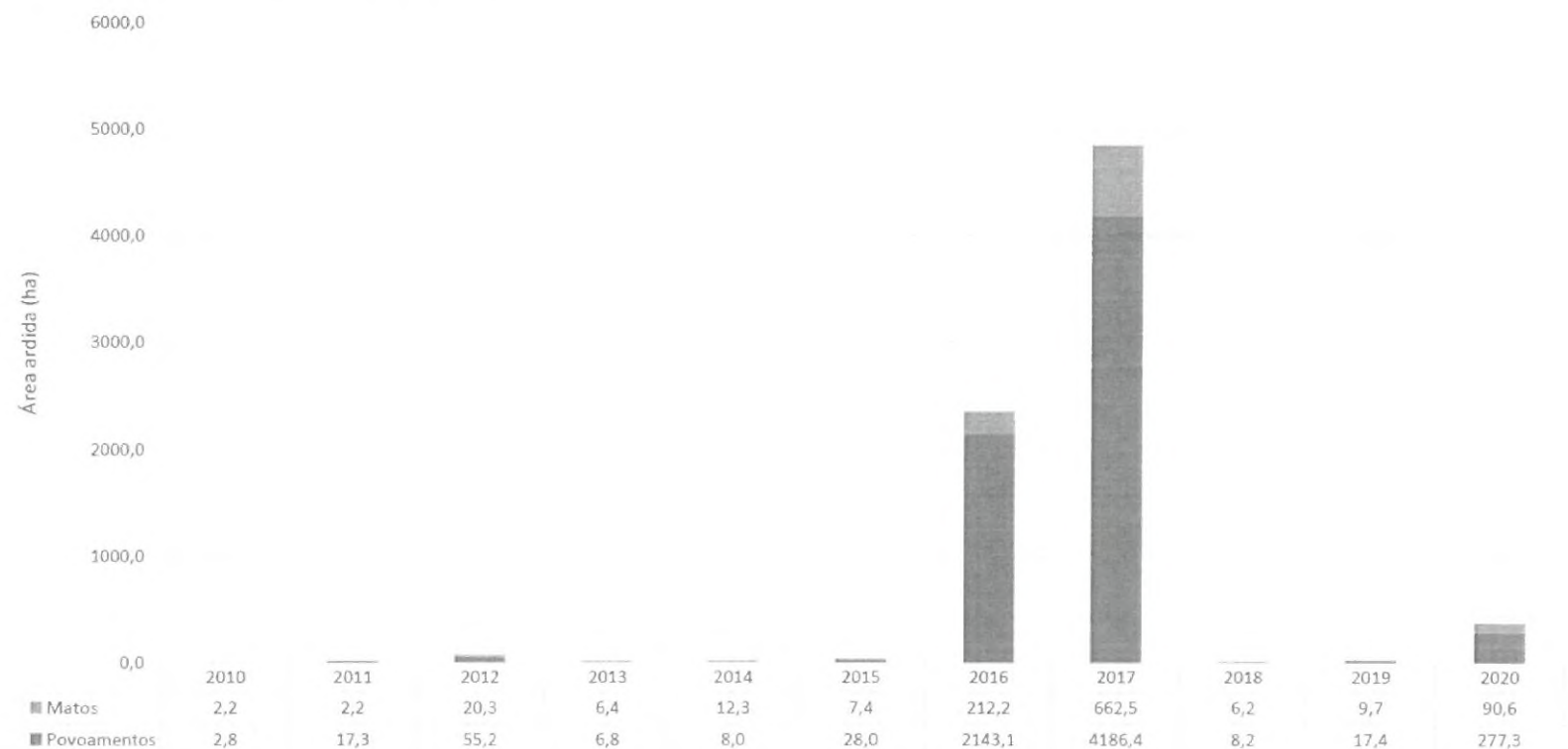
A rápida deteção de um incêndio e a primeira intervenção assumem um papel preponderante no sentido de inviabilizar que uma pequena ignição se transforme num grande incêndio.

5.4. Pontos Prováveis de Início e Causas

O figura 18 relaciona os pontos de início e as causas dos incêndios observados no concelho de Abrantes, entre 2010 e 2020.

Relativamente à distribuição das causas dos incêndios (tabela 11) dos 853 incêndios investigados, 476 tiveram origem intencional, o que corresponde a 55.8% do total das ocorrências. As restantes causas dividem-se em natural (0.82%) , negligente (26.96%) , desconhecida (14.65%) e reacendimentos (1.76%).

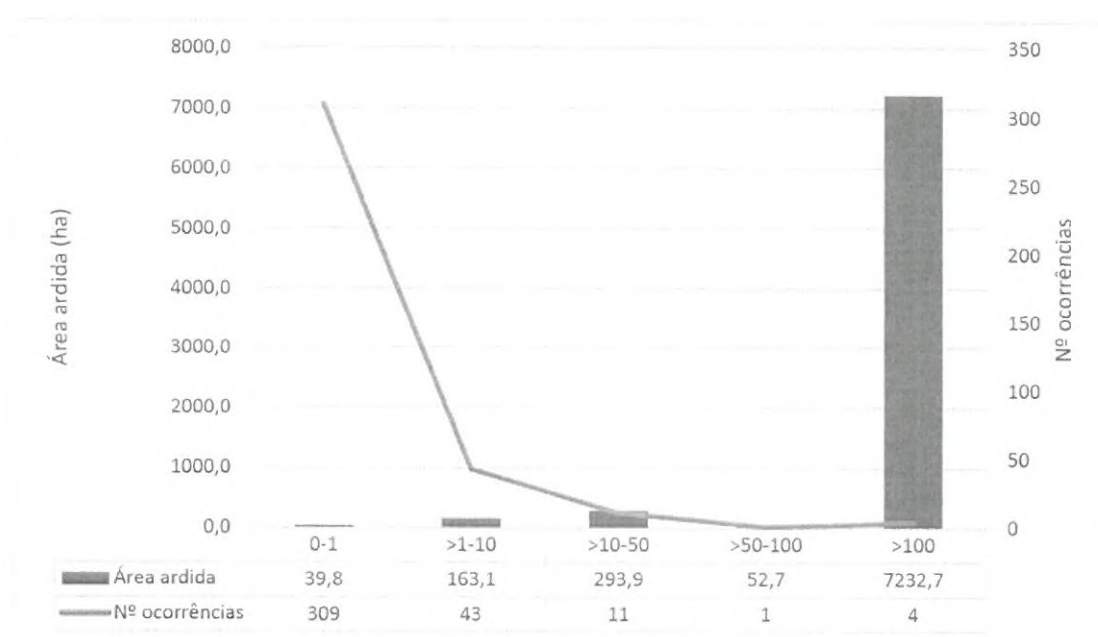
Gráfico 28 – Distribuição da área ardida em espaços florestais (1910-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

19.73/20

Gráfico 29 – Distribuição da área ardida e do n.º de Ocorrências por Classes de Extensão (2010 - 2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Figura 18 - Pontos Prováveis de início e Causas

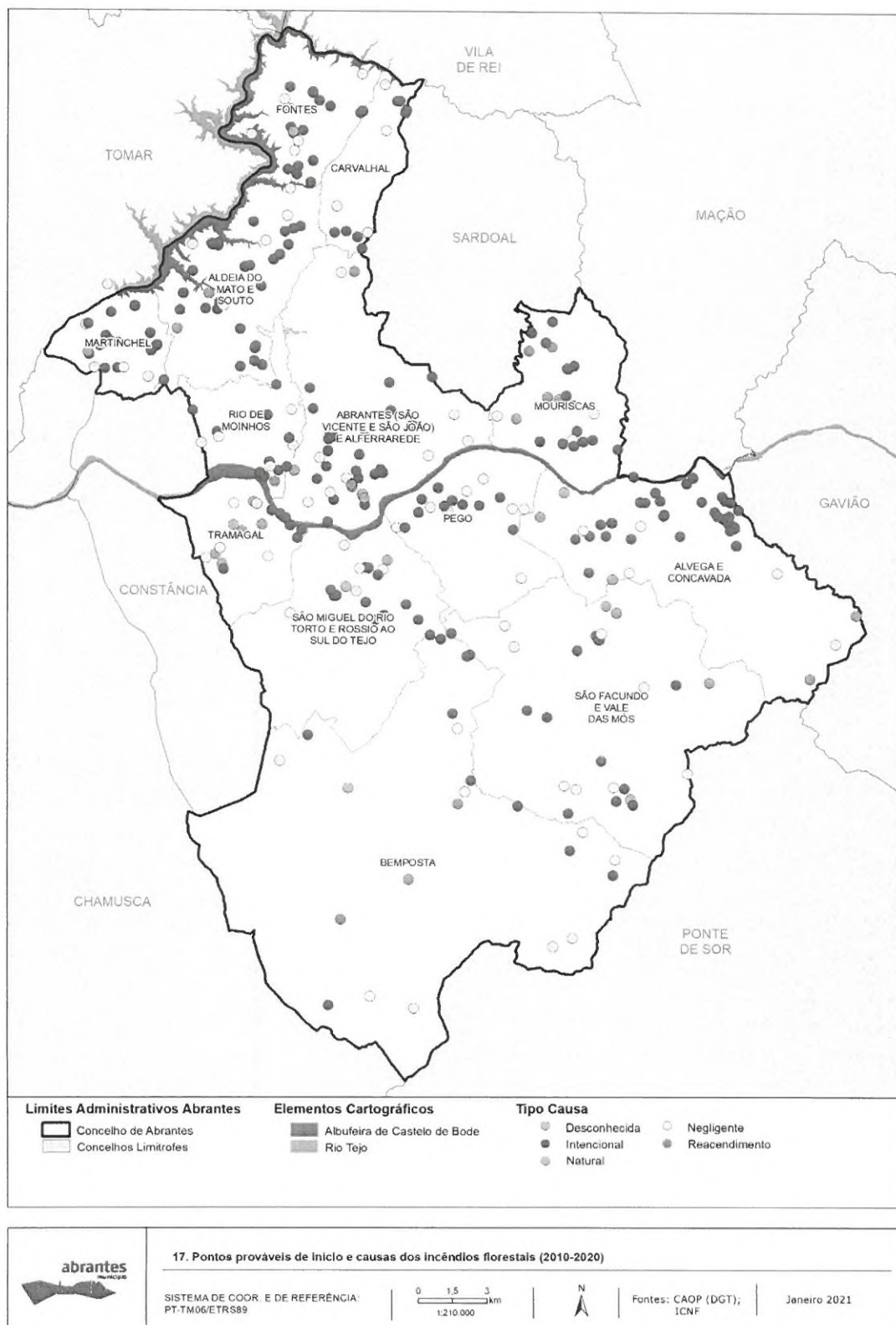


Tabela 11 - Nº Total de Incêndios e Causas, por Freguesia (2010 a 2020)

Freguesias	Causa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
UF Abrantes e Alferrarede	Natural												0
	Intencional	9	1	29	16	3	15	12	6	7	11	3	112
	Negligente	1	1	3	5	1	5	8	10	7	9	5	55
	Desconhecida	15	19	13			1	1	1				50
	Reacendimento						1	1			1		3
	Sub Total	25	21	45	21	4	22	22	17	14	21	8	220
UF Aldeia do Mato e Souto	Natural								0				0
	Intencional	1	1	6	2	2	3	2	18		2	4	41
	Negligente	1	1		1	1	2				2	1	9
	Desconhecida	2	4										6
	Reacendimento								1				1
	Sub Total	4	6	6	3	3	5	2	19	0	4	5	57
UF Alvega e Concavada	Natural											1	1
	Intencional	21	7	7	9	1	3	12	2	13	1	2	78
	Negligente	2		3		2	1		2	2	4	2	18
	Desconhecida	5	3	4		1	2	1					16
	Reacendimento			1					1				2
	Sub Total	28	10	15	9	4	6	13	5	15	5	5	115
Bemposta	Natural							1					1
	Intencional	1	2	1	3	1	2	1	3	1		1	16
	Negligente	2	1		1	1	2		3	2	1	6	19
	Desconhecida		2				1						3
	Reacendimento						1	1					2
	Sub Total	3	5	1	4	2	6	3	6	3	1	7	41
Carvalhal	Natural												0
	Intencional		1	1	1		1	1		4	2	1	12
	Negligente			2	1	1	1		1	1			7
	Desconhecida												0
	Reacendimento												0
	Sub Total	0	1	3	2	1	2	1	1	5	2	1	19
Fontes	Natural												0
	Intencional			3	1		1	3	1		8	2	19
	Negligente						1	1		3		2	7
	Desconhecida	1											1
	Reacendimento												0
	Sub Total	1	0	3	1	0	2	4	1	3	8	4	27
Martinchel	Natural												0
	Intencional	3	1	4	2	2	4	1	1		3	3	24
	Negligente	2		3	2	1	1		2			1	12
	Desconhecida	2	5										7

	Reacendimento						1	1					2
	Sub Total	7	6	7	4	3	6	2	3	0	3	4	45
Mouriscas	Natural												0
	Intencional	2	4	2		1	7	1	9	5	4	2	37
	Negligente	2	1		1	1	2		5	4	4	1	21
	Desconhecida	3	3	2							1		9
	Reacendimento								2	1			3
	Sub Total	7	8	4	1	2	9	1	16	10	9	3	70
Pego	Natural			0		1							1
	Intencional	2	6	13	3		1		1	1	2	1	30
	Negligente	2		4	1	2	5	2	3	1	1	2	23
	Desconhecida	3	2	0									5
	Reacendimento			0									0
	Sub Total	7	8	17	4	3	6	2	4	2	3	3	59
Rio de Moinhos	Natural												0
	Intencional	5	5	7	4	2	2	1	3	2	3	1	35
	Negligente	2	1	1	1		2	2	2	2	3	1	17
	Desconhecida	1	2										3
	Reacendimento								1				1
	Sub Total	8	8	8	5	2	4	3	6	4	6	2	56
UF S. Miguel do Rio Torto e Rossio S. Tejo	Natural				1				1			1	3
	Intencional	2	2	8	2	2	3	8	6	2	8	1	44
	Negligente	2		1	1	2	1	2	1	2	3	1	16
	Desconhecida	7	4	2									13
	Reacendimento												0
	Sub Total	11	6	11	4	4	4	10	8	4	11	3	76
UF S. Facundo e Vale das Mós	Natural												0
	Intencional		1	1	1		2	3	2	4		3	17
	Negligente	1		2		1	3	2	1		1	3	14
	Desconhecida	2				2				1			5
	Reacendimento									1			1
	Sub Total	3	1	3	1	3	5	5	3	6	1	6	37
Tramagal	Natural						1						1
	Intencional				1	2	1	2	2		1	2	11
	Negligente		1		1		1	1	7			1	12
	Desconhecida	2		3	1	1							7
	Reacendimento												0
	Sub Total	2	1	3	3	3	3	3	9	0	1	3	31
	Total	106	81	126	62	34	80	71	98	66	75	54	853

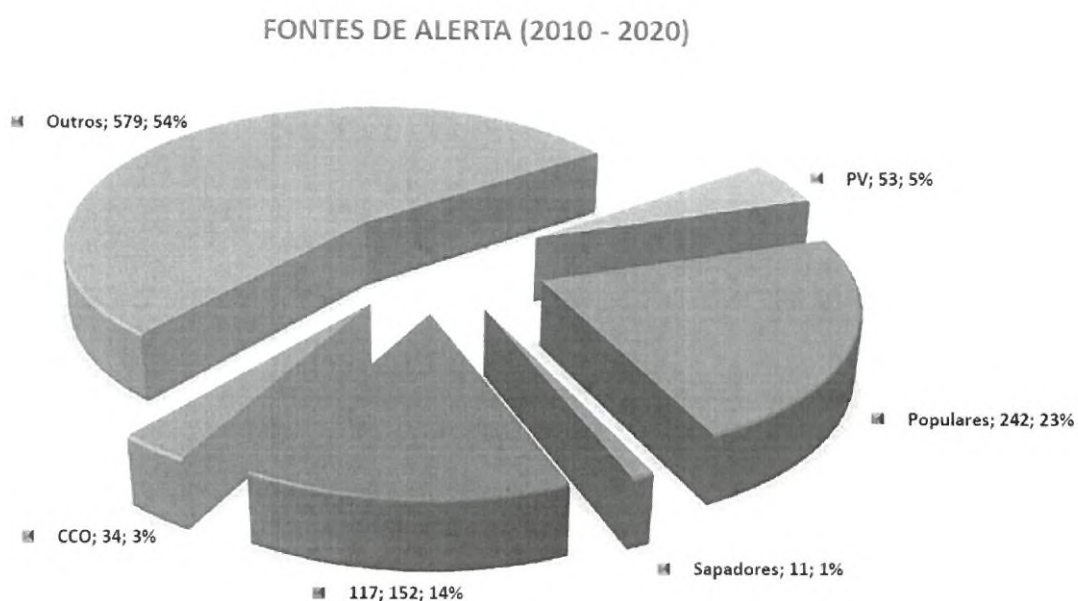
Fonte: ICNF/ SGIF 2020

5.5. Fontes de Alerta

Pela análise do gráfico seguinte (gráfico 30) durante o período analisado (2010 a 2020) a fonte de alerta com maior percentagem foi a fonte “outros” (54%) seguida dos populares (23%). As restantes fontes de alerta têm um valor menos significativo, mas não menos importantes.

Importa salientar que a vigilância fixa e móvel funciona apenas durante a época estival.

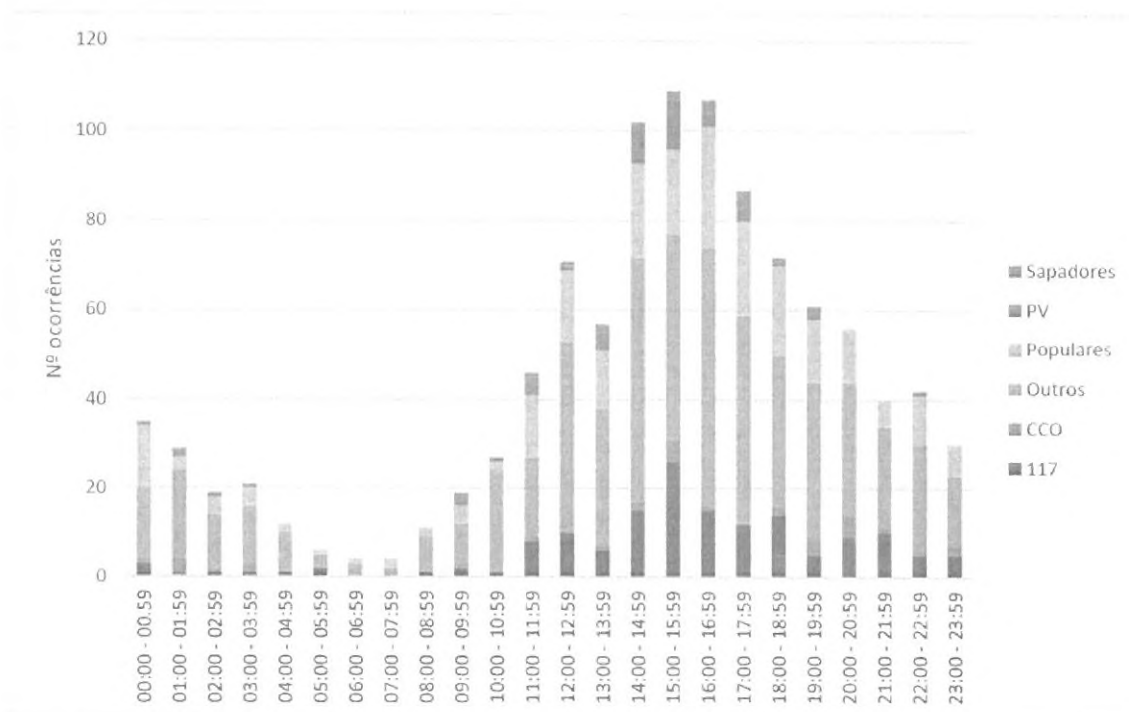
Gráfico 30 – Distribuição do nº de Ocorrências por Fonte de Alerta (2010-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Na análise ao gráfico 31 - Distribuição do nº de ocorrências por fonte e hora de alerta entre 2010 e 2020, verifica-se que a maior percentagem de alertas ocorre entre as 12.00h e as 20.00h

Gráfico 31 – Distribuição do n.º de Ocorrências por Fonte e Hora de Alerta (2010-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

5.6. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA SUPERIOR OU IGUAL A 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO

5.6.1. ANUAL

Através dos valores apresentados na figura 19, tabela 12 e gráfico 32 verifica-se que em apenas 4 ocorrências, com uma área ardida superior a 100 hectares, geraram 7.232,7 hectares de área ardida. O ano de 2017 destaca-se com 4.700,6ha que coincidiu com fenómenos meteorológicos anormais e ainda à existência de inúmeros incêndios por todo o país .

5.6.2. Mensal

Analisando a tabela 13 e gráfico 33, distribuição mensal, verifica-se que no período de 2010 a 2020 os grandes incêndios ocorreram em julho e agosto. Estes meses apresentam condições climáticas mais severas, nomeadamente, valores de temperatura elevados, reduzidos valores de humidade (quer atmosférica, quer do solo, e por, conseguinte, dos combustíveis). Estas condições aliadas à topografia do terreno acentuam as dificuldades de deslocação de meios materiais e humanos tornando o combate aos incêndios extremamente difícil.

5.6.3. Semanal

Pela análise do gráfico 34, o dia com mais ocorrências e maior área ardida, é a quarta-feira. A análise indica que o nº de ocorrências se distribui de forma aleatória.

5.6.4. Horária

Pela análise do gráfico 35 verifica-se que os valores mais elevados de área ardida registaram-se no período horário compreendido entre as 15.00 e as 18.00 horas. Relativamente ao número de ocorrências verifica-se que existe um aumento a partir das 12.00 horas e um decréscimo acentuado a partir das 18.00 horas. Trata-se do período do dia onde o fator climático propicia a ocorrência de ignições (elevados valores de temperatura e reduzidos valores de humidade atmosférica e grande secura de combustíveis).

Figura 19 - Grandes incêndios(área superior a 100 ha) – 2010-2020

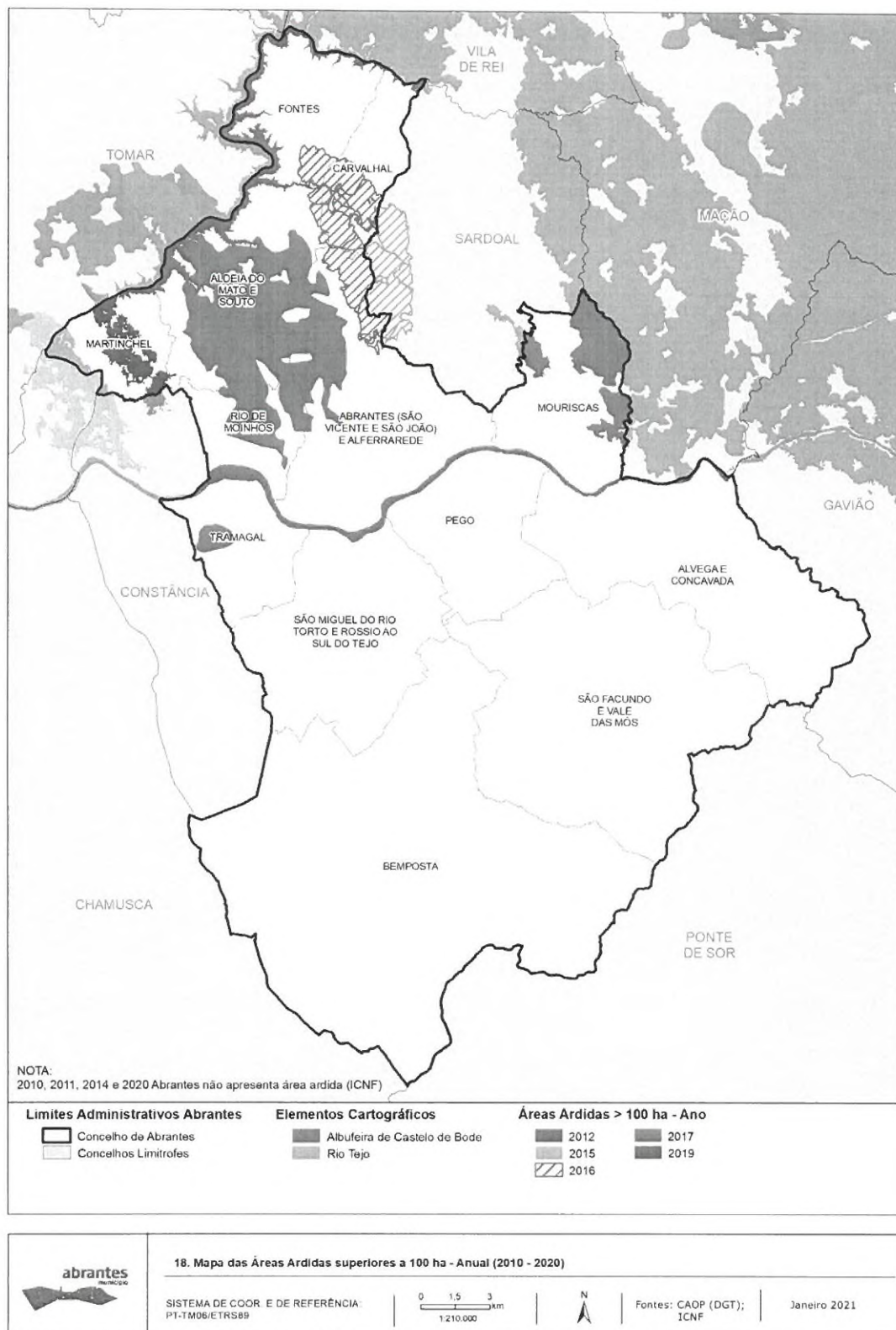
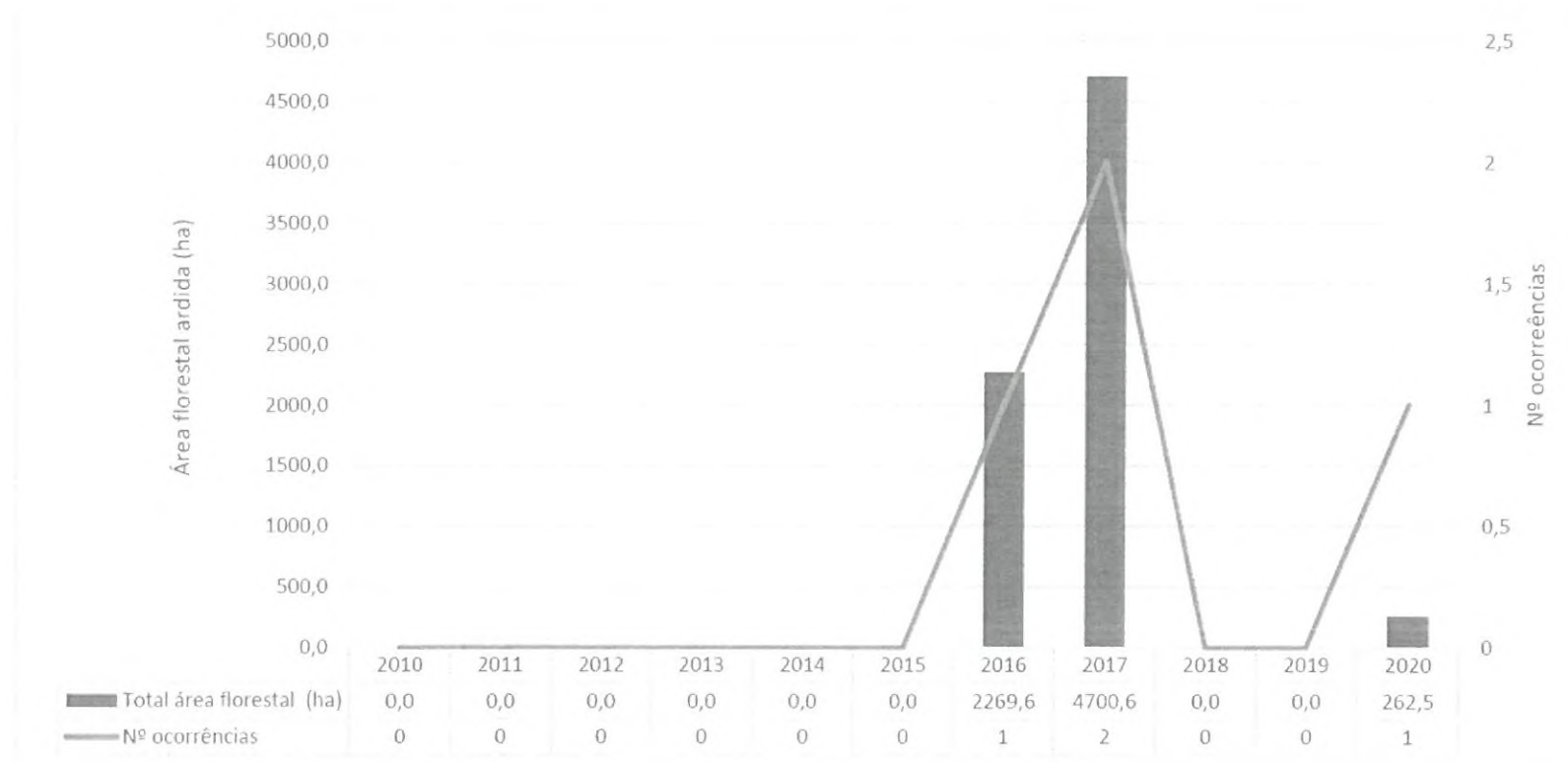


Tabela 12 - Distribuição Anual dos Grandes incêndios (> 100ha) – 2010 a 2020

Ano	Classe de extensão (ha)					
	Nº ocor. 100-500	Area Ardida	Nº ocor. >500-1000	Area Ardida	Nº ocor. >1000	Area Ardida
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	1	2270
2017	1	100	0	0	1	4600
2018	0	0	0	0	0	0
2019	0	0	0	0	0	0
2020	1	262	0	0	0	0
Total	2	363	0	0	2	6870

Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Gráfico 32 – Distribuição Anual dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

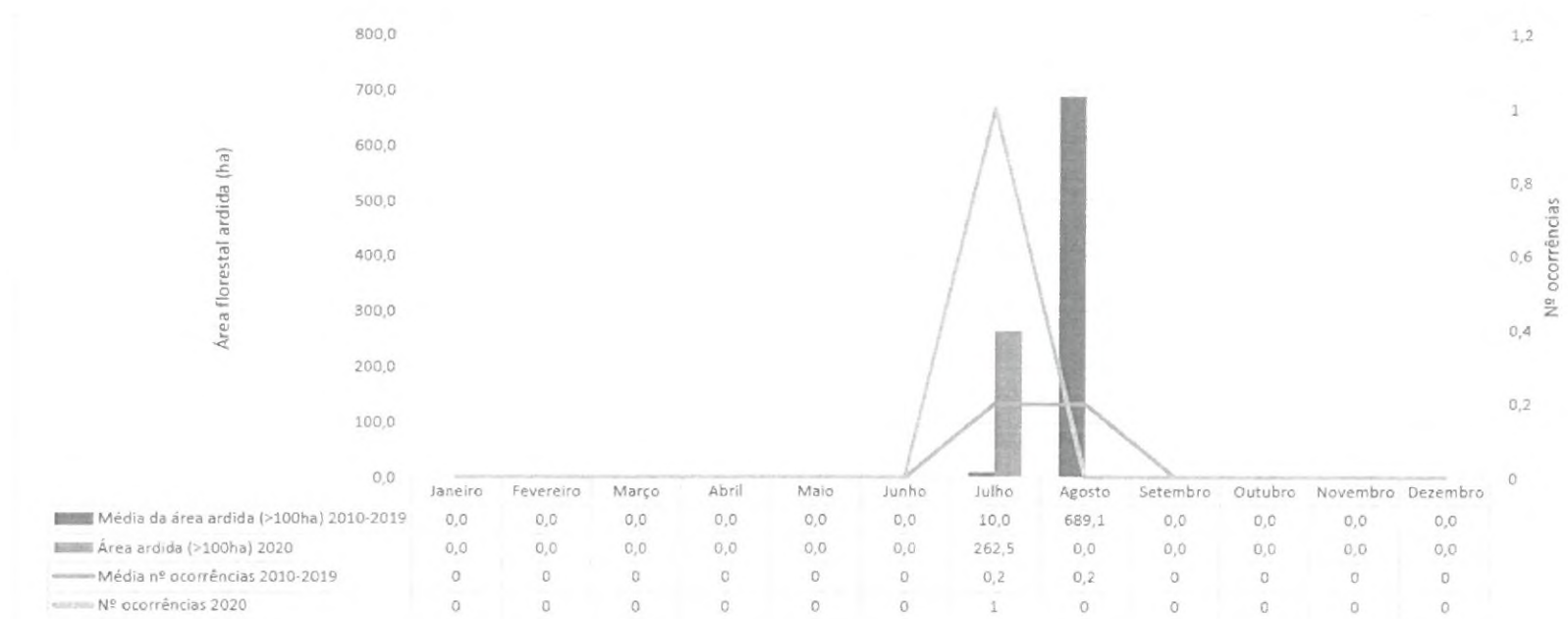
Pl. 83/170

Tabela 13 - Distribuição mensal dos grandes incêndios (> 100ha) – 2010 a 2020

Classe de Extensão (ha)	Mês	Nº Ocorrências	Área ardida (ha)
100 - 500	Julho	1	363
	Agosto	1	100
	Subtotal	2	463
>500 - 1000	Julho	0	0
	Agosto	0	0
	Subtotal	0	0
>1000	Julho	0	0
	Agosto	2	6870
	Subtotal	2	6870
TOTAL		4	7333

Fonte: ICNF/ SGIF 2020

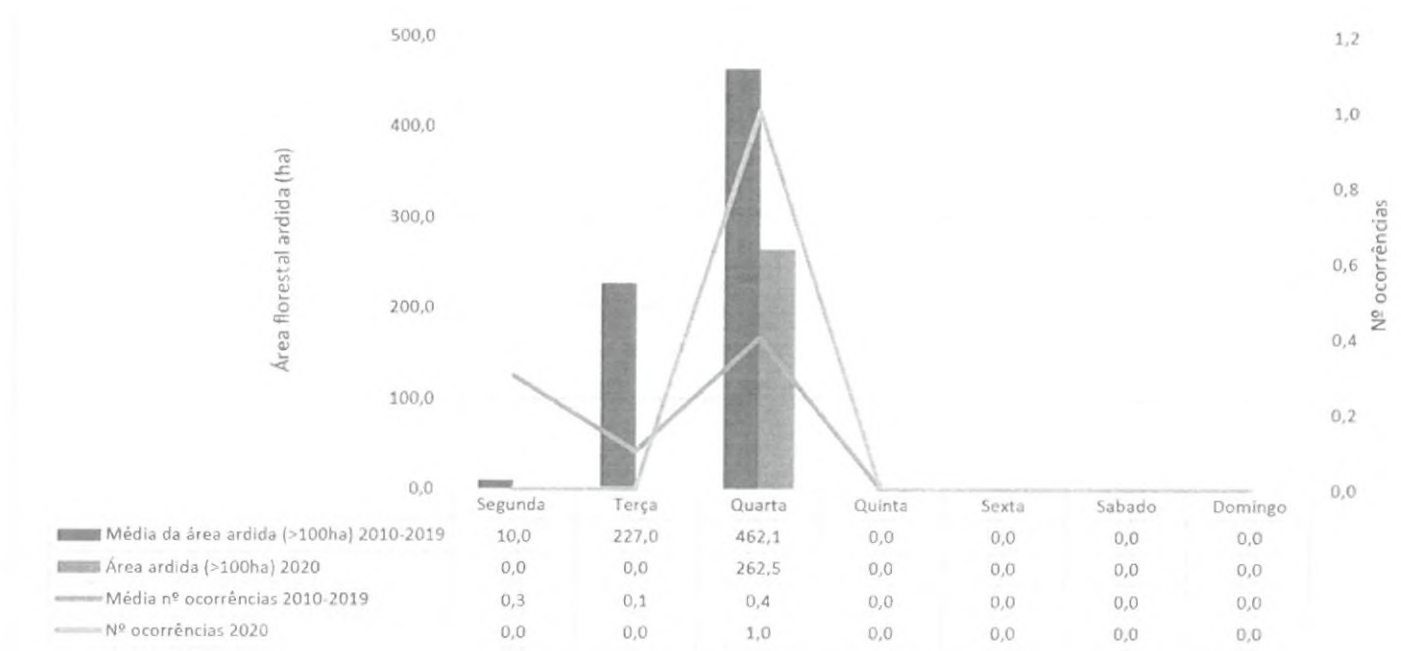
Gráfico 33 – Distribuição Mensal dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

19.85/170

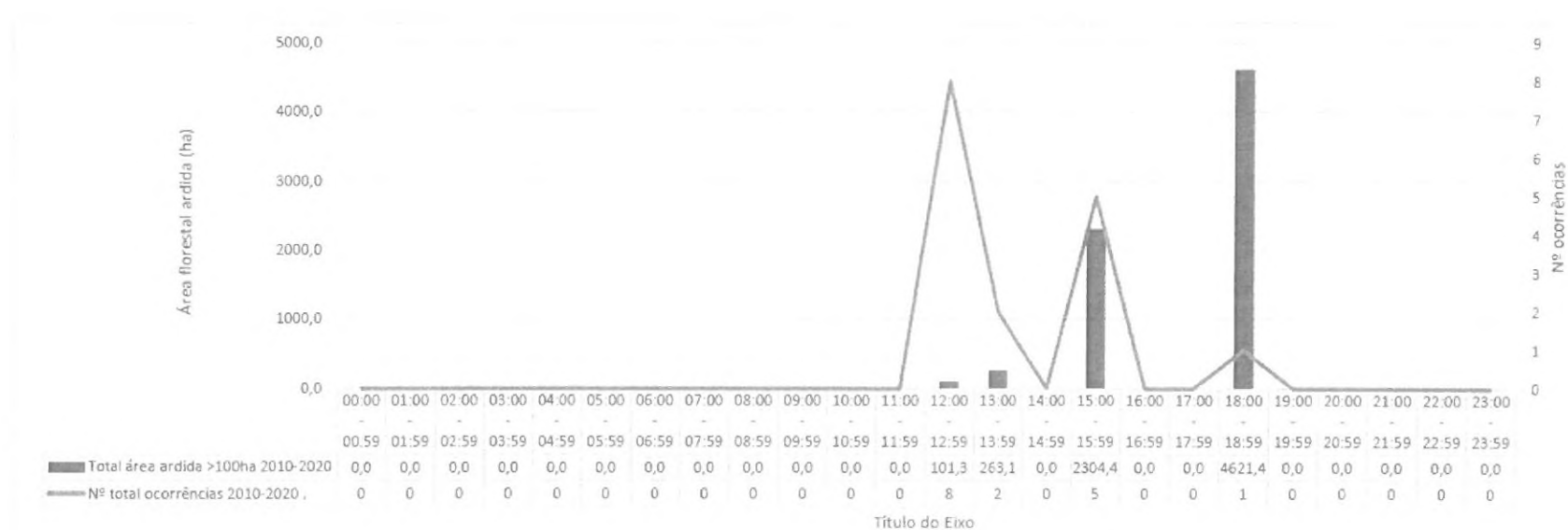
Gráfico 34 – Distribuição Semanal dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Fl. 86/170

Gráfico 35 – Distribuição Horária dos Grandes incêndios (> 100ha) e do nº de Ocorrências – 2010 a 2020



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

887/70

**PLANO MUNICIPAL DE DEFESA
DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

Caderno II Plano de Ação 2021-2030

**CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES
JANEIRO 2021**



PL-282/10

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS



FREGUESIAS

ABRANTES E ALFERRAREDE
ALDEIA DO MATO E SOUTO
ALVEGA E CONCAVADA
BEMPOSTA
CARVALHAL
FONTES
MARTINCHEL
MOURISCAS
PEGO
RIO DE MOINHOS
SÃO FACUNDO E VALE DAS
Mós
SÃO MIGUEL DO RIO TORTO
E ROSSIO AO SUL DO TEJO
TRAMAGAL



Índice

1. Enquadramento no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra os Incêndios Florestais	6
2. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais	8
2.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal	12
2.2.2. Risco de Incêndio Florestal	15
3. Objetivos e Metas Municipais da DFCI	19
4. Eixos Estratégicos	21
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	22
4.1.1.1. Rede de Faixas de gestão de combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	22
4.1.1.2. Rede Viária Florestal	25
4.1.1.3. Rede de Pontos de Água	27
4.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI	29
4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1º eixo	29
4.1.2.1. Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água	29
4.1.2.2. Condicionais à Edificação	41
4.1.2.3. Rede Viária florestal	41
4.1.2.4. Rede de Pontos de Água	42
4.1.2.5 Metas e indicadores	47
4.1.2.6 Orçamento e responsáveis	48
4.2.1. Avaliação	51
4.2.1.1. Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos que lhe estão na origem	51
4.2.1.2. Identificação das situações previstas na legislação passíveis de fiscalização na área da DFCI	53
4.2.2. Planeamento das Ações referentes ao 2º Eixo	54
4.2.2.1. Sensibilização	54

4.2.2.2. Fiscalização	58
4.2.2.3. Metas e indicadores	60
4.3.1. Avaliação.....	61
4.3.1.1. Vigilância e deteção	61
4.3.1.2 1ª intervenção	64
4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós incêndio	67
4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3º eixo	69
4.3.2.1. Metas e indicadores	69
4.3.2.2. Orçamento e responsáveis	70
4.4.1. Avaliação.....	71
4.4.1.1. Estabilização de Emergência	71
4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats	73
4.4.2. Planeamento das Ações Referentes ao 4º eixo	75
4.4.2.1. Estabilização de Emergência	75
4.4.2.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	75
4.5.1. Avaliação.....	76
4.5.1.1. Formação	76
4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5º eixo	77
4.5.2.1. Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	77
4.5.2.2. Formação	78
4.5.2.3. Atividade da CMDF	78
4.5.2.4. Aprovação do Plano Operacional Municipal	79
5. Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI	80
6. Lista de Distribuição	81

Figuras

Figura 1 - Modelo de combustíveis florestais	10
Figura 2 – Componentes do Modelo de Risco.....	12
Figura 3 - Perigosidade de incêndio florestal	14
Figura 4 - Risco de incêndio florestal.....	16

Figura 5 - Prioridades de defesa	18
Figura 6 - Rede de FGC.....	24
Figura 7 - Rede viária florestal.....	26
Figura 8 – Rede de pontos de água	28
Figura 9 – Intervenção Preconizada - ano 2021	30
Figura 10 – Intervenção Preconizada - ano 2022	31
Figura 11 – Intervenção Preconizada - ano 2023	32
Figura 12 – Intervenção Preconizada - ano 2024	33
Figura 13 – Intervenção Preconizada - ano 2025	34
Figura 14 – Intervenção Preconizada - ano 2026	35
Figura 15 – Intervenção Preconizada - ano 2027	36
Figura 16 – Intervenção Preconizada - ano 2028	37
Figura 17 – Intervenção Preconizada - ano 2029	38
Figura 18 – Intervenção Preconizada - ano 2030	39
Figura 19 – Imagens das Campanhas de Sensibilização	56
Figura 20 – Cartazes e ações de Sensibilização	57
Figura 21 – Zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização	59
Figura 22 – Vigilância e deteção	63
Figura 23 – 1ª Intervenção	66
Figura 24 – Mapa de Estabilização de Emergência – 2015, 2016 e 2017.....	72
Figura 25 – Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	74

Tabelas

Tabela 1 - Equivalência entre os modelos de combustível para Portugal e os modelos de combustível NFFL do concelho de Abrantes	8
Tabela 2 - Objetivos e Metas a alcançar até 2030.....	19
Tabela 3 - Faixas e mosaicos de gestão de combustível existentes no período (2021-2030)	40
Tabela 4 - Rede viária florestal total para o período (2021-2030)	42
Tabela 5 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2021-2030)	42

Tabela 6 - Intervenção na rede de pontos de água para o período (2021-2030)	42
Tabela 7 - Metas e indicadores das faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.....	47
Tabela 8 - Metas e indicadores da rede viária.....	47
Tabela 9 - Metas e indicadores dos pontos de água	48
Tabela 10 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das FGC.....	48
Tabela 11 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária.....	49
Tabela 12 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água.....	49
Tabela 13 - Estimativa total de orçamento - 1º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2021-2030).....	49
Tabela 14 - Comportamentos de risco – diagnóstico 2020.....	51
Tabela 15 - Inventariação de autos e processos instruídos	54
Tabela 16 - Proposta das ações de sensibilização	54
Tabela 17 - Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas	60
Tabela 18 - Orçamentação das ações de sensibilização previstas	60
Tabela 19 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção nas fases de perigo (2015-2020).....	62
Tabela 20 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo (2015-2020).....	64
Tabela 21 - Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas	69
Tabela 22 - Necessidades de formação	77
Tabela 23- Entidades Responsáveis pelas Ações.....	77
Tabela 24 - Programa de formação para as diversas entidades e a sua estimativa de orçamento para o período de vigência do PMDFCI (2021-2030).....	78
Tabela 25 - Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta	79
Tabela 26 - Estimativa de orçamento do PMDFCI (2021-2030)	80

Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição da área (%) por modelos de combustível	11
Gráfico 2 – Distribuição da área (%) por grau de perigosidade	13
Gráfico 3 – Distribuição da área (%) por grau de risco	15
Gráfico 4 – Causas dos incêndios (2010-2020).....	52
Gráfico 5 – Tempos de chegada das equipas de 1.ª Intervenção nas diferentes fases ...	65
Gráfico 6 – Número de reacendimentos (2010-2020)	68

1. Enquadramento no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra os Incêndios Florestais

1.1. Enquadramento Legal

Os Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de âmbito municipal ou intermunicipal contêm as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, incluem a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Os PMDFCI são elaborados pelas câmaras municipais, sujeitos a parecer prévio da respetiva CMDF e parecer vinculativo do ICNF, I. P., e aprovados pela assembleia municipal, respeitando os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal existentes.

Este Plano contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, que dão cumprimento ao Decreto – Lei nº 124/2006 de 28 de Junho de 2006, na sua atual redação.

O PMDFCI tem uma vigência de 10 anos (2021- 2030) e a sua coordenação e gestão cabem ao presidente da Câmara Municipal.

Este Plano foi elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Abrantes.

1.2. Instrumentos de Gestão Territorial

As linhas de atuação do PMDFCI estão de acordo com as características do território e com as funções predominantes dos espaços florestais. O PMDFCI está enquadrado e respeita os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal existentes, em particular:

- Plano Nacional DFCI (RCM n.º 65/2006, de 26 Maio)
- Estratégia Nacional para as Florestas
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
- Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).

- Plano Regional de Ordenamento Florestal – PROF Lisboa e Vale do Tejo
- Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI)
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode
- Orientações estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas

2. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais

2.1. Modelos de Combustíveis Florestais

A caracterização das formações vegetais que constituem um potencial combustível florestal consiste numa tarefa essencial no processo de avaliação quantitativa do comportamento do fogo. A caracterização do comportamento do fogo associado a condições ambientais específicas assume particular importância no processo de tomada de decisão em sistemas de gestão do fogo.

A cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo NORTHERN FOREST LABORATORY (NFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionada uma orientação da aplicabilidade do território continental desenvolvida por Fernandes, P.M. na classificação dos modelos de combustível para Portugal.

A Tabela 1 apresenta a descrição dos modelos presentes no concelho.

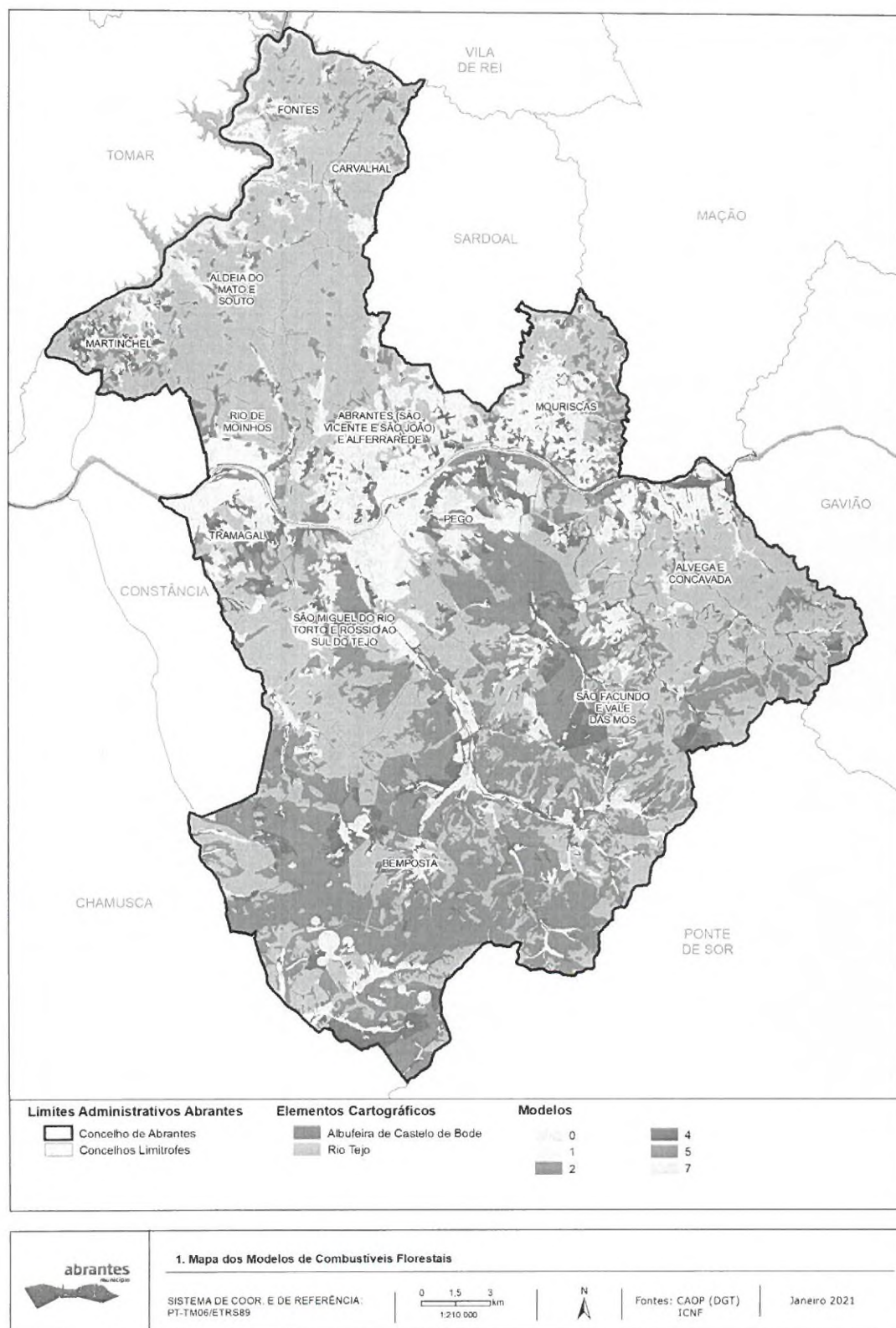
Tabela 1 - Equivalência entre os modelos de combustível para Portugal e os modelos de combustível NFL do concelho de Abrantes

GRUPO	MODELO	Modelo NFL	Nº Farsite	Descrição do complexo combustível	Aplicação
Folhada e vegetação (M)	M-EUC	7	223	Folhada de eucalipto com sub-bosque arbustivo. Carga de combustível fino: 9-18 (t/ha).	Eucaliptal.
Vegetação (V)	V-Ha	2	231	Erva alta (> 0,5 m). Carga de combustível fino: 2-4 (t/ha).	Arrelvados, prados, pastagens, pousios recentes. Cereais. Juncais. Montados.
	V-Hb	1	232	Erva baixa (< 0,5 m). Carga de combustível fino: 1-1 (t/ha).	Arrelvados, prados, pastagens, pousios recentes. Restolhos. Montados.
	V-MAa	4	233	Mato alto (> 1 m) com bastante combustível morto e/ou fino. Carga de combustível fino: 12-27 (t/ha).	Matos de urze, tojo ou carqueja, ou giestal velho. Povoamentos abertos ou jovens, independentemente da espécie, com estrato arbustivo constituído por aquelas

					espécies. Regeneração natural densa de pinhal.
	V-MMb	5	237	Mato baixo (< 1 m), com pouco combustível morto e/ou com folhagem relativamente grosseira. Carga de combustível fino: 4-8 (t/ha).	Matos de giesta, piorno. Matos de esteva, carrasco, zambujeiro, medronheiro, lentiscos e outras espécies mediterrânicas. Silvados. Povoamentos abertos ou jovens, independentemente da espécie, com estrato arbustivo constituído por aquelas espécies.

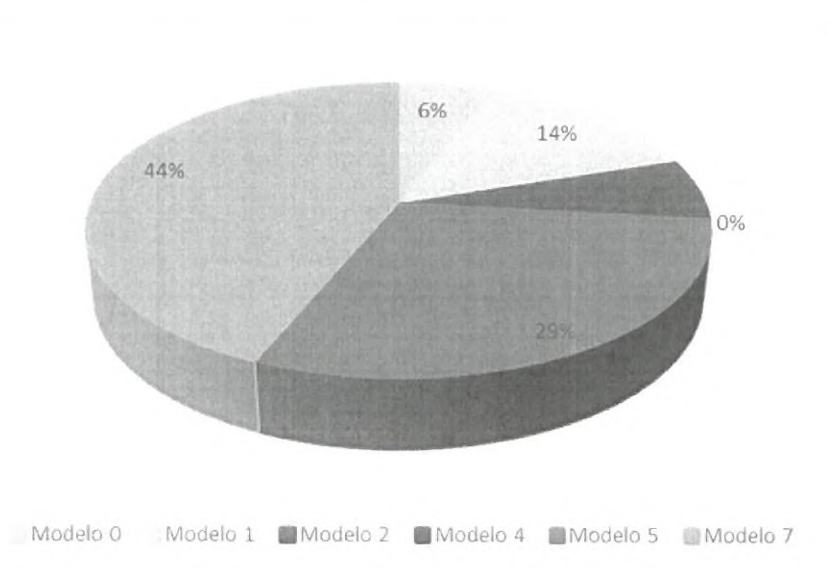
FONTE: ICNF

Figura 1 - Modelo de combustíveis florestais



Pela análise da Figura 1 verifica-se que o modelo M-EUC, referente ao grupo Folhada de eucalipto com sub-bosque arbustivo, é o mais representativo do concelho, ocupando 31.226,3 ha (44%) da área total de combustíveis florestais (67.200,8 ha). O modelo M-EUC - apresenta elevada velocidade de propagação. O gráfico 1 permite ter uma perceção da importância de cada modelo em toda a extensão do território de Abrantes.

Gráfico 1 – Distribuição da área (%) por modelos de combustível

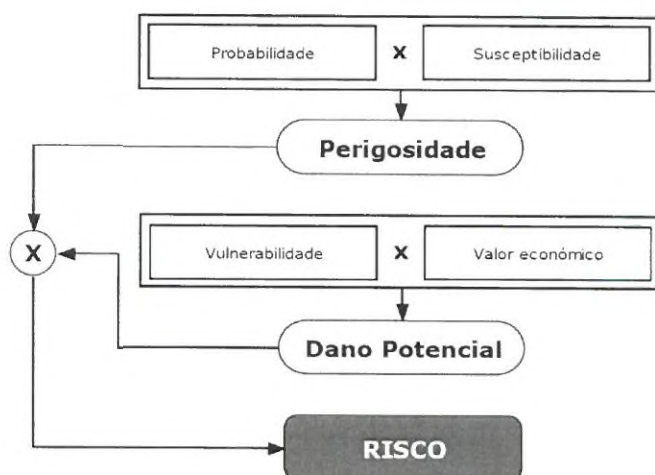


2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

Os prejuízos elevados que podem resultar da destruição de vastas áreas de povoamentos florestais e eventualmente de património edificado, justificam a necessidade de se avaliar a perigosidade de incêndio florestal.

O modelo seguido para o cálculo da cartografia de risco (figura 2) é o indicado no Guia Técnico para a elaboração do PMDFCI, publicado em abril de 2012. É impreterível respeitar o modelo de risco, do qual resultam dois mapas diferentes que devem ser apresentados: mapa de perigosidade e mapa de risco. O mapa de risco de incêndio, assim como o mapa de perigosidade de incêndio, poderão ser usados como suporte à decisão, orientando assim ações de prevenção e combate, bem como ajudar na criação de métodos e táticas para salvaguardar áreas em risco cujo potencial de perda (económico e não só) é superior.

Figura 2 – Componentes do Modelo de Risco



2.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal

A Perigosidade de incêndio do concelho de Abrantes foi calculada através da multiplicação da suscetibilidade pela probabilidade, tendo sido este ficheiro não reclassificado o utilizado posteriormente no cálculo do risco. O cálculo foi efetuado através da seguinte fórmula:

$$\text{PERIGOSIDADE} = \text{Probabilidade} \times \text{Suscetibilidade}$$

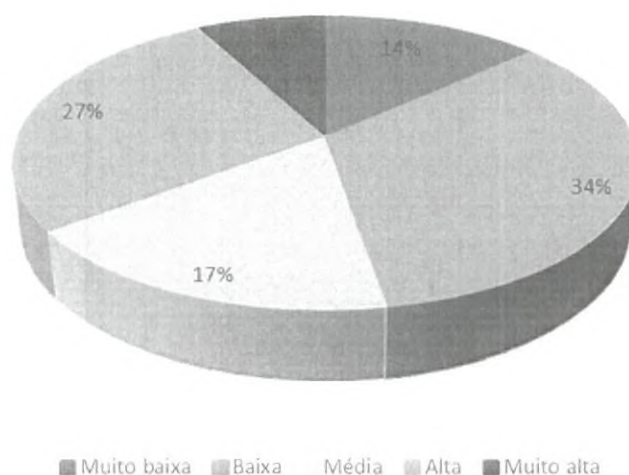
(A Probabilidade traduz a possibilidade de ocorrência anual de um incêndio num determinado local e o seu cálculo baseia-se no histórico de incêndios em cada pixel do território. Para a determinação da cartografia de suscetibilidade do território aos incêndios utilizou-se a informação de acordo com o definido pelo ICNF no seu Guia Metodológico:

- Declives, que derivaram do MDT criado a partir do Modelo Numérico Topográfico
- Ocupação do solo (COS), do IGP, datado do ano 2018. Nesta expressão matemática não foram contabilizadas as áreas artificializadas e as superfícies com água tendo sido retiradas do ficheiro para não integrarem o cálculo)

Daqui resultou o mapa final de Perigosidade de incêndio florestal do concelho de Abrantes (mapa 3).

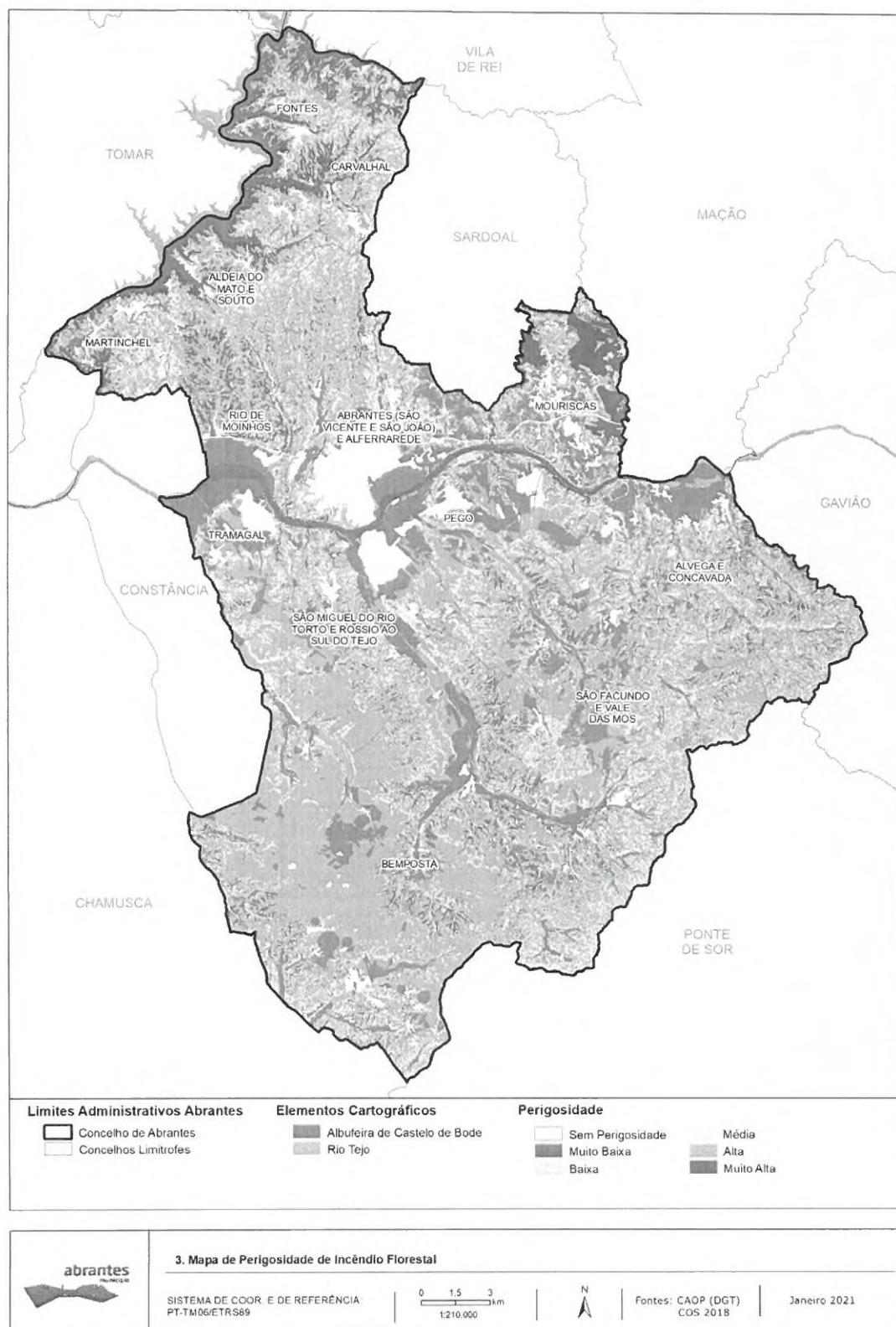
A perigosidade do concelho de Abrantes atinge valores preocupantes pois as classes alta e muito alta são as mais representativas, sobretudo nas freguesias a norte do Tejo, evidenciando assim um elevado potencial para a ignição e ocorrência de incêndios florestais.

Gráfico 2 – Distribuição da área (%) por grau de perigosidade



O gráfico 2 representa a distribuição em percentagem que cada classe de perigosidade ocupa no território. Quase metade do concelho de Abrantes (48%) apresenta perigosidade muito baixa e baixa, principalmente as áreas a sul, mais planas. Cerca de 35% do território apresenta perigosidade muito alta e alta, correspondendo a manchas florestais e declives mais acentuados.

Figura 3 - Perigosidade de incêndio florestal



2.2.2. Risco de Incêndio Florestal

O Risco de incêndio do concelho de Abrantes foi calculado através da multiplicação dos mapas intermédios da Perigosidade não reclassificada pelo Dano Potencial, indicando as áreas onde a possibilidade de perda e o seu valor é mais elevado, ou seja as áreas que devem ser alvo de uma vigilância mais apertada. O cálculo foi efetuado através da seguinte fórmula:

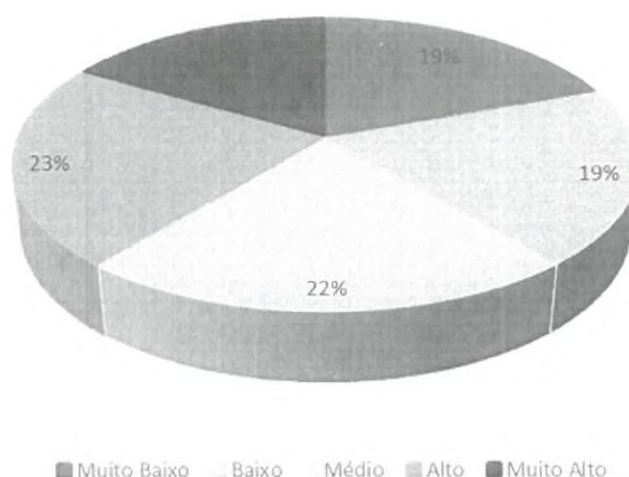
$$\text{RISCO} = \text{Perigosidade} \times \text{Dano Potencial}$$

Para previamente obter o ficheiro correspondente ao DANO POTENCIAL fez-se a multiplicação simples entre os dois ficheiros da vulnerabilidade e o valor económico do solo (DANO POTENCIAL = Vulnerabilidade x Valor Económico - a atribuição destes teve por base a informação de acordo com o definido pelo ICNF no seu Guia Metodológico)

Apesar de não terem sido consideradas no cálculo da perigosidade, as áreas artificializadas, foram agora consideradas para o cálculo do risco dado terem um valor associado.

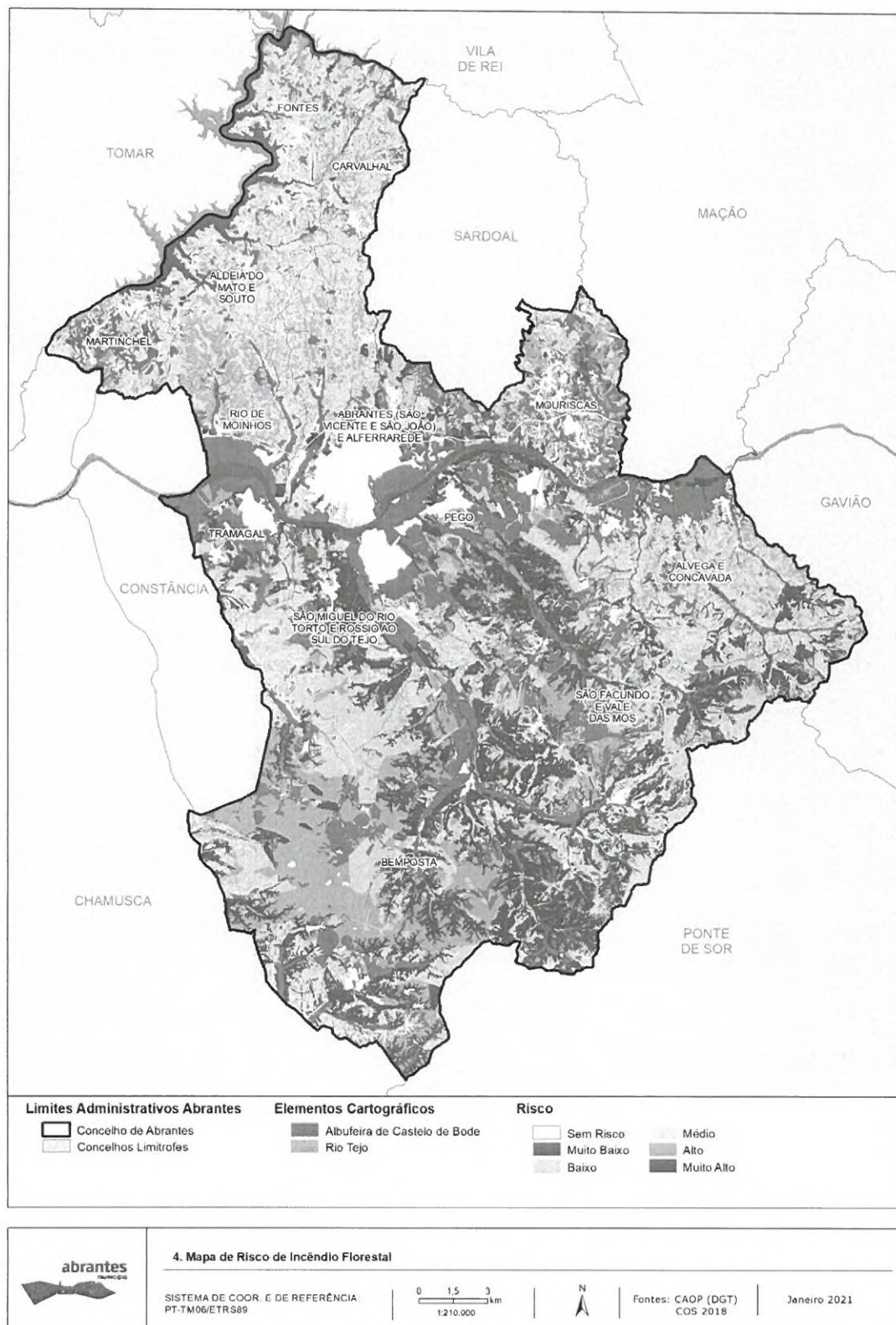
O Mapa de Risco traduz a probabilidade de que um incêndio florestal ocorra num local específico, sob determinadas circunstâncias, sendo as suas consequências, caracterizadas pelos impactes nos objetos afetados, passíveis de poderem ser previamente estimadas.

Gráfico 3 – Distribuição da área (%) por grau de risco



A partir do gráfico 3 verifica-se que existe uma distribuição equilibrada das diferentes classes de risco, predominando em grande parte da área concelhia a classe de risco alto (23%).

Figura 4 - Risco de incêndio florestal

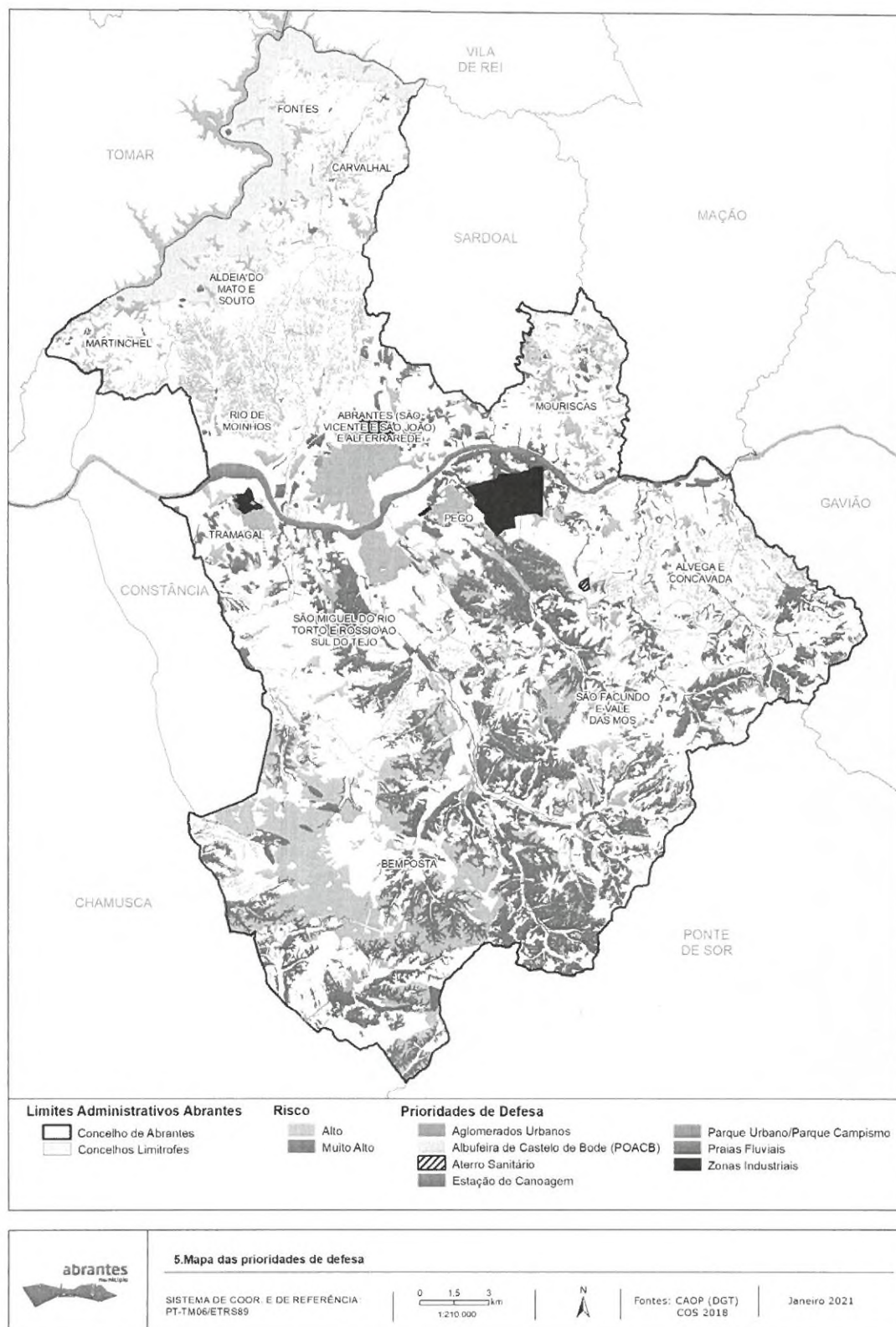


2.3. Prioridades de Defesa

Na figura seguinte identificam-se os principais locais com prioridade de defesa:

- Espaços florestais de recreio: Parque Náutico de Aldeia do Mato, Praia Fluvial das Fontes; Estação de Canoagem, Parque Urbano de S. Lourenço, Parque de Campismo de Castelo de Bode;
- Aterro sanitário;
- Áreas protegidas da Albufeira de Castelo de Bode;
- Todos os aglomerados urbanos;
- Zonas Industriais: Abrantes, Pego, Tramagal e Aterro Sanitário

Figura 5 - Prioridades de defesa



3. Objetivos e Metas Municipais da DFCI

3.1. Identificação da Tipologia do Concelho

Segundo a metodologia de tipificação da proposta técnica para o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), os municípios do território de Portugal Continental foram divididos em quatro tipos, com base no número de ocorrências e nos hectares de área ardida, em povoamentos e matos.

A tipologia por concelhos divide-se em, quatro categorias:

Poucas ocorrências:

T1 - Pouca área ardida

T2 - Muita área ardida

Muitas ocorrências:

T3 - Pouca área ardida

T4 - Muita área ardida

Assim, o concelho de Abrantes enquadra-se na Tipologia T1, que corresponde a uma realidade histórica de poucas ocorrências e pouca área ardida.

3.2. Objetivos e Metas Municipais de DFCI

De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, o PMDFCI deverá conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. A tabela 2, refere os principais objetivos do Plano para os próximos 10 anos são:

Tabela 2 - Objetivos e Metas a alcançar até 2030

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Metas	
		1.º Quinquénio	2.º Quinquénio
Implementação das FGC	Monitorização FGC Aglomerados e Edifícios Isolados	50%	80%
	Manutenção das FGC da rede secundária	60%	90%
	Monitorização da Rede Primária das FGC	50%	80%
Sensibilização da População	Campanha de sensibilização municipal	Todos os anos	
	Manutenção dos programas de sensibilização em todas as escolas do ensino básico	80% das escolas	95% das escolas
Prevenção Florestal	Redução da área Ardida	Área ardida anual < 200ha	
	N.º de Equipas	Manutenção do n.º de equipas	
	Diminuição do n.º de ocorrências	< 60 ocorrências/ano	< 50 ocorrências/ano
	Tempo para a 1.ª intervenção	<10 min em 95% das ocorrências nos sectores	
	Redução do n.º de grandes incêndios (>100ha)	Garantir que 95% das ignições não evoluem para grandes incêndios	
	Reduzir o n.º de reacendimentos	Nº reacendimentos <2	Nº reacendimentos = 0
Recuperar e reabilitar ecossistemas	Recuperação de áreas ardidas aquando da ocorrência de grandes incêndios (> 500 ha)	Garantir a aplicação de um programa específico aquando da ocorrência de áreas ardidas > 500ha	
Melhoria da articulação entre as diferentes entidades	Avaliar anualmente o cumprimento dos objetivos e ações preconizadas no plano	Cada entidade deve disponibilizar a informação relativamente ao ano anterior, até ao final de março, para se efectuar a monitorização do PMDFCI	

Apesar do disposto na tabela 2 reforça-se os objetivos e metas com os seguintes parâmetros:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, promovendo a gestão florestal e intervindo em áreas estratégicas;
- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações;
- Diminuição progressiva do número de ocorrências;
- Melhorar a capacidade de dissuasão e fiscalização, reforçando a vigilância;
- Implementar uma eficaz rede de infraestruturas e sinalização em manchas florestais;
- Incentivar grupos de voluntários para apoiar as ações florestais de prevenção e apoio logístico;
- Promover a manutenção das faixas de gestão de combustível;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, com o aumento da eficácia nas ações de prevenção, vigilância, deteção, alerta, 1ª intervenção e combate aos Incêndios Florestais.
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas, desenvolvendo um programa específico para a recuperação de áreas ardidas
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz, com a integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.

4. Eixos Estratégicos

Os objetivos deste Plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação assentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e que são:

1º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

2º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios

3º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia e da gestão dos incêndios

4º Eixo Estratégico: Recuperar e reabilitar os ecossistemas

5º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

As ações que sustentam este Plano procuram satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nestes cinco eixos estratégicos, sendo organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto esperado na resolução dos problemas identificados neste concelho.

4.1. - 1º Eixo Estratégico - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

No 1º eixo estratégico de atuação é importante aplicar habilmente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes aos incêndios florestais.

Este eixo estratégico encontra-se intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social, procurando dar resposta ao nº1 do artigo 15º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho, na atual redação.

É obrigatória a gestão de combustíveis associada às diferentes infraestruturas presentes, operacionalizando-se ao nível municipal a rede secundária de faixas de gestão de combustível (FGC).

Para definir as metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno I) e também as cartas de combustíveis, de risco de incêndio e de prioridades de defesa .

Objetivo estratégico

- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objetivos operacionais

- Proteger as zonas de interface Urbano/Florestal.
- Implementando ações de redução de combustíveis

Ações

- Criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível (FGC), intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidades aos incêndios;
- Implementação de mosaico de parcelas gestão de combustível;
- Promoção de ações de silvicultura preventiva;
- Promoção de ações de gestão de pastagens;
- Criação e manutenção de redes de infraestruturas (rede viária florestal (RVF) e rede de pontos de água (RPA);
- Divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

Deste eixo estratégico resulta claramente a definição dos espaços florestais objeto de gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes, assim como a operacionalização ao nível municipal, das faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

A avaliação e caracterização das infraestruturas existentes, constituiu a primeira fase do processo de planeamento de um sistema integrado de infraestruturas de prevenção e de apoio ao combate aos incêndios florestais.

4.1.1.1. Rede de Faixas de gestão de combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível

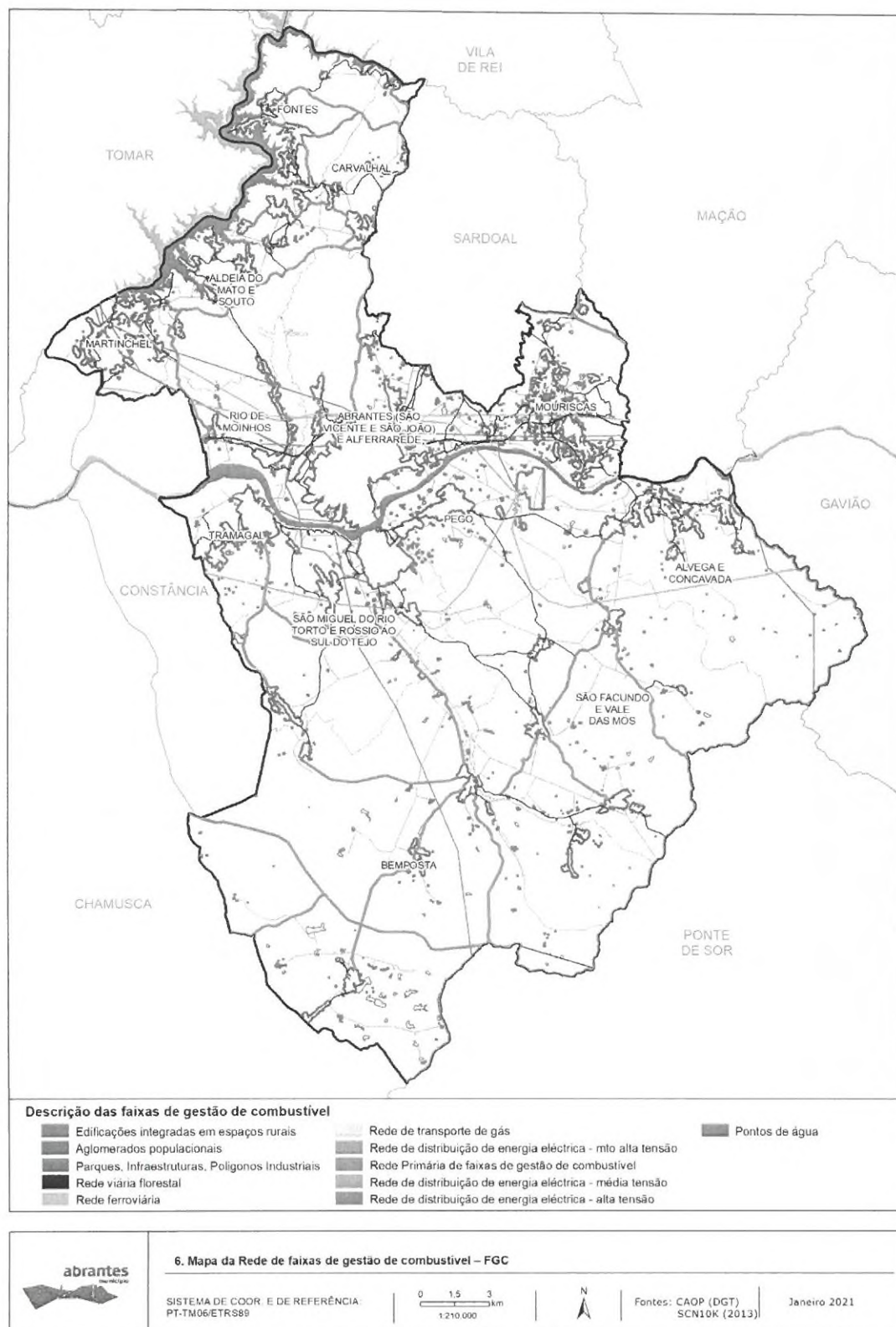
As faixas de gestão de combustíveis (FGC) que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível conforme estabelecido no artigo 15.º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de junho, na atual redação, cumprem um importante papel na prevenção de incêndios.

Estas FGC definem um conjunto de funções básicas de compartimentação de manchas florestais cujos objetivos são diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios e facilitar o combate e a intervenção direta e indireta na frente de fogo ou nos seus flancos.

É importante referir que a utilização atual das faixas de gestão de combustíveis materializa também os objetivos de reduzir os efeitos da passagem de incêndios, proteger de forma passiva, zonas edificadas, vias de comunicação, infra estruturas, povoamentos florestais, isolar focos potenciais de incêndios, reduzir a probabilidade de propagação de incêndios a áreas adjacentes a linhas elétricas de muito alta tensão e média tensão, à rede viária, rede ferroviária, rede de gás natural, e parques industriais.

Neste plano, não foram considerados quaisquer Mosaicos de Gestão de Combustíveis.

Figura 6 - Rede de FGC



4.1.1.2. Rede Viária Florestal

A Rede Viária Florestal (RVF) é fundamental para o acesso às áreas florestais, de modo a garantir a gestão, o ordenamento florestal e o acesso dos meios no caso de incêndio.

Para além das estradas Nacionais/Regionais e Municipais que atravessam áreas de floresta a RVF é constituída por:

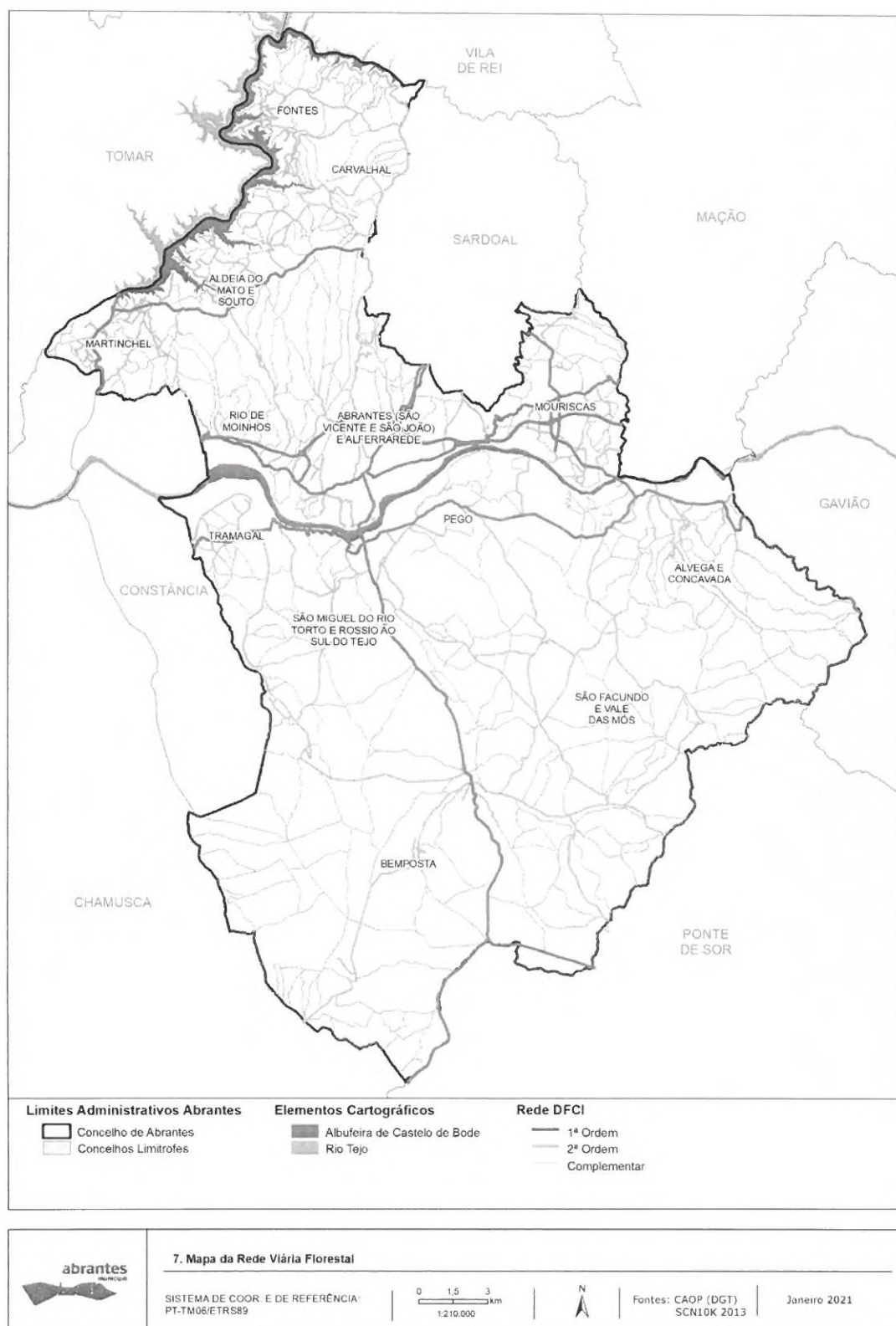
- Caminhos florestais, que dão passagem sem restrições durante todo o ano a todo o tipo de veículos;
- Estradões florestais, nos quais a circulação sem restrições é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando funções primordiais de servir a gestão florestal e a compartimentação da floresta;
- Trilhos, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais.

A rede aqui apresentada tem os seguintes objetivos:

- A circulação de patrulhas móveis, em funções de vigilância ou ataque inicial de incêndios;
- O acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndio;
- A constituição de linhas de luta sobre as quais os veículos de combate poderão tomar posição no combate;
- O acesso rápido a pontos de água.

Foi definida com o objetivo de compartimentar as principais manchas florestais e garantir acessos rápidos e seguros às mesmas.

Figura 7 - Rede viária florestal



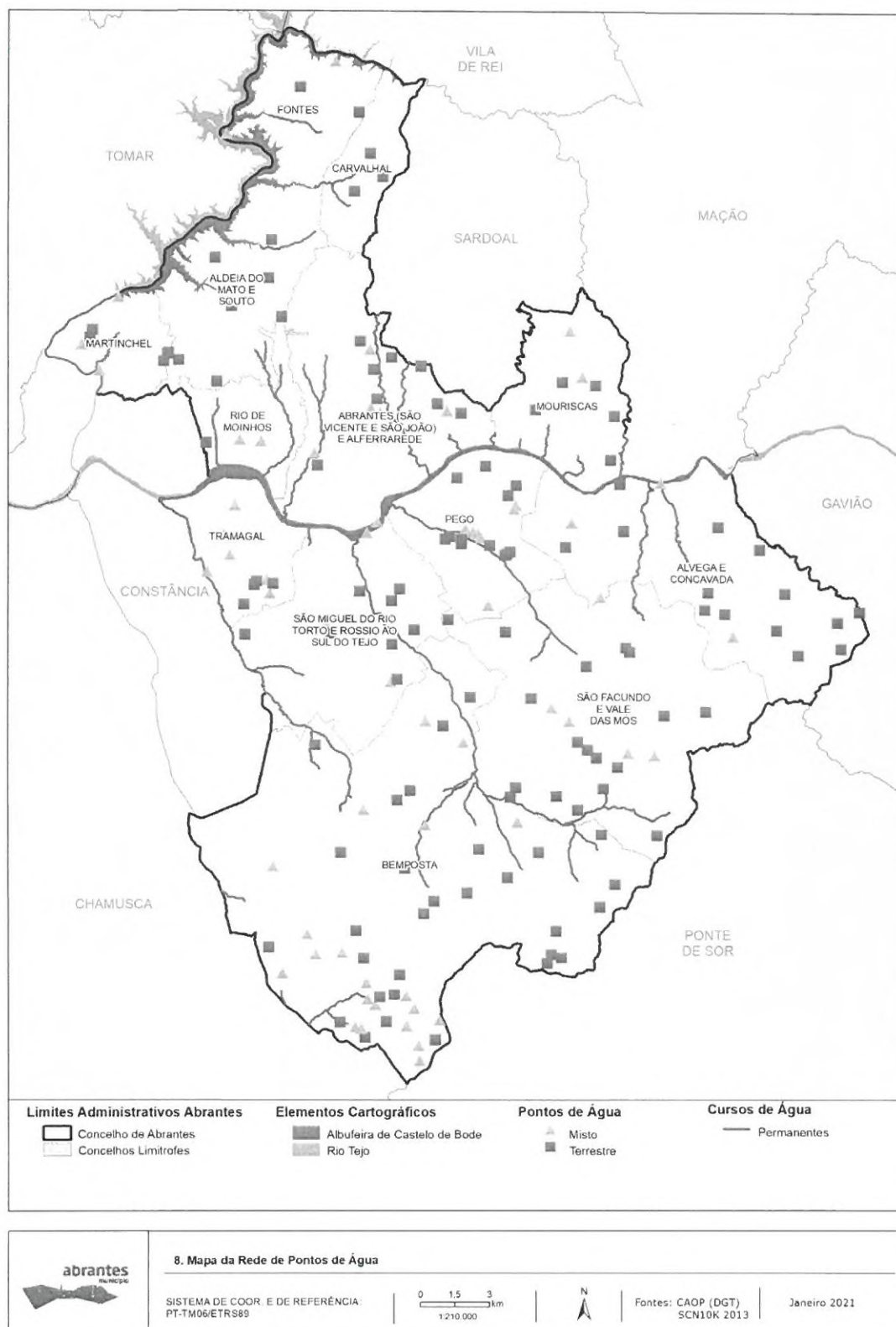
fl. 115/170

4.1.1.3. Rede de Pontos de Água

A rede de pontos de água (RPA) do concelho de Abrantes é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, fixos ou móveis, de planos de água, naturais ou artificiais acessíveis por meios terrestres ou aéreos e de pontos de tomadas de água, públicos ou privados.

Neste plano consideram-se como estruturas de armazenamento de água os tanques em betão existentes no interior ou nas proximidades de áreas florestais com capacidade de abastecer os veículos de combate a incêndios, distinguindo-se aqueles que permitem também o abastecimento dos meios aéreos.

Figura 8 – Rede de pontos de água



4.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI

A silvicultura no âmbito da defesa da floresta contra incêndios engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objetivos de diminuir a perigosidade de incêndio rural e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

Os instrumentos de gestão florestal devem explicitar as medidas de silvicultura e de infraestruturação de espaços rurais que garantam a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis florestais e a alternância de parcelas com distinta inflamabilidade e combustibilidade, no âmbito das orientações de planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios.

A dimensão das parcelas deverá variar entre 20 hectares e 50 hectares, nos casos gerais, e entre 1 hectare e 20 hectares nas situações de maior perigosidade de incêndio, definidas nos PMDFCI, e o seu desenho e localização devem ter em especial atenção o comportamento previsível do fogo.

Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, os povoamentos monoespecíficos e equiênicos não poderão ter uma superfície contínua superior a 50ha, devendo ser compartimentados, alternativamente:

- a) Pela rede de faixas de gestão de combustíveis ou por outros usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural;
- b) Por linhas de água e respetivas faixas de proteção, convenientemente geridas;
- c) Por faixas de arvoredo de alta densidade, com as especificações técnicas definidas nos instrumentos de planeamento florestal.

Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, têm de ser cumpridas as normas técnicas de instalação de povoamentos florestais e as regras de boas práticas florestais.

4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1º eixo

4.1.2.1. Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água

As figuras 9 a 13 representam a planificação das ações a desenvolver, 2021-2030.

Figura 9 – Intervenção Preconizada - ano 2021

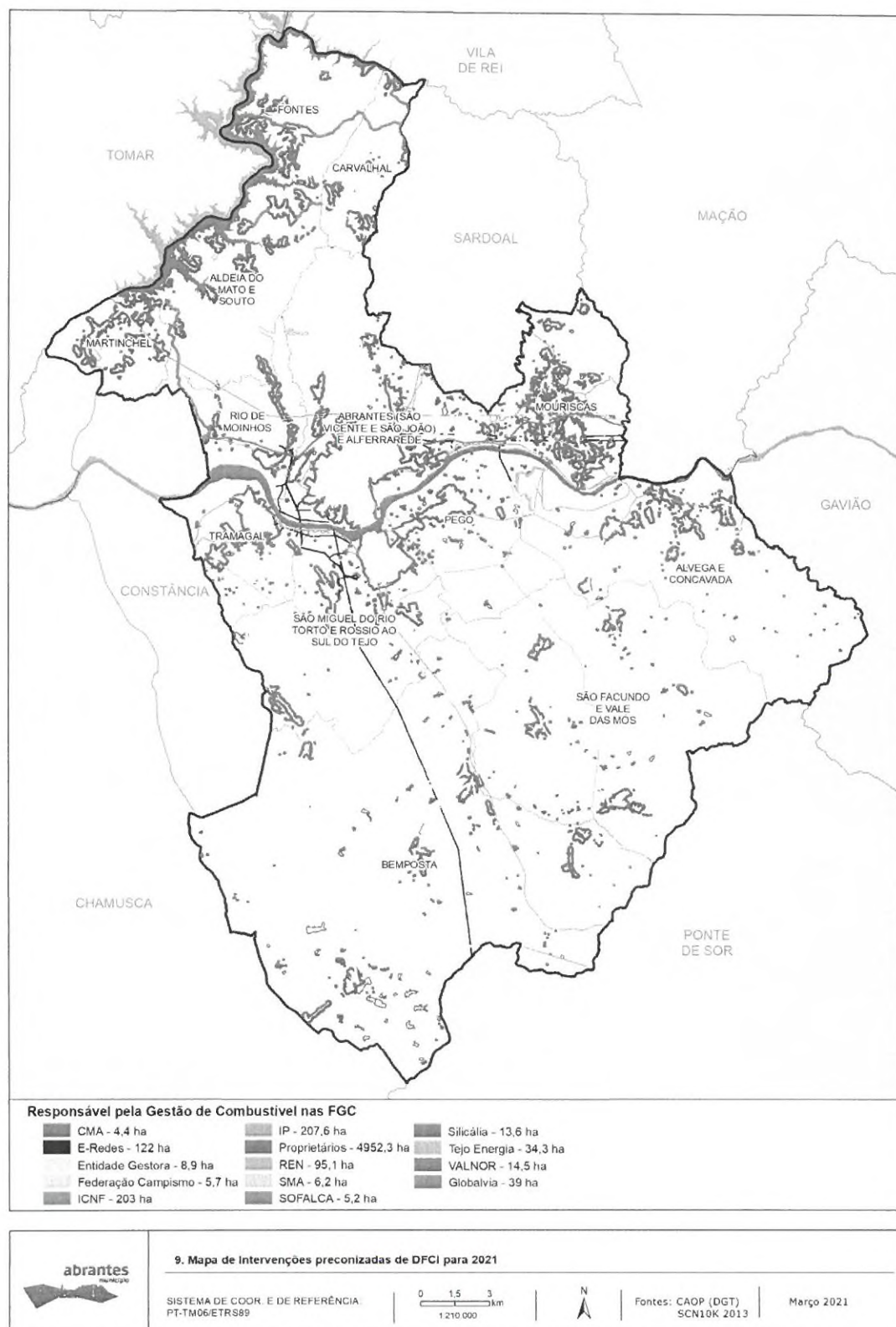


Figura 10 – Intervenção Preconizada - ano 2022

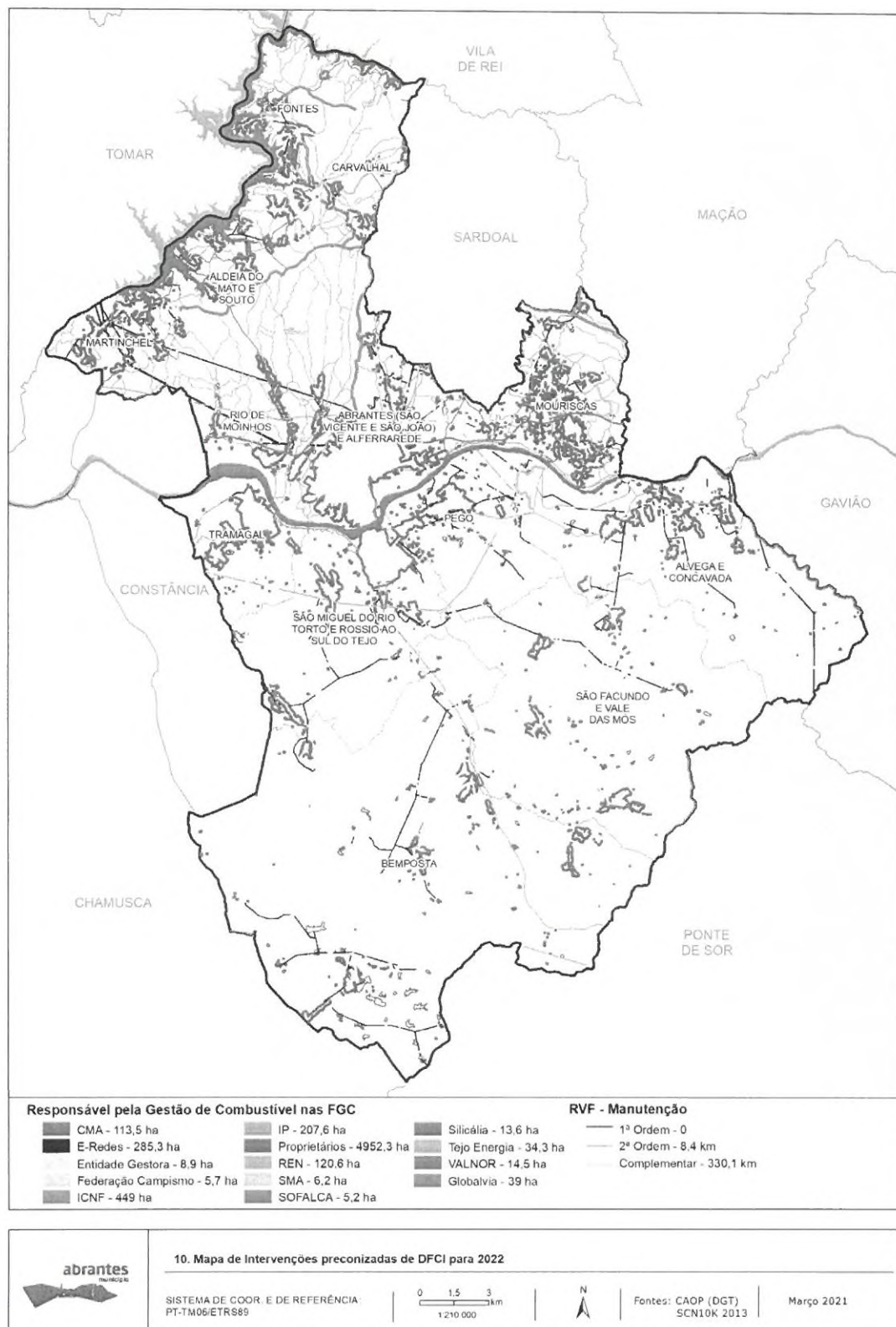


Figura 11 – Intervenção Preconizada - ano 2023

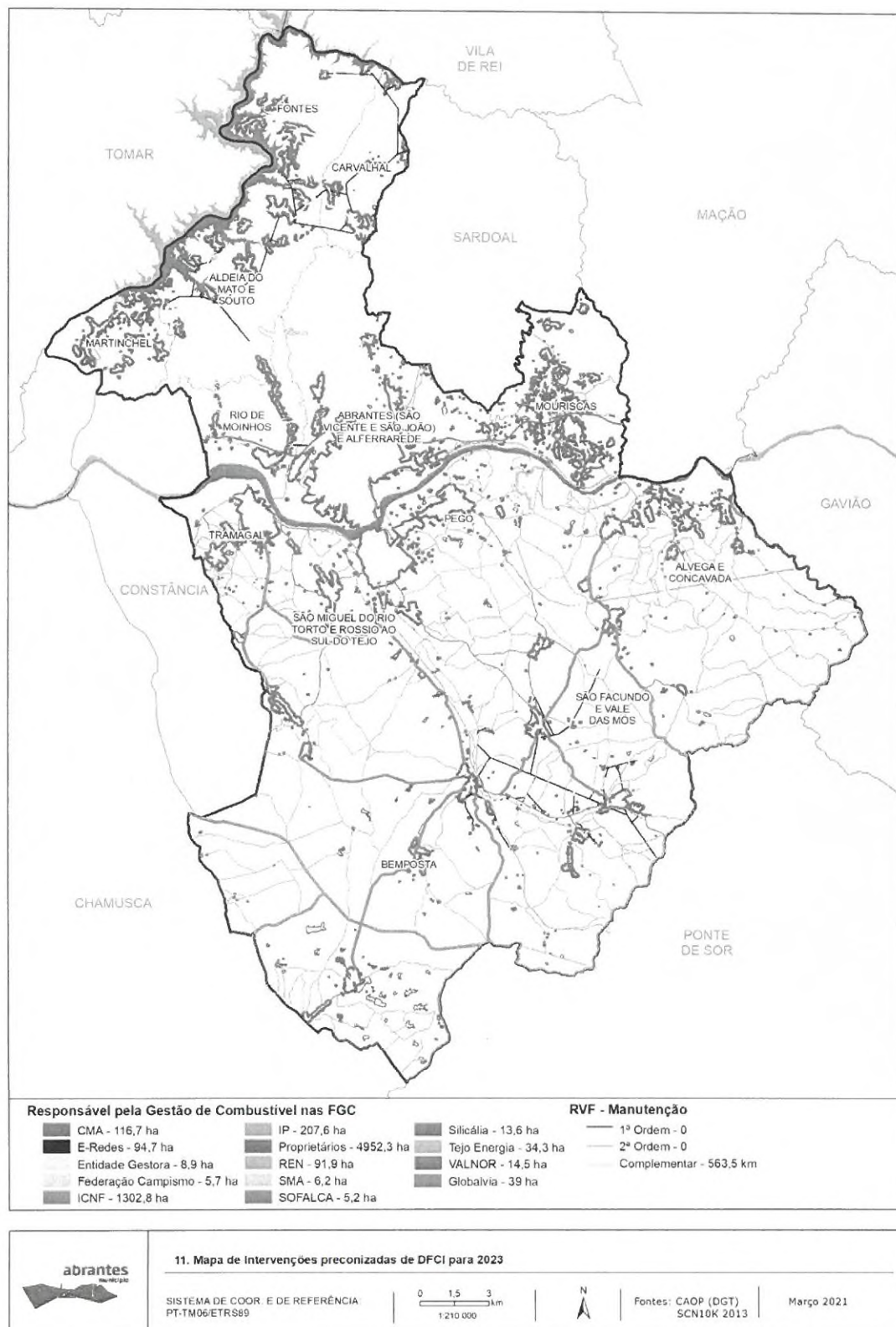


Figura 12 – Intervenção Preconizada - ano 2024

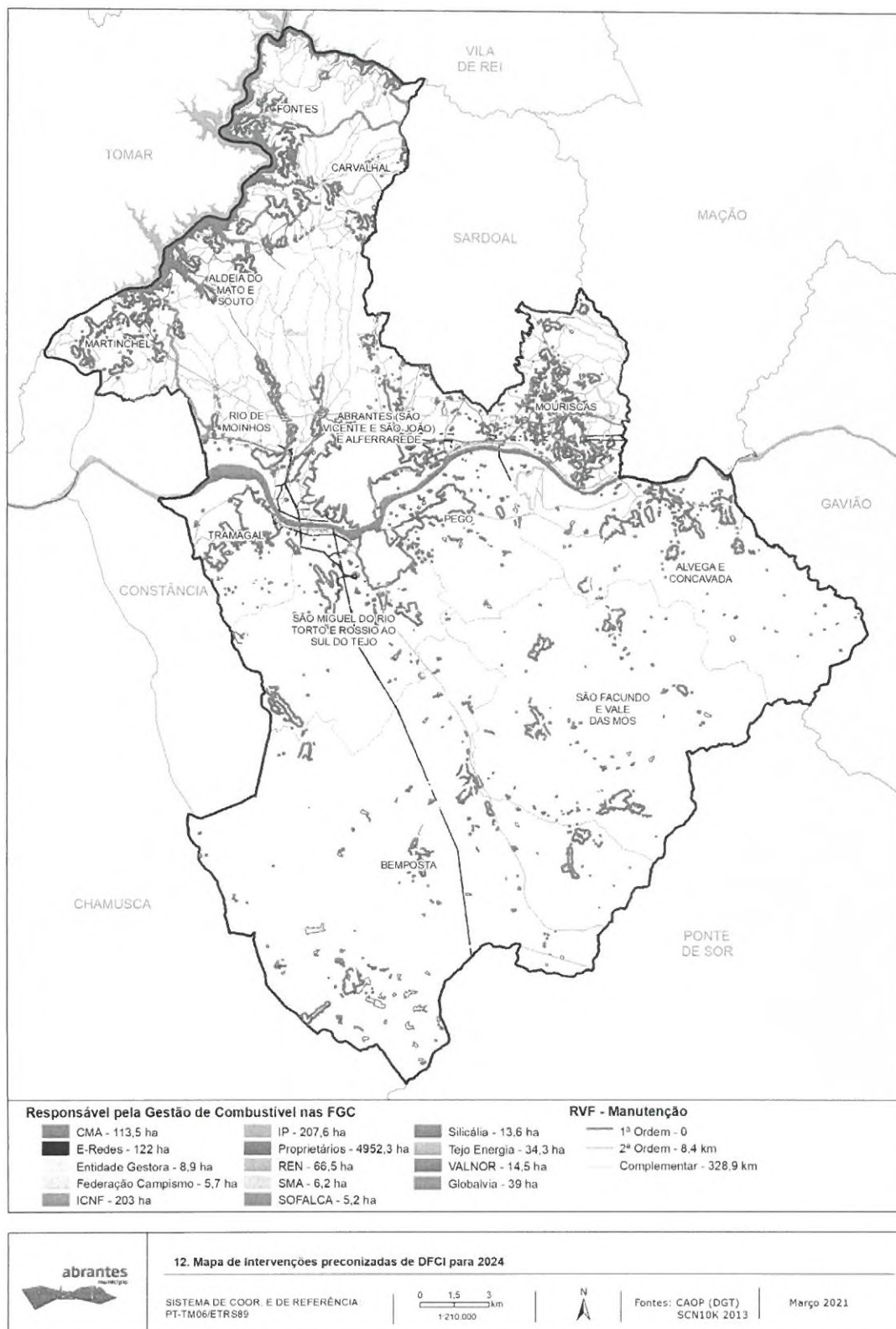


Figura 13 – Intervenção Preconizada - ano 2025



Figura 14 – Intervenção Preconizada - ano 2026

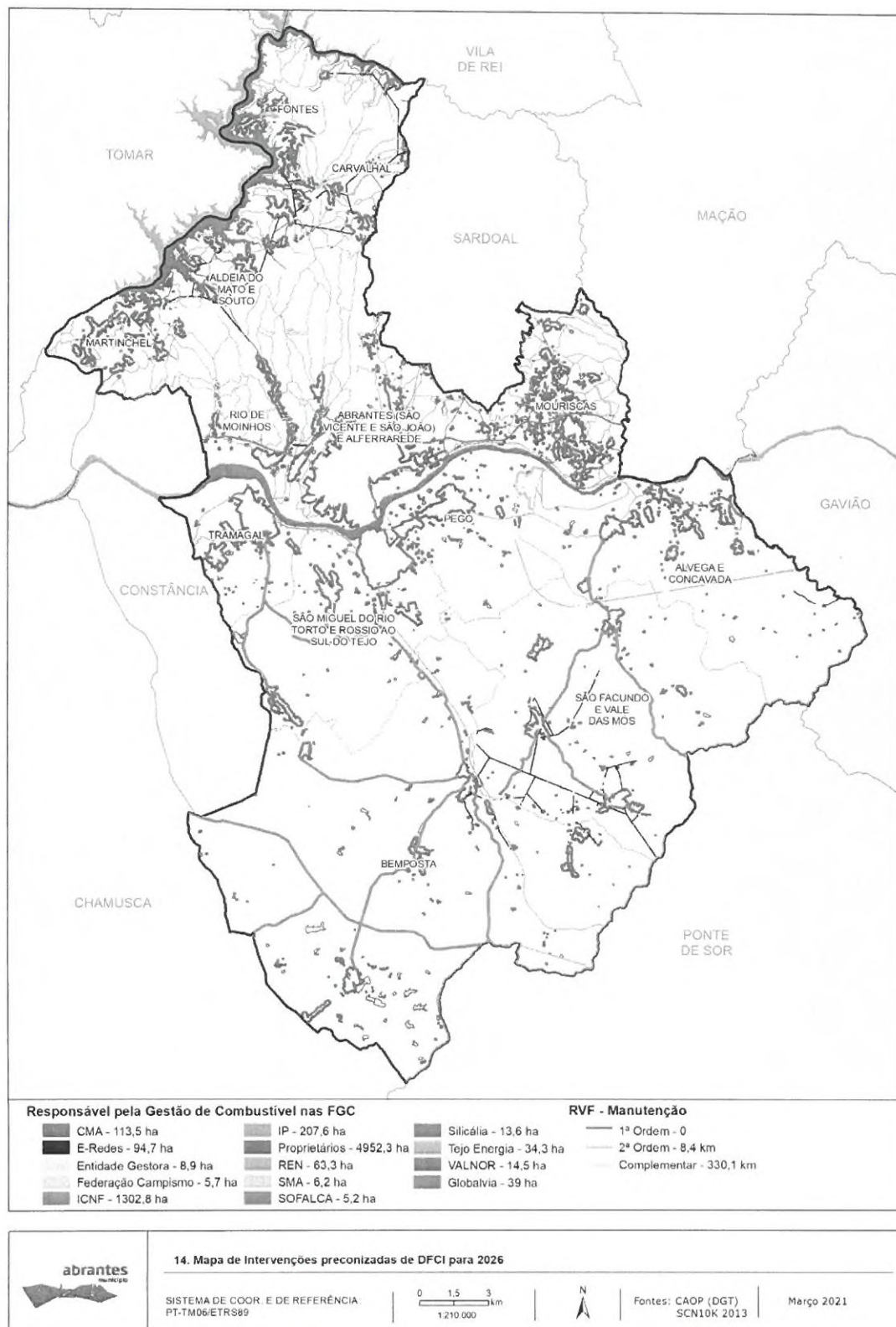


Figura 15 – Intervenção Preconizada - ano 2027

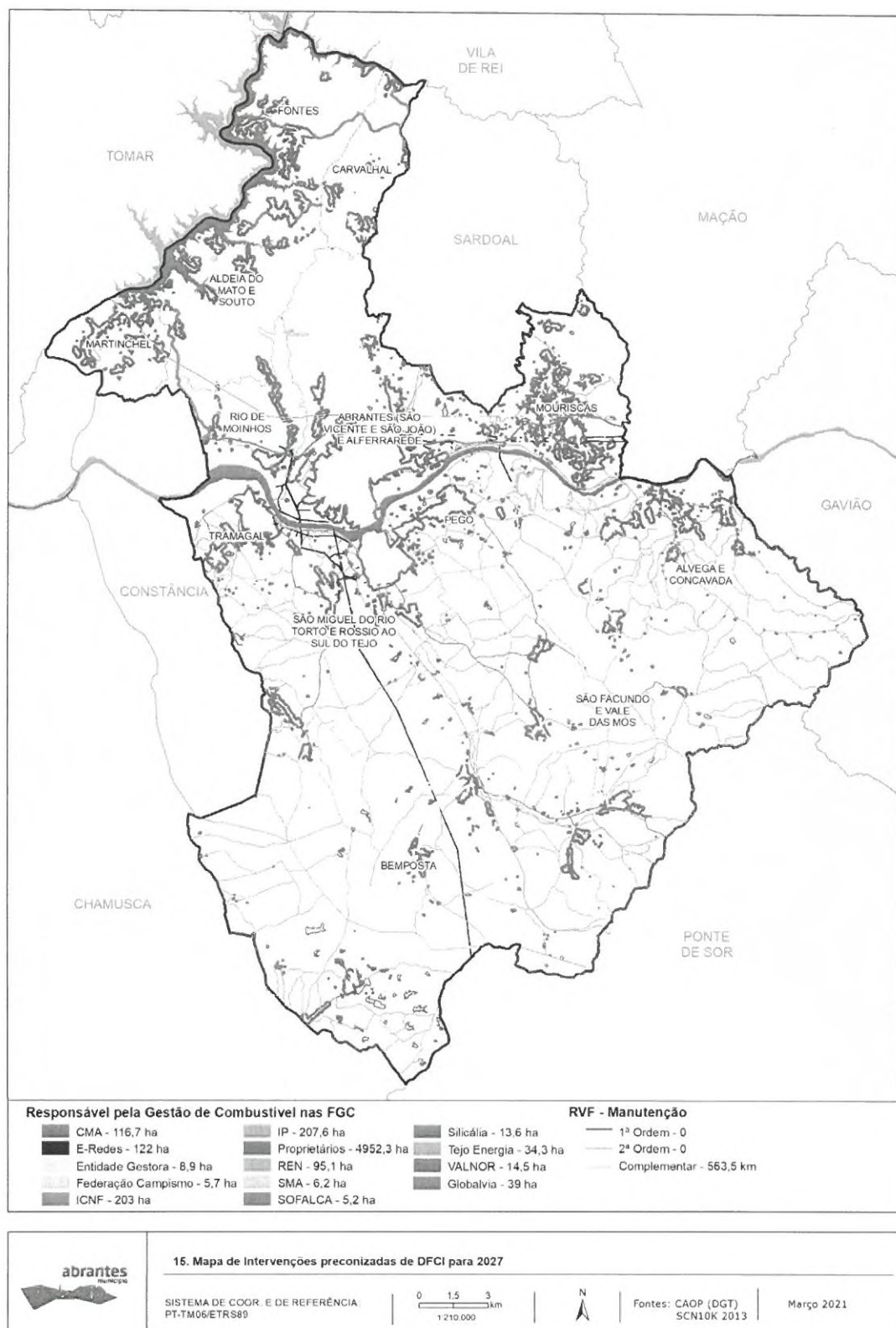


Figura 16 – Intervenção Preconizada - ano 2028

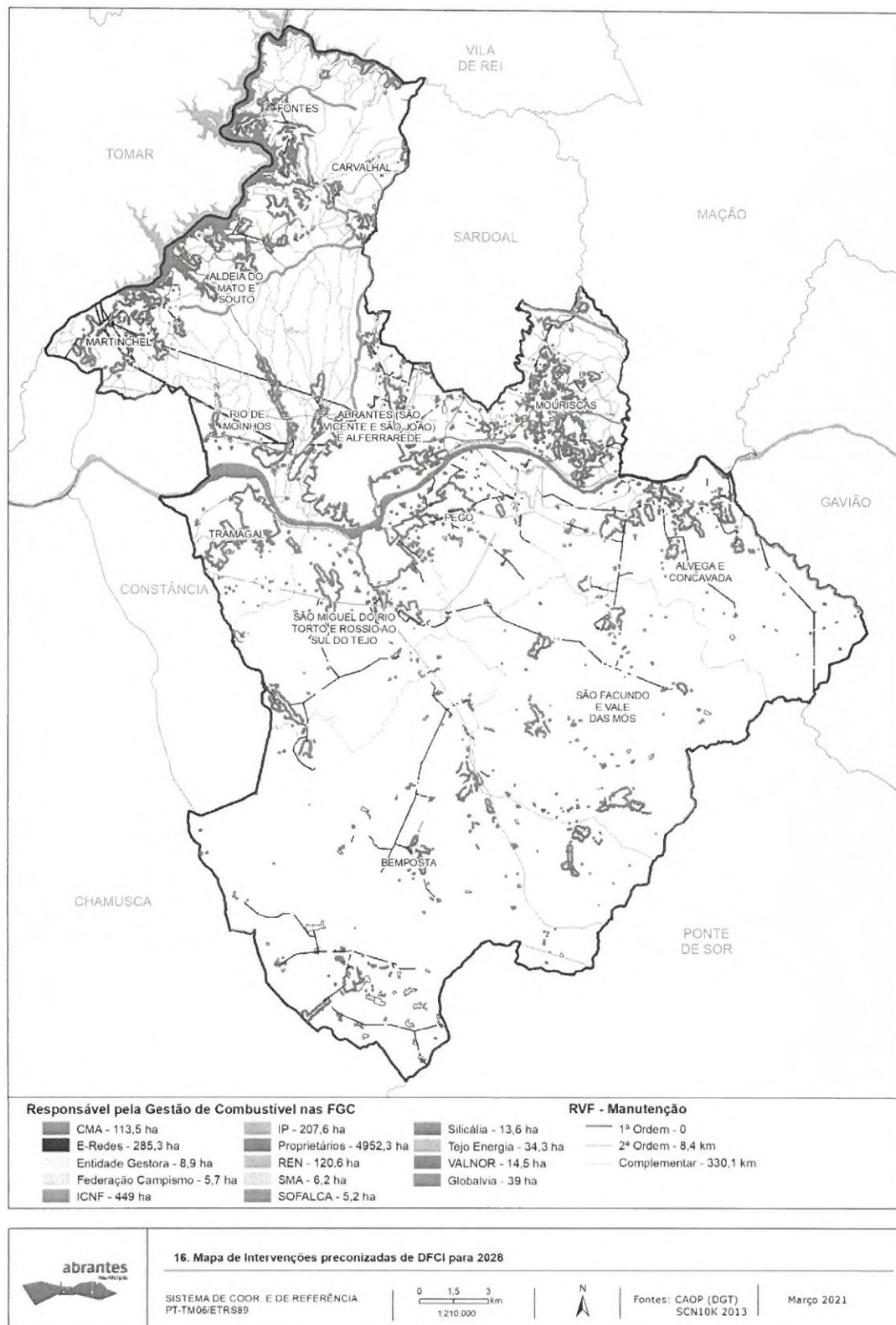


Figura 17 – Intervenção Preconizada - ano 2029

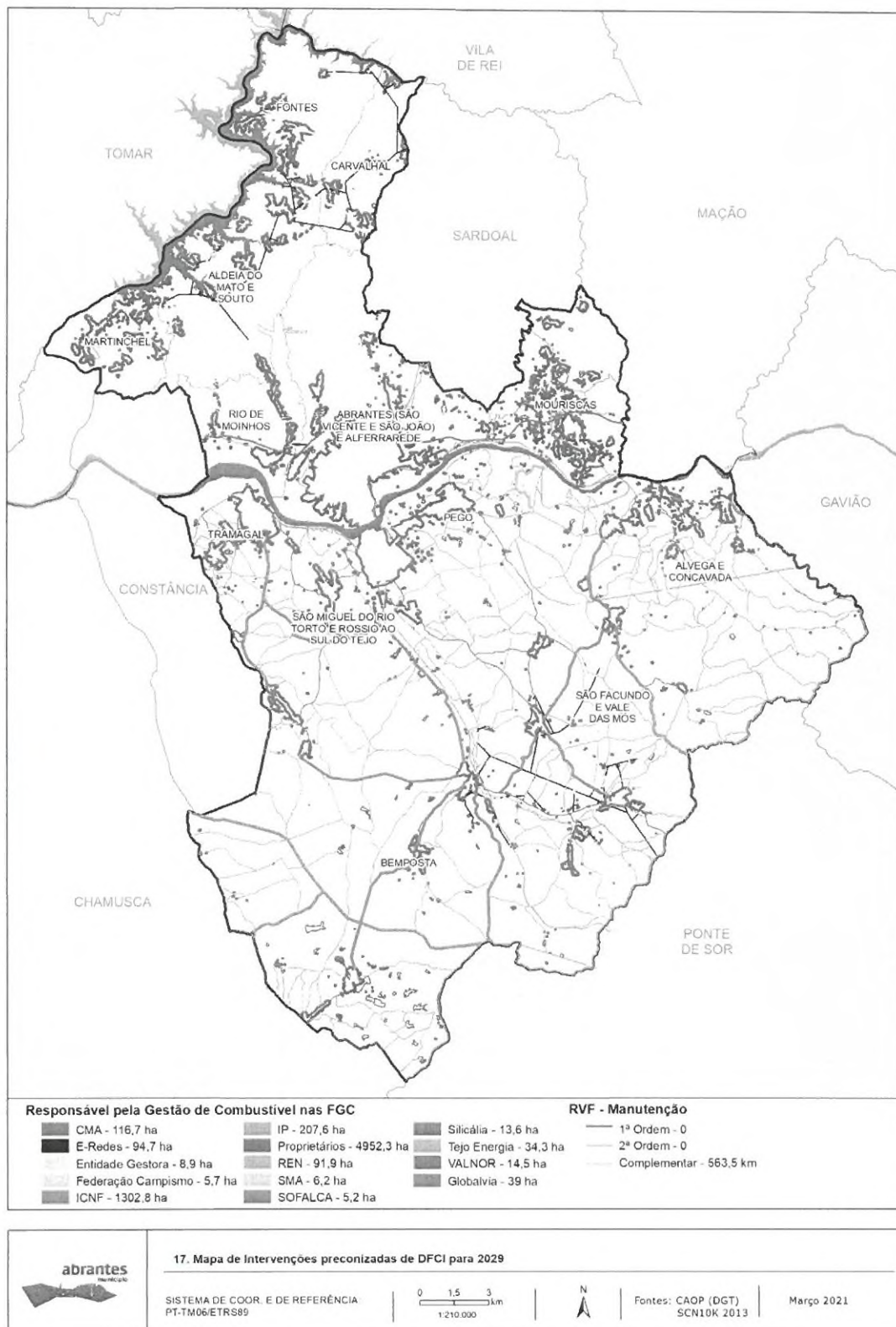
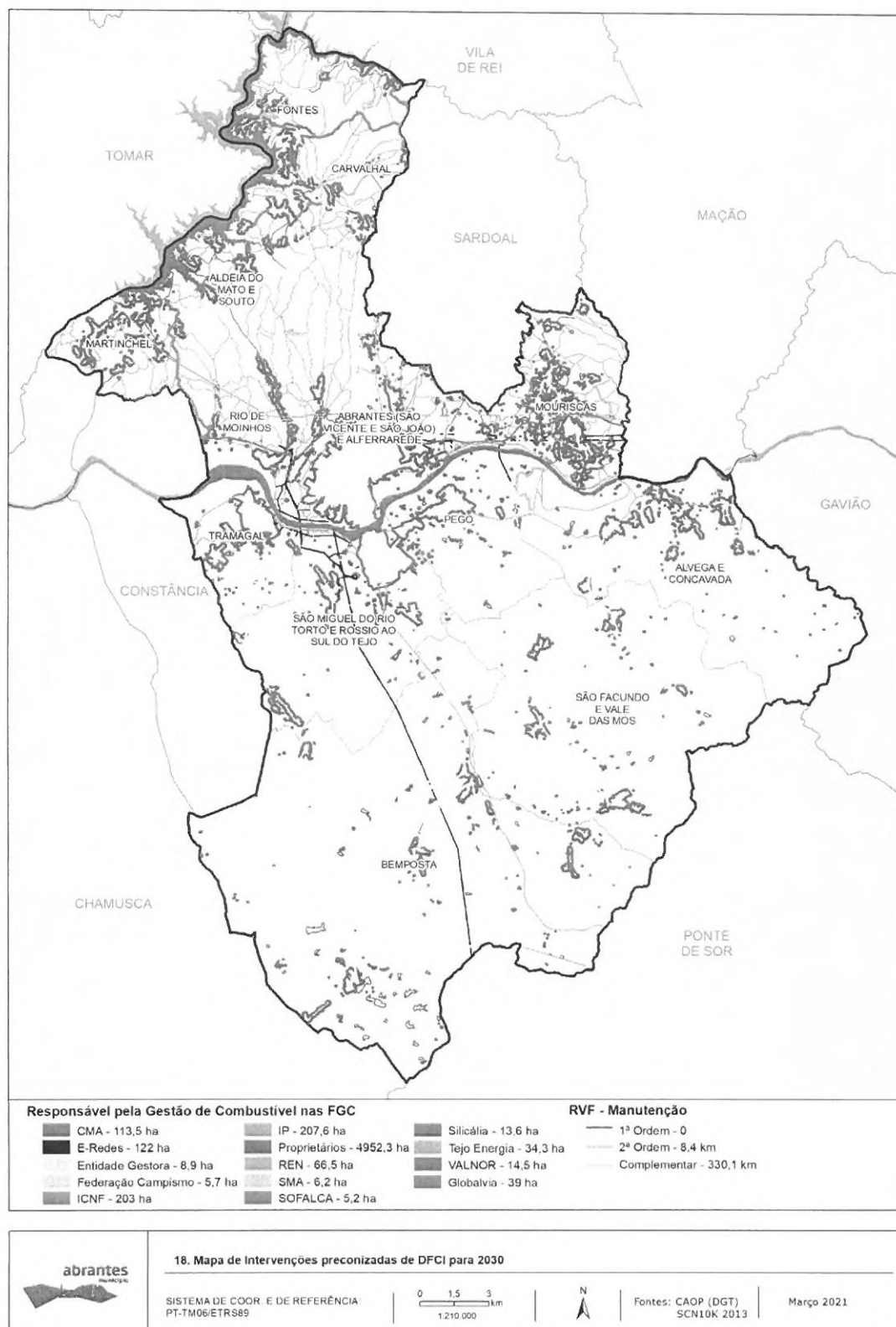


Figura 18 – Intervenção Preconizada - ano 2030



A definição das Faixas de Gestão de Combustível (FGC) baseia-se na legislação em vigor e nos trabalhos de gestão já realizados, anteriormente, pelas diferentes entidades.

Nos casos de sobreposição de Faixas de Gestão de Combustível pelos diferentes intervenientes, ficou definido em reunião da CMDFCI que, durante cada ano, a primeira entidade a chegar ao local fará o trabalho de gestão de combustível, partilhando, assim, a responsabilidade entre as entidades.

A tabela seguinte, resume as áreas a intervir por ano. As diferentes entidades são responsáveis pela execução/manutenção das mesmas.

Tabela 3 - Faixas e mosaicos de gestão de combustível existentes no período (2021-2030)

Código FGC	FGC	Responsável	Área total (ha)	Área com necessidade de intervenção (ha)	Área sem necessidade de intervenção (ha)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
						Área com intervenção (ha)									
1	Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	1.381,21	1.381,21	0,00	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21
2	Aglomerados populacionais	Proprietários	3.358,77	3.358,77	0,00	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77
3	Parques de Campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	Entidades Gestoras	112,74	92,85	19,89	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85
4	Rede Viária Florestal	Entidades Gestoras	372,83	372,83	0,00	151,38	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52
5	Rede Ferroviária	IP Ferrovia	95,22	95,22	0,00	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22
6	Rede de Transporte de gás	REN	34,24	28,64	5,61	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00
7	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão	REN	347,45	250,37	97,08	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50
8	Rede Primária FGC	ICNF	1.954,86	1.954,86	0,00	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06
9	Rede terciária de FGC														
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão	E-Redes	543,22	303,65	239,57	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60
11	Mosaico de parcelas de gestão de combustível														
12	Pontos de água	Proprietários	218,63	218,63	0,00	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63
13	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta tensão	E-Redes	262,83	198,35	64,48	102,35	93,80	2,20	102,35	93,80	2,20	102,35	93,80	2,20	102,35
14	Silvicultura no âmbito da DFCI														
Total			8.682,00	8.255,38	426,63	5.718,21	6.262,07	6.899,87	5.798,71	6.293,89	6.868,05	5.830,53	6.262,07	6.899,87	5.798,71

A gestão e o financiamento da execução das FGC, cabe a cada uma das diferentes entidades. No entanto, quando for possível, o Município de Abrantes e as entidades gestoras de ZIF, apresentarão candidaturas a fundos nacionais ou europeus de apoio que se enquadrem em áreas com características específicas.

Importa ainda referir que as FGC da responsabilidade do Município de Abrantes foram intervencionadas em 2020. Assim, de modo, a facilitar o planeamento e a execução/manutenção, o território foi dividido em duas áreas de intervenção – Norte (do Rio Tejo) e Sul (do Rio Tejo) em que as diferentes intervenções serão realizadas ano sim, ano não.

4.1.2.2. Condicionalismos à Edificação

O Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, estabelece as regras que condicionam a edificação em espaços rurais, visando garantir o interesse público de defesa de pessoas e bens face aos incêndios rurais.

A CMDFCI em parceria com a Divisão de Urbanismo garantirão que serão respeitadas todas as regras e normas previstas nas leis em vigor e no PDM.

4.1.2.3. Rede Viária florestal

A rede viária florestal (RVF) é um dos elementos de infraestruturação do território que assume um dos mais significativos papéis na defesa da floresta contra incêndios, tanto na prevenção como no apoio ao combate, e nas funções de suporte à gestão florestal, incluindo a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das áreas agrícolas.

Para adequar a RVF existente às necessidades do Concelho, procurou-se encontrar uma malha homogênea de caminhos e estradões florestais, a qual, em complemento com a rede de estradas alcatroadas, pudessem constituir uma base sólida e viável de acesso ao território (tabela 4). Sendo a sua manutenção da responsabilidade da autarquia, deixando para os proprietários florestais a manutenção da restante rede.

A manutenção da rede viária florestal representam um substancial investimento, pelo que se torna importante fazer um correto planeamento espacial e temporal da mesma. Deste modo, a facilitar o planeamento e a manutenção o território foi dividido em duas áreas de intervenção – Norte (do Rio tejo) e Sul (do Rio tejo) em que as intervenções serão realizadas ano sim, ano não. No entanto, considerando o avultado investimento e que não será necessário, a intervenção na totalidade da RVF, considerou-se que anualmente serão levantadas as necessidades de intervenção e serão alvo de intervenção cerca de 50Km (tabela 5).

Não foram consideradas FGC na rede viária de terceira ordem.

Tabela 4 - Rede viária florestal total para o período (2021-2030)

RVF	Km
1ª Ordem	190,8
2ª Ordem	388,9
Complementar	893,7

Tabela 5 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2021-2030)

RVF(km)	Intervenção									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
1ª Ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª Ordem	0	8,4	0	8,4	0	8,4	0	8,4	0	8,4
Complementar	0	330,1	563,5	330,1	563,5	330,1	563,5	330,1	563,5	330,1
Intervenção Anual	0	50	50	50	50	50	50	50	50	50

4.1.2.4. Rede de Pontos de Água

A Rede de Pontos de Água (RPA) é o conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios, de acordo com a alínea d, do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 124 de 2006 de 28 de junho, na sua atual redação.

A disponibilidade de uma rede de pontos de água para o reabastecimento dos meios de combate aos incêndios florestais é, naturalmente, um fator fundamental para o sucesso das operações de combate.

Esta rede é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, operacionais em caso de incêndio.

De acordo com a tabela seguinte, o Concelho encontra-se dotado de algumas dezenas de pontos de água que fazem parte integrante da estrutura de apoio ao combate.

Tabela 6 - Intervenção na rede de pontos de água para o período (2021-2030)

Identificação	Código	TIPO	Classe	Ano de Intervenção
1 - Albufeira Castelo de Bode - Vale dos Solteiros	ABT.AB.M1.001	211	M	
2 - Tanque ale do Penedinho	ABT.RS.T2.002	111	T	2025
3 - Tanque das Sete sobreiras - Vale do Rabaçal	ABT.RS.T2.003	111	T	2025
4 - Albufeira Castelo de Bode - Praia Fluvial Fontes	ABT.AB.M1.004	211	M	
5 - Tanque Vale de Tábua	ABT.RS.T2.005	111	T	2025
6 - Tanque Sobral Basto	ABT.RS.T2.006	111	T	2025
7 - Tanque Maxieira - Souto	ABT.RS.T2.007	111	T	2025
8 - Tanque Carreira do Mato	ABT.RS.T2.008	111	T	2025
9 - Tanque das 4 Estradas	ABT.RS.T2.009	111	T	2025
10 - Tanque de Vilelas	ABT.RS.T2.010	111	T	2025
11 - Tanque da Casinha	ABT.RS.T2.011	111	T	2025
12 - Albufeira do Castelo de Bode	ABT.AB.M1.012	211	M	
13 - Tanque Alagoa	ABT.RS.T2.013	111	T	2025
14 - Charca Vilelas 1	ABT.CH.T2.014	214	T	
15 - Charca Vilelas 2	ABT.CH.T2.015	214	T	
16 - Charca Quinta da Léguas - Amoreira	ABT.CH.T2.016	214	T	
17 - Tanque Quinta do Vale de Zebro	ABT.TQ.M1.017	114	M	
18 - Charca Quinta do Vale de Zebro	ABT.CH.M1.018	214	M	
19 - Tanque Vale da Trave	ABT.RS.T2.019	111	T	2025
20 - Tanque Sentieiras	ABT.RS.T2.020	111	T	2025
21 - Charca Quinta das Sentieiras	ABT.CH.M1.021	214	M	
22 - Charca da Gataria	ABT.CH.T2.022	214	T	
23 - Charca Projeto Homem	ABT.CH.T2.023	214	T	
24 - Charca Vale Grande	ABT.CH.T2.024	214	T	
25 - Charca Estacal de Cima	ABT.CH.M1.025	214	M	
26 - Charca Vale Trilho	ABT.CH.M1.026	214	M	
27 - Charca Outeiro Pelado	ABT.CH.T2.027	214	T	
28 - Charca Quinta do Pouchão	ABT.CH.M1.028	214	M	
29 - Charca Estrada do Gaio	ABT.CH.M1.029	214	T	
30 - Charca Quinta da Viscondessa	ABT.CH.M1.030	214	M	
31 - Charca Parque Urbano de São Lourenço	ABT.CH.T2.031	214	T	
32 - Charca Vale de Tábuas	ABT.CH.T2.032	214	T	
33 - Aquapolis Norte	ABT.RI.M1.033	222	M	
34 - Entre Serras - Quinta	ABT.CH.M1.034	214	M	
35 - Charca EPDRA	ABT.CH.M1.035	214	M	
36 - Tanque Fonte dos Amores	ABT.RS.T2.036	111	T	2025
37 - Barragem do Negrelinho	ABT.AB.T2.037	211	T	
38 - Portela das Eiras	ABT.CH.T2.038	214	T	
39 - Charca Nossa Sra. dos Matos	ABT.CH.T2.039	214	T	
40 - Charca Cova do Madeiro	ABT.CH.T2.040	214	T	
41 - Charca da Coelhoira 2	ABT.CH.M1.041	214	M	
42 - Charca da Coelhoira 1	ABT.CH.M1.042	214	M	

43 - Charca Giesteira	ABT.CH.T2.043	214	T	
44 - Charca Fábrica da Cerâmica	ABT.CH.M1.044	214	M	
45 - Charca do Crucifixo	ABT.CH.M1.045	214	M	
46 - Charca Atalaia 2	ABT.CH.T2.046	214	T	
47 - Charca Atalaia 1	ABT.CH.T2.047	214	T	
48 - Charca Concelho	ABT.CH.T2.048	214	T	
49 - Charca Casal do Rei	ABT.CH.M1.049	214	M	
50 - Charca Sr. Mineiro	ABT.CH.T2.050	214	T	
51 - Rio Zêzere	ABT.RI.M1.051	222	M	
52 - Aquapolis Sul	ABT.RI.M1.052	222	M	
53 - Tanque Maria da Lança	ABT.TQ.T2.053	114	T	
54 - Tanque S. Macário	ABT.TQ.T2.054	114	T	
55 - Charca Vale das Donas	ABT.TQ.T2.055	214	T	
56 - Charca S. Miguel do Rio Torto	ABT.CH.M1.056	214	M	
57 - Charca Cruz do Gaio	ABT.CH.T2.057	214	T	
58 - Tanque Arreciadas	ABT.TQ.T2.058	114	T	
59 - Charca Salvadorinho	ABT.CH.T2.059	214	T	
60 - Charca Vale de Cortiças 2	ABT.CH.T2.060	214	T	
61 - Charca Vale de Cortiças 1	ABT.CH.M1.061	214	M	
62 - Charca Caniceira	ABT.CH.T2.062	214	T	
63 - Charca Quinta do Vale do Feto	ABT.CH.T2.063	214	T	
64 - Charca Vale dos Peixes 3	ABT.CH.T2.064	214	T	
65 - Charca Vale dos Peixes 2	ABT.CH.M1.065	214	M	
66 - Charca Vale dos Peixes 1	ABT.CH.M1.066	214	M	
67 - Charca Casal Barreiros 1	ABT.CH.M1.067	214	M	
68 - Charca Casal dos Negrinhos Baixo 1	ABT.CH.M1.068	214	M	
69 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 3	ABT.CH.T2.069	214	T	
70 - Charca Casal do António 2	ABT.CH.T2.070	214	T	
71 - Charca Casal do António 1	ABT.CH.T2.071	214	T	
72 - Charca Casal do António 3	ABT.CH.T2.072	214	T	
73 - Charca Casal do António 4	ABT.CH.T2.073	214	T	
74 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 2	ABT.CH.T2.074	214	T	
75 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 1	ABT.CH.T2.075	214	T	
76 - Charca Monte da Ameixieira	ABT.CH.M1.076	214	M	
77 - Charca Casal Cortido 1	ABT.CH.M1.077	214	M	
78 - Charca Casal Cortido 2	ABT.CH.T2.078	214	T	
79 - Charca Concavada	ABT.CH.T2.079	214	T	
80 - Charca Sra. da Guia	ABT.CH.T2.080	214	T	
81 - Estação Canoagem Alvega	ABT.RI.M1.081	222	M	
82 - Charca Casal da Coelheira de Cima	ABT.CH.M1.082	214	M	
83 - Charca Areia de Cima	ABT.CH.T2.083	214	T	
84 - Charca Vale das Cevadas	ABT.CH.T2.084	214	T	
85 - Charca Ribeira do Carregal 1	ABT.CH.T2.085	214	T	
86 - Charca Ribeira do Carregal 2	ABT.CH.T2.086	214	T	

87 - Charca Ribeira do Carregal 3	ABT.CH.T2.087	214	T	
88 - Charca Carregal	ABT.CH.T2.088	214	T	
89 - Charca Monte da Sanguinheira	ABT.CH.M1.089	214	M	
90 - Charca Carregal Cimeiro 1	ABT.CH.T2.090	214	T	
91 - Charca Vale Gonçalves	ABT.CH.T2.091	214	T	
92 - Charca Foros do Carregal	ABT.CH.T2.092	214	T	
93 - Charca Vale do Monte	ABT.CH.T2.093	214	T	
94 - Charca Camelo do Meio	ABT.CH.T2.094	214	T	
95 - Charca Camelo de Cima	ABT.CH.T2.095	214	T	
96 - Charca Monte da Várzea do Linho 1	ABT.CH.T2.096	214	T	
97 - Charca Ribeira das Lameiras	ABT.CH.T2.097	214	T	
98 - Charca São Facundo 2	ABT.CH.T2.098	214	T	
99 - Charca São Facundo 1	ABT.CH.M1.099	214	M	
100 - Charca Favaqueira	ABT.CH.M1.100	214	M	
101 - Charca Vale da Mua 3	ABT.CH.T2.101	214	T	
102 - Charca Vale da Mua 4	ABT.CH.T2.102	214	T	
103 - Charca Vale da Mua 1	ABT.CH.T2.103	214	T	
104 - Charca Vale da Horta	ABT.CH.M1.104	214	M	
105 - Charca dos Mingazes	ABT.CH.M1.105	214	M	
106 - Charca Cruz das Cabeças	ABT.CH.T2.106	214	T	
107 - Charca Herdade de Vale de Água	ABT.CH.T2.107	214	T	
108 - Charca Vale da Mua 2	ABT.CH.T2.108	214	T	
109 - Charca Vale das Mós	ABT.CH.T2.109	214	T	
110 - Charca da Courela	ABT.CH.T2.110	214	T	
111 - Tanque da Courela	ABT.TQ.T2.111	114	T	
112 - Charca Casal da Bica	ABT.CH.T2.112	214	T	
113 - Charca Herdade do Carvalhal	ABT.CH.T2.113	214	T	
114 - Charca Ramalhais	ABT.CH.T2.114	214	T	
115 - Charca Vale da Fonte	ABT.CH.T2.115	214	T	
116 - Charca Vale de Salgueira	ABT.CH.M1.116	214	M	
117 - Charca da Herdade do Telhado	ABT.CH.T2.117	214	T	
118 - Charca da Herdade do Caldeiro	ABT.CH.M1.118	214	M	
119 - Charca Vale de Açor	ABT.CH.T2.119	214	T	
120 - Tanque Casal do Pereiro	ABT.TQ.T2.120	114	T	
121 - Charca Casal do Pereiro	ABT.CH.T2.121	214	T	
122 - Charca da Valeira	ABT.CH.M1.122	214	M	
123 - Lagoas do Casalão	ABT.CH.M1.123	214	M	
124 - Lagoa de Baixo	ABT.CH.M1.124	214	M	
125 - Charca do Monte Novo	ABT.CH.T2.125	214	T	
126 - Charca Vale de Besteiros	ABT.CH.T2.126	214	T	
127 - Charca Arrancada de Cima	ABT.CH.T2.127	214	T	
128 - Charca do Baralho	ABT.CH.M1.128	214	M	
129 - Charca do Balancho	ABT.CH.T2.129	214	T	
130 - Charca do Brunheirinho	ABT.CH.T2.130	214	T	

131 - Charca do Vale do Brunheirinho	ABT.CH.T2.131	214	T	
132 - Charca do Padrão	ABT.CH.T2.132	214	T	
133 - Charca Água Branca de Baixo	ABT.CH.T2.133	214	T	
134 - Charca da Água Branca	ABT.CH.T2.134	214	T	
135 - Charca Monte das Eiras	ABT.CH.T2.135	214	T	
136 - Charca da Campanha	ABT.CH.T2.136	214	T	
137 - Charca do Copeiro 3	ABT.CH.T2.137	214	T	
138 - Charca do Copeiro 1	ABT.CH.T2.138	214	T	
139 - Charca do Copeiro 2	ABT.CH.T2.139	214	T	
140 - Charca das Tojeiras	ABT.CH.M1.140	214	M	
141 - Charca Tojeiras de Cima 1	ABT.CH.M1.141	214	M	
142 - Charca Casal da Ameixoeira 1	ABT.CH.M1.142	214	M	
143 - Charca Abegoaria de Cima	ABT.CH.T2.143	214	T	
144 - Charca Herdade de Cadouços 1	ABT.CH.M1.144	214	M	
145 - Charca Herdade de Cadouços 2	ABT.CH.M1.145	214	M	
146 - Charca Herdade de Cadouços 3	ABT.CH.M1.146	214	M	
147 - Charca Herdade de Cadouços 4	ABT.CH.M1.147	214	M	
148 - Charca Herdade da Ameixeira	ABT.CH.M1.148	214	M	
149 - Charca Vale da Sanguinheira	ABT.CH.M1.149	214	M	
150 - Charca Noitinhas Novas 1	ABT.CH.T2.150	214	T	
151 - Charca Sanguinheira 1	ABT.CH.T2.151	214	T	
152 - Charca Sanguinheira 2	ABT.CH.M1.152	214	M	
153 - Charca Noitinhas Novas 2	ABT.CH.M1.153	214	M	
154 - Charca Noitinhas Novas Sul	ABT.CH.T2.154	214	T	
155 - Charca Ameixeira 1	ABT.CH.T2.155	214	T	
156 - Charca Ameixeira 2	ABT.CH.M1.156	214	M	
157 - Charca Ameixeira Nova	ABT.CH.M1.157	214	M	
158 - Charca de Vilelas	ABT.CH.T2.158	214	T	
159 - Charca Casais de Revelhos	ABT.CH.T2.159	214	T	
160 - Charca Barrocas	ABT.CH.M1.160	214	M	
161 - Charca Carvalhoso	ABT.CH.M1.161	214	M	
162 - Tanque dos Tendeiros	ABT.TQ.T2.162	114	T	
163 - Charca Vale dos Peixes 4	ABT.CH.T2.163	214	T	
164 - Charca Casal Barreiros 2	ABT.CH.M1.164	214	M	
165 - Charca Casal dos Negrinhos Baixo 2	ABT.CH.M1.165	214	M	
166 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 4	ABT.CH.T2.166	214	T	
167 - Charca Carregal Cimeiro 2	ABT.CH.T2.167	214	T	
168 - Charca Monte da Várzea do Linho 2	ABT.CH.T2.168	214	T	
169 - Charca Água Branca de Cima	ABT.CH.T2.169	214	T	
170 - Charca Tojeiras de Cima 2	ABT.CH.T2.170	214	T	
171 - Charca Tojeiras de Cima 3	ABT.CH.M1.171	214	M	
172 - Charca Casal da Ameixoeira 2	ABT.CH.T2.172	214	T	
173 - Charca Abegoaria de Baixo	ABT.CH.T2.173	214	T	
174 - Charca Herdade de Cadouços 6	ABT.CH.T2.174	214	T	

175 - Charca Herdade de Cadouços 5	ABT.CH.T2.175	214	T	
176 - Charca Herdade de Cadouços 7	ABT.CH.M1.176	214	M	
177 - ETA Cabeça Gorda	ABT.RX.T2.177	320	T	

Fonte: GTF 2020

4.1.2.5 Metas e indicadores

Tabela 7 - Metas e indicadores das faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis

Código FGC	FGC	Meta	Área total (ha)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
				Indicador: Área intervencionada (ha)									
1	Edificações integradas em espaços rurais	G e s t ã o d e C o m b u s t í v e l	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21
2	Aglomerados populacionais		3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77
3	Parques de Campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários		112,74	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85
4	Rede Viária Florestal		372,83	151,38	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52
5	Rede Ferroviária		95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22
6	Rede de Transporte de gas		34,24	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00
7	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão		347,45	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50
8	Rede Primária FGC		1.954,86	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06
9	Rede Terciária de FGC												
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em media tensão		543,22	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60
11	Mosaico de parcelas de gestão de combustível												
12	Pontos de água		218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63
13	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta tensão		262,83	102,35	93,82	2,20	102,41	93,82	2,20	102,41	93,82	2,20	102,41
14	Silvicultura no âmbito da DFCI												
Total			8.682,00	5.718,21	6.262,09	6.899,87	5.798,77	6.293,91	6.868,05	5.830,59	6.262,09	6.899,87	5.798,77

Tabela 8 - Metas e indicadores da rede viária

RVF	Meta	Indicadores mensuráveis (Km)									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
1ª ordem	Manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª Ordem		0	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Rede Complementar		0	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Tabela 9 - Metas e indicadores dos pontos de água

Classe de pontos de água	Meta	Indicadores mensuráveis (Unidades)									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Terrestre	Manutenção	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0
Total		0	0	0	0	13	0	0	0	0	0

4.1.2.6 Orçamento e responsáveis

No que respeita ao orçamento, os valores propostos são apenas indicativos.

Tabela 10 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das FGC

Código FGC	FGC	Responsável	Área total (ha)	€/ha*	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Estimativa Orçamental (€)														
1	Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	1.381,21	525,00	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25
2	Aglomerados populacionais	Proprietários	3.358,77	525,00	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25
3	Parques de Campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	EG	112,74	525,00	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25
4	Rede Viária Florestal	EG	372,83	525,00	79.474,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00
5	Rede Ferroviária	IP Ferroviária	95,22	525,00	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50
6	Rede de Transporte de gás	REN	34,24	1.000,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00
7	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão	REN	347,45	1.000,00	66.500,00	120.610,00	66.500,00	120.610,00	66.500,00	120.610,00	66.500,00	120.610,00	66.500,00	120.610,00
8	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	ICNF	1.954,86	750,00	152.295,00	336.712,50	977.137,50	152.295,00	336.712,50	977.137,50	152.295,00	336.712,50	977.137,50	152.295,00
9	Rede terciária de faixas de gestão de combustível													
10	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em média tensão	E-Redes	543,22	525,00	10.290,00	100.542,75	48.583,50	10.290,00	100.542,75	48.583,50	10.290,00	100.542,75	48.583,50	10.290,00
11	Mosaico de parcelas de gestão de combustível													
12	Pontos de água	Proprietários	218,65	525,00	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75
13	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em alta tensão	E-Redes	162,83	525,00	53.733,75	49.245,00	1.155,00	53.733,75	49.245,00	1.155,00	53.733,75	49.245,00	1.155,00	53.733,75
14	Silvicultura no âmbito da DFCI													
Total			8.682,00		3.092.940,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75	3.476.199,75	3.928.916,00	3.151.908,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75

*Considerados os valores previstos pelo ICNF/FPF - FIC: Abertura 750€/ha e Manutenção 525€/ha; valores meramente indicativos. No caso da REN e considerado um valor de 1000€/ha

Tabela 11 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária

RVF	Responsável	€/Km*	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
			Com intervenção (50Km)									
1ª Ordem												
2ª Ordem	Município	1.150		9.679		9.679		9.679		9.679		9.679
3ª Ordem	Município	1.150		47.821	57.500	47.821	57.500	47.821	57.500	47.821	57.500	47.821
Total (€)				57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500

*Considerado o valor previsto na portaria n. 226/2019 de 19 de Julho; valores indicativos.

Tabela 12 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água

Classe de pontos de água	Responsáveis	Reservatórios DFCI	€/unid*	Estimativa de Orçamento (€)									
				2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Terrestre	Município	13	1500	0	0	0	0	19500	0	0	0	0	0
Total				0	0	0	0	19.500	0	0	0	0	0

*Valor indicativo para a manutenção total de cada tanque DFCI - inclui obras de manutenção, limpeza e pintura

Tabela 13 - Estimativa total de orçamento - 1º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2021-2030)

1.º Eixo	Estimativa Orçamental (€)									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FGC	3.092.940,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75	3.476.199,75	3.928.916,00	3.151.908,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75
RVF	0,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00
RPA	0,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (€)	3.092.940,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75	3.553.199,75	3.986.416,00	3.209.408,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75

4.2. - 2º Eixo Estratégico – Redução da Incidência dos Incêndios

Neste eixo considera-se que o objetivo estratégico é educar e sensibilizar as populações e melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações. Os objetivos operacionais passam por sensibilizar os vários segmentos populacionais analisados através da implementação de

campanhas adequadas e fiscalizar metodicamente áreas prioritárias consideradas mais críticas, considerando a identificação das principais causas e motivações de incêndio.

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção. A prevenção deve ser entendida como o conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar. Atua em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. O objetivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio. Uma vez que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base relativa à caracterização da população e análise do histórico e casualidade e a cartografia do risco de incêndios.

Objetivos estratégico

- Sensibilização e educação das populações
- Melhoraria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivos operacionais

- Sensibilização da população,
- Sensibilização e educação escolar,
- Fiscalização

Ações

- Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação
- Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar
- Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.

4.2.1. Avaliação

4.2.1.1. Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos que lhe estão na origem

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental, assumindo responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras e eliminando comportamentos de risco.

A tabela 14 apresenta, os comportamentos de risco e os seus impactos e danos para o concelho de Abrantes, estes dados têm como alicerce as ocorrências de 2020.

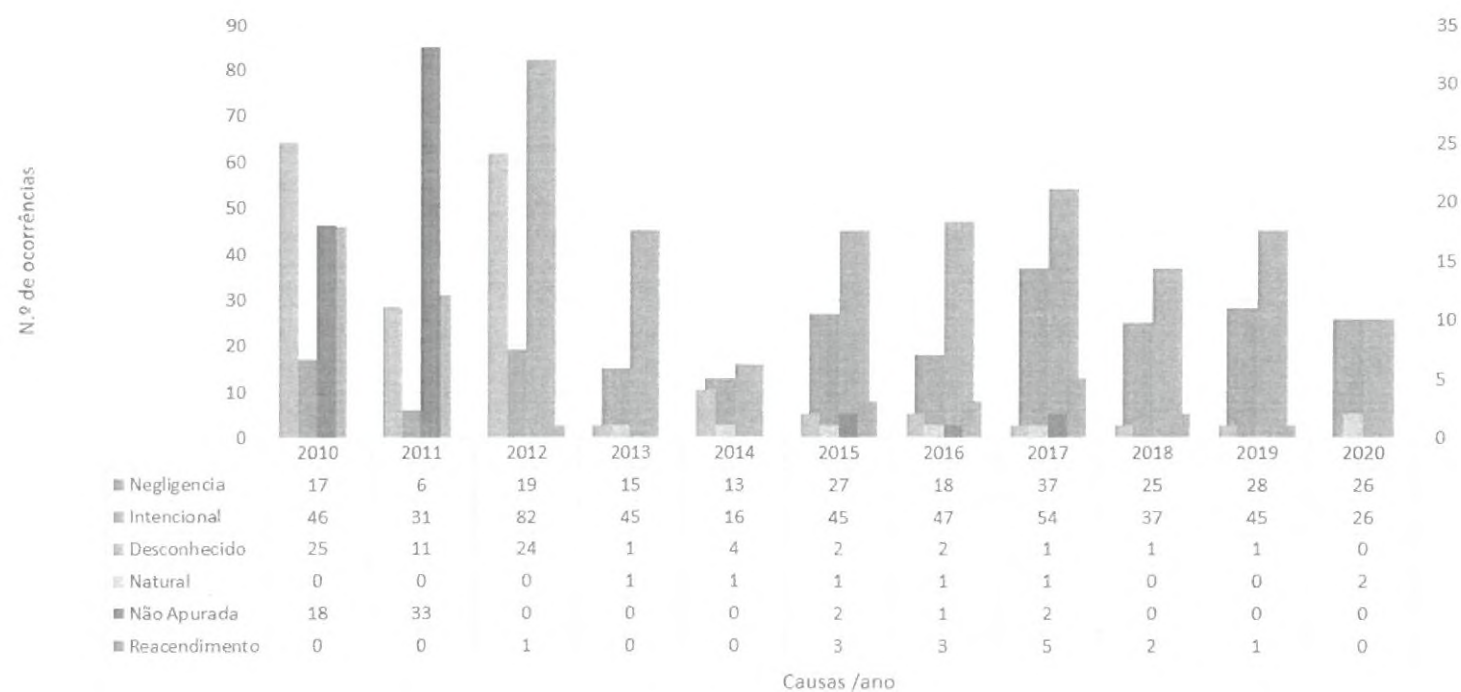
O gráfico seguinte apresenta, os comportamentos de risco e os seus impactos e danos para o concelho de Abrantes, a década 2010 - 2020, contudo, devido ao grande número de ocorrências com causas indeterminadas as ações de sensibilização a realizar serão abordados outros comportamentos de risco tais como: fumigação, deposição de lixo, renovação de pastagens, utilização de máquinas agrícolas e florestais, etc.

Tabela 14 - Comportamentos de risco – diagnóstico 2020

Diagnóstico - resumo 2020								
Grupo-Alvo	Comportamento de Risco				Impactos e danos			
	O quê?	Como?	Onde (freguesia/local)?	Quando?	N.º ocorrências	Área ardida (ha)	Danos	Custos
Público em geral	Negligência no Uso do Fogo	Realização de queimas / Fogueiras / Fumadores	Diversas freguesias	Período Crítico	17	380	Floresta, agricultura e matos	----
Público em geral	Incêndiarismo / Vandalismo	Aparecimento de pequenos focos incêndio	Diversas freguesias	Período Crítico	26			
Transportes e comunicações	Negligência	Árvores em contacto com as linhas eléctricas / Caminho de ferro	Diversas freguesias	Período Crítico	3			
Empresas de exploração florestal	Negligência	Utilização de maquinaria e equipamento florestal	Diversas freguesias	Período Crítico	4			

Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Gráfico 4 – Causas dos incêndios (2010-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

28.14.1/20

4.2.1.2. Identificação das situações previstas na legislação passíveis de fiscalização na área da DFCI

A capacidade de fiscalização entronca, necessariamente, num conjunto de medidas e atitudes que se prendem, entre outras, com a integração e coordenação ao nível de uma entidade altamente profissional e competente, de todas as ações de fiscalização, tendo por base o conhecimento local das comunidades.

Para que ocorra uma fiscalização eficaz é necessário definir áreas de atuação, grupos alvos, período de atuação, bem como desenvolver atividades em função dos comportamentos de risco presentes no Concelho.

Cumpre à GNR/SEPNA em Sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, definir as estratégias de vigilância e fiscalização deste plano.

Assim, a Guarda Nacional Republicana (GNR) realiza, anualmente, em todo o território nacional, e em particular no Distrito de Santarém, a operação “Floresta Segura”, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS). Esta operação, integra várias fases, desde o planeamento e execução de ações de sensibilização e de fiscalização, no que diz respeito às faixas de gestão de combustível, até ao reforço de patrulhamento e vigilância, para prevenir comportamentos de risco, assim como detetar e combater incêndios rurais, com a finalidade de garantir a segurança das populações e do seu património e salvaguardar o tecido florestal nacional.

Neste sentido, a GNR, em coordenação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) irá, junto das populações, produtores florestais, comunidades escolares e agricultores, promover ações de sensibilização, com o intuito de alertar para a importância dos procedimentos preventivos a adotar, nomeadamente sobre o uso do fogo em queimas e queimadas, a limpeza e remoção de matos, a manutenção das faixas de gestão de combustível e a adoção de medidas de proteção dos aglomerados e de autoproteção.

Tabela 15 - Inventariação de autos e processos instruídos

Anos	Número de Autos
2018	68
2019	113
2020	78

FONTE: GTF/SMPC

4.2.2. Planeamento das Ações referentes ao 2º Eixo

Todas as ações de educação e sensibilização têm como objetivo fundamental a redução do número de ocorrências, deverão ser definidas e organizadas em termos de ações, metas e indicadores, com a respetiva orçamentação para cada uma delas, para que se possa mais tarde avaliar o custo/benefício de cada uma das ações.

4.2.2.1. Sensibilização

Tabela 16 - Proposta das ações de sensibilização

	Objetivos Operacionais	ACÇÃO	Indicadores									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Sensibilização da população	Sensibilização da população em geral	Uso correcto do fogo	Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as freguesias; distribuição de material de divulgação de campanhas de sensibilização municipais e nacionais. Colocação de cartazes nas vias de entrada de todas as freguesias, elaboração e distribuição de cartazes e folhetos com a divulgação de medidas preventivas. Divulgação da informação em todos os meios de comunicação municipais, nos veículos municipais e no aBUSA.									
		Responsabilidade das diferentes entidades na DFCI										
		Realização de Queimas e Queimadas										
	Sensibilização de grupos específicos da população	Uso correcto do fogo										
Sensibilização e educação escolar	Comunidade Escolar / Jovens	Operadores de máquinas agrícolas e florestais, com má utilização destes equipamentos e sem os dispositivos de Segurança.										
		Importância da Floresta e Prevenção de Incêndios rurais										
		Prevenção ambiental										
		Medidas de segurança perante um incêndio rural										
		Atividades no dia Mundial da Floresta e dia da Criança	Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as escolas do ensino básico (4.º Ano); realização de actividades lúdicas de sensibilização ambiental e prevenção florestal distribuição de material de divulgação de campanhas de sensibilização municipais e nacionais;									

O plano de sensibilização assenta em três vetores de atuação:

1. Sensibilização do público generalista (vacionado para a população urbana) - As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com a deposição de lixo no interior das manchas florestais; e com a queima de lixos em zonas de interface urbano florestal;

2. Sensibilização de grupos específicos da população (vacionado para a população rural) - As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com o uso incorreto do fogo e utilização de maquinaria e equipamento.

3. Sensibilização da população escolar - A médio/longo prazo a solução para o problema das ocorrências passará principalmente por educar, sensibilizar e informar a população escolar sobre a importância da floresta, sobre a problemática dos incêndios e a promoção do uso correto do fogo e dos equipamentos.

Qualquer ação de sensibilização desenvolvida ao nível do concelho terá o apoio do SMPC/GTF e poderá contar com qualquer agente da CMDF. Deve respeitar as ideias - chave do ICNF para assim haver uma uniformização da ideia a transmitir.

Anualmente são realizadas campanhas de sensibilização (Figura 19 e Figura 20) cuja estratégia de divulgação é:

- Publicação da campanha no Passos do Concelho
- Publicação da campanha nos meios de comunicação locais (jornais e rádios)
- Outdoors em todas as freguesias
- Mupis publicitários
- Flyers
- Cartazes
- Publicidade nas viaturas municipais
- Publicidade na Fatura da água
- Rede multibanco

Figura 19 – Imagens das Campanhas de Sensibilização





Figura 20 – Cartazes e ações de Sensibilização





**Limpe os seus
terrenos até
15 de março**

**A sua vida
não é um
brinquedo,
previna-se
agora!**



Mais info em www.cmabran.es.pt

Proteja a sua casa

- Ter uma faixa pavimentada de 1 a 2m à volta do edifício.
- Remover o mato em volta da habitação e manter essa faixa limpa.
- As copas das árvores e dos arbustos devem estar afastados, no mínimo, 5m da edificação e nunca se projetarem sobre os telhados.
- A distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4m.
- Deve proceder à desramação das árvores até aos 3m de altura.
- Manter os sobrados de exploração agrícola ou florestal fora da faixa de 50m em redor da habitação.
- Manter botijas de gás e outras substâncias inflamáveis ou explosivas o mais longe da habitação ou em compartimentos isolados.
- Manter pilhas de lenha afastadas da habitação (a mais de 50m) ou em compartimento isolado.
- Manter uma faixa de 10m sem matos de cada lado do caminho de acesso à sua habitação.
- Manter o telhado e as calçadas da sua habitação limpas de caruma, folhas ou ramos.
- Coloque uma rede de retenção de folhas nas chaminés.
- Em caso de incêndio feche portas e janelas.

É obrigatório!

De acordo com a Lei do Orçamento de Estado até 15 de março:

- A limpeza de uma faixa, não inferior a 50m de largura em redor das habitações, estaleiros, armazéns e outras edificações.

De acordo com o Decreto Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, até 30 de abril:

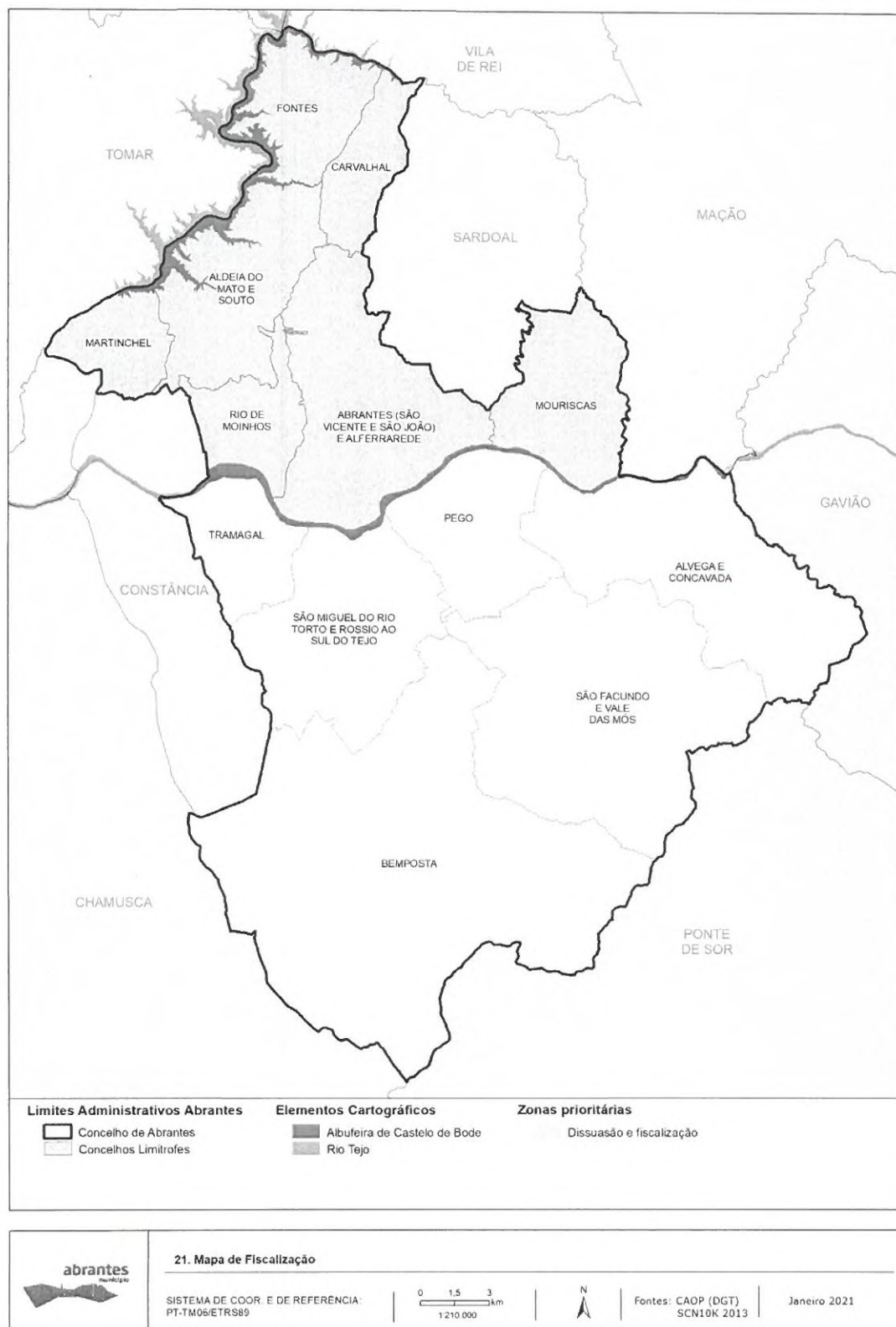
- A limpeza de uma faixa, não inferior a 100m de largura em redor dos aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários (definidos no PMDFCI).
- A limpeza de uma faixa, não inferior a 10m junto da rede viária.

Serviço Municipal de Proteção Civil
T: 21 230 400 ou por e-mail: cmabran@cmabran.es.pt

4.2.2.2. Fiscalização

A fiscalização deve incidir sobre toda a área florestal, mas a sua intensificação deverá ser implementada nas freguesias com maior risco de incêndio (freguesias a norte do rio Tejo), maior n.º de ocorrências e nas freguesias prioritárias que são definidas anualmente por portaria.

Figura 21 – Zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização



4.2.2.3. Metas e indicadores

Tabela 17 - Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas

Metas e Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Realização de ações de sensibilização/esclarecimento (Freguesias, Assembleias Gerais de ZIF, Empresas, outras entidades)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Campanhas de Sensibilização Municipal (Anual)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sessão "Importância da Floresta e Prevenção de Incêndios Rurais" aos alunos do 4.º Ano - PSP/GNR/SMPC/GTF (9 escolas básicas - anual)	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Participação no Dia Mundial da Floresta e da Árvore	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Participação noutras actividades escolares	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 18 - Orçamentação das ações de sensibilização previstas

Metas e Indicadores	Responsável	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Realização de ações de sensibilização/esclarecimento (Freguesias, Assembleias Gerais de ZIF, Empresas, outras entidades)	CMA	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €
Campanhas de Sensibilização Municipal (Anual)	CMA	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €
Sessão "Importância da Floresta e Prevenção de Incêndios Rurais" aos alunos do 4.º Ano - PSP/GNR/SMPC/GTF (9 escolas básicas - anual)	PSP/GNR/CMA	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €
Participação no Dia Mundial da Floresta e da Árvore	CMA	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €
Participação noutras actividades escolares	CMA	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €
Total/Ano (€)		4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €

4.3. - 3º Eixo Estratégico - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios

Neste capítulo define-se a organização e a gestão de um dispositivo de mobilização preventiva de meios, tendo em conta a disponibilidade dos recursos de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este perigo poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

É elaborada uma definição prévia das formas de atuação e comunicação e o levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, o que deverá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta aos incêndios florestais.

Prevê-se a articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de primeira intervenção, sendo ainda necessário atender ao reforço da sua capacidade e também ao reforço do ataque ampliado, quando necessário, e à melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam este eixo estratégico de ação teve-se em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I) e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI) (Caderno II).

Objetivo estratégico

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
- Adequação da capacidade de 1.ª intervenção.
- Melhorar a eficácia e vigilância pós-incêndio.

Objetivo operacionais

- Estruturação e gestão da vigilância e deteção como um sistema integrado.
- Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção
- Garantia da correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio
- Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão

Ações

- Execução da inventariação dos meios e recursos existentes.
- Definição de sectores territoriais DFCl e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio
- Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção
- Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão.

4.3.1. Avaliação

4.3.1.1. Vigilância e deteção

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios. Os Postos de Vigia visam assegurar a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

No concelho de Abrantes existem dois postos de vigia pertencentes à Guarda Nacional Republicana (SEPNA), que fazem parte da Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV) o PV56-05 – Medroa/Abrantes (indicativo de rádio Apolo 14.05) e PV56-07 – Sanheira/Abrantes (indicativo de rádio Apolo 14.07). A elaboração do mapa de visibilidade foi realizada com recurso ao software da ESRI ArcGis e o comando *visibility* com a opção *observers*, obtendo-se, assim, um ficheiro que descreve o número de postos de vigia e o número de Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) que avistam cada célula. À tabela do ficheiro de pontos (em vetorial) foram associados os campos spot, offset A e offset B. Foram tidos em conta os dois postos de vigia concelhios e três nos concelhos limítrofes (TOMAR: 56-08; SARDOAL: 56-02; GAVIÃO: 64-03) e os 30 LEE definidos no âmbito do POM.

Tabela 19 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção nas fases de perigo (2015-2020)

Fases de Perigo	NÍVEL	Período	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
			N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*
	Permanente - Nível I	1 Janeiro - 14 Maio	19	1	7	1	20	1	30	1	8	1	3	1
	Reforçado - Nível II	15 Maio - 31 de Maio	11	2	1	2	2	1	2	5	2	2	2	
	Reforçado - Nível III	1 Junho - 30 Junho	13	3	5	3	25	3	3	16	3	7	3	
	Reforçado - Nível IV	1 Julho - 30 Setembro	54	6	73	6	63	6	46	7	63	15	46	16
	Reforçado - Nível III	1 Outubro - 15 Outubro	1	2	1	2	10	2	4	2	2	2	3	2
	Reforçado - Nível II	16 Outubro - 31 Outubro	1	1	2	1	8	1	1	1	0	1	0	1
	Permanente - Nível I	1 Novembro - 31 Dezembro	5	1	6	1	7	1	3	1	0	1	3	1

* Todas as equipas são enumeradas e atualizadas anualmente no POM; neste quadro apenas foram contabilizadas BVA; eSF, Kit's Juntas.

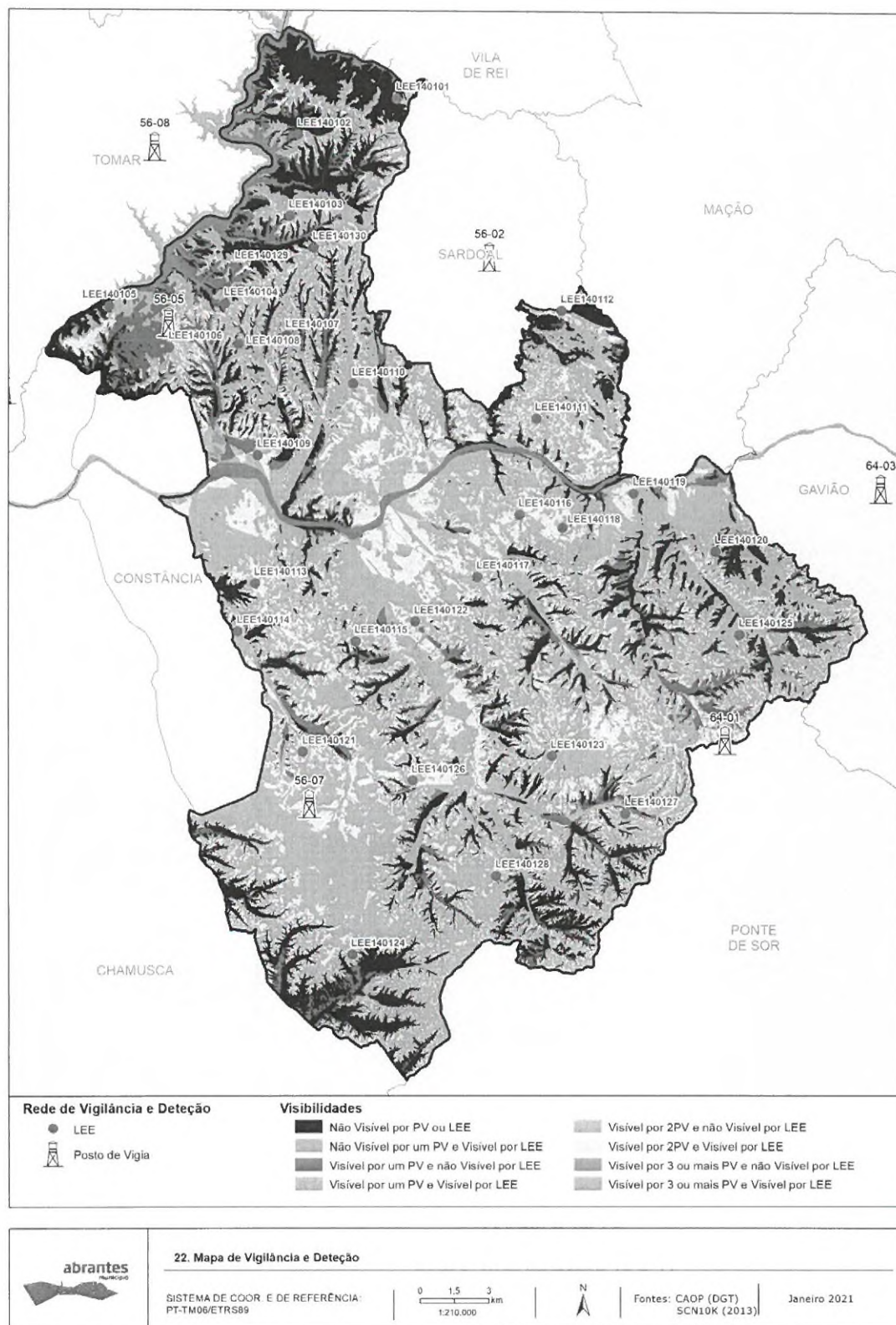
Na figura 22 apresentam-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia. A localização dos LEE foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção eficaz.

A análise da figura seguinte foram identificadas as áreas ocultas que se localizam principalmente no fundo de vales e na zona a norte do concelho, na fronteira com Vila de Rei. São estas áreas que deverão merecer maior atenção aquando da vigilância móvel e alocação de meios nos dias de alerta mais elevado. A garantia que a totalidade da área está vigiada e que a 1.ª Intervenção será realizada no mínimo tempo possível e estará definida anualmente no POM.

Na tabela 19 podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho de Abrantes, para os últimos 5 anos. O N.º de Equipas disponíveis para deteção e 1.ª Intervenção tem aumentado nos últimos anos o que garante uma melhoria significativa.

88.151/20

Figura 22 – Vigilância e deteção



A vigilância terrestre móvel é um complemento da rede de vigilância fixa. Através da articulação, no terreno, de elementos da Câmara Municipal (SMPC/GTF), das Juntas de Freguesia, dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais e da GNR, os circuitos de vigilância móvel é desenhada e articulada ao nível do município segundo áreas de intervenção preferencial de atuação e onde cada entidade interveniente assegura, em permanente ligação com as restantes, a vigilância da sua área (atualização e informação anual – POM).

4.3.1.2 1ª intervenção

O número de equipas e elementos que asseguram a 1ª Intervenção são determinantes para garantir a eficácia das ações de contenção e supressão de incêndios florestais. Todas as equipas, sua localização são descritas e atualizadas no POM.

Pela análise da tabela, constata-se que o índice entre o n.º de incêndios e o número de equipas com meios de 1ª Intervenção atingiu o valor máximo no nível IV – reforçado (1 de julho a 30 de setembro). Estes valores revelam a importância de garantir a operacionalidade do máximo número de equipas possível durante o período crítico.

Tabela 20 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo (2015-2020)

Fases de Perigo	NÍVEL	Período	2015			2016			2017			2018			2019			2020		
			N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos
Fases de Perigo	Permanente - Nível I	1 Janeiro - 31 Maio	19	1	5	7	1	5	20	1	5	10	2	5	4	1	5	3	1	5
	Reforçado - Nível II	15 Maio - 31 de Maio	11	2	10	1	2	10	2	2	10	1	2	10	5	2	10	2	2	10
	Reforçado - Nível III	1 Junho - 30 Junho	13	3	12	5	3	12	25	3	12	9	3	12	10	3	12	7	3	12
	Reforçado - Nível IV	1 Julho - 30 Setembro	54	6	27	71	6	27	43	6	27	46	7	32	63	15	53	40	16	56
	Reforçado - Nível III	1 Outubro - 31 Outubro	1	2	10	1	2	10	10	3	10	4	3	10	7	2	10	3	2	10
	Reforçado - Nível II	16 Outubro - 31 Outubro	1	1	5	2	1	5	8	1	5	1	1	5	0	1	5	0	1	5
	Permanente - Nível I	1 Novembro - 31 Dezembro	5	1	5	8	1	5	7	1	5	3	1	5	0	2	5	3	1	5

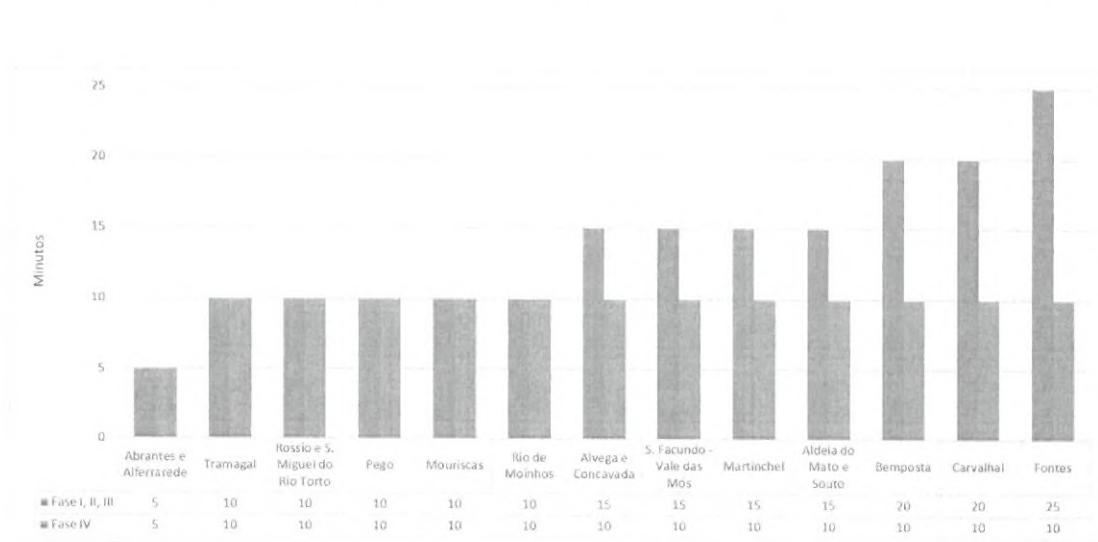
* Todas as equipas enumeradas atualmente no 2016, neste quadro apenas foram contabilizadas BVG, eSM, eGTF e Juntas

A figura 23 representa o potencial tempo de chegada para a 1.ª intervenção, desde que é dado o alerta até a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações. Este estudo foi elaborado com base na informação da rede viária florestal à qual foi atribuída a velocidade média para uma viatura de combate a incêndios florestais tipo VFCL / VRCL de acordo com as orientações publicadas pelo ICNF no “Guia Técnico para a elaboração do - PMDFCI”, como pontos de saída foram considerados todos o LEE e a sede do corpo de bombeiros. O mapa 23 deve ser interpretado em função da existência permanente de equipas nos respetivos locais de saída.

No mapa podem ver-se os tempos de percurso a partir da sede do corpo de bombeiros e de todos os LEE. É na zona sul que se localizam as áreas onde o tempo de percurso para serem alcançadas é

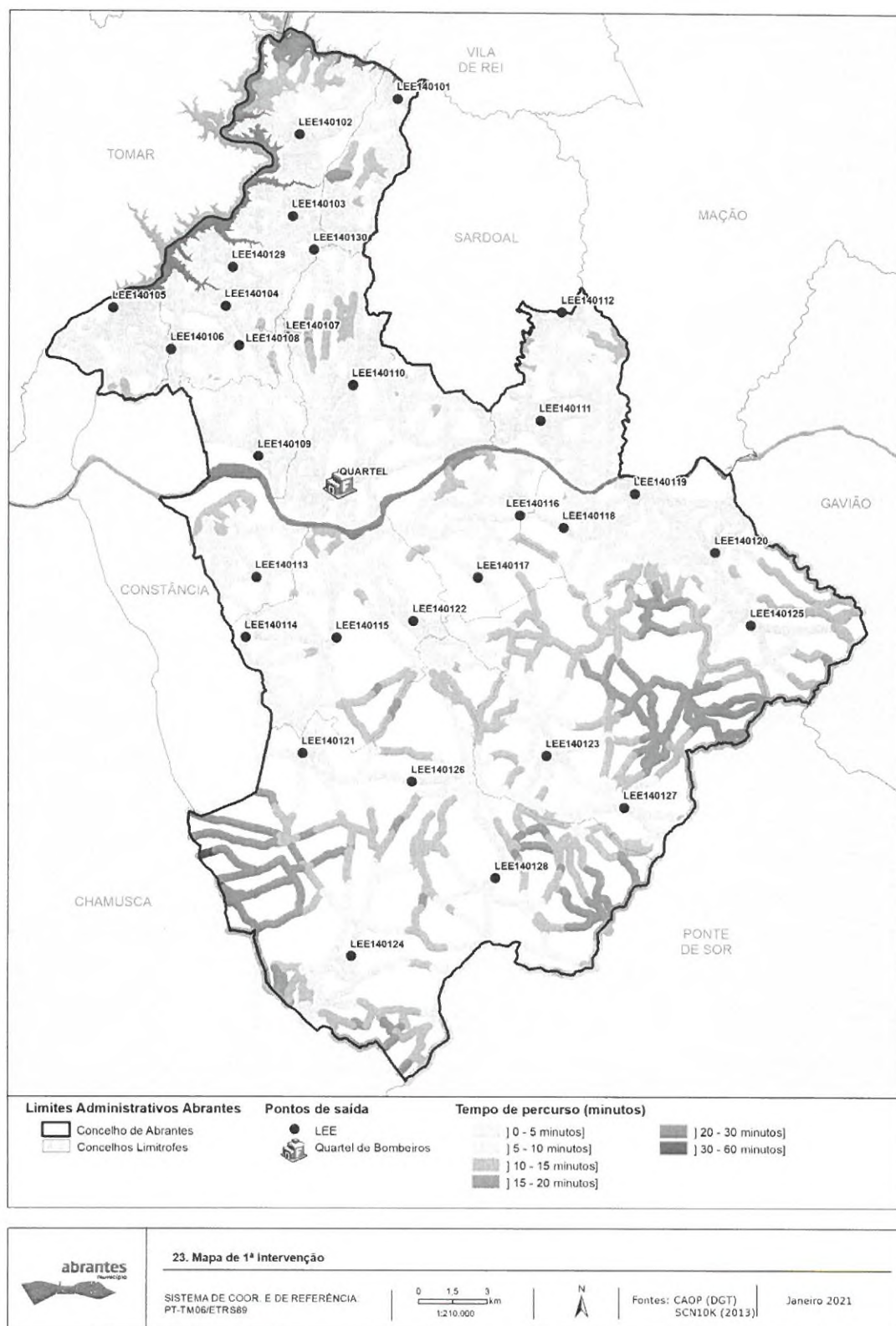
maior. No entanto no gráfico seguinte, podemos verificar que , de acordo com o definido anualmente no POM, durante as fases III e IV as Equipas de 1.ª Intervenção estacionam nos LEE definidos o que permite uma rápida intervenção.

Gráfico 5 – Tempos de chegada das equipas de 1.ª Intervenção nas diferentes fases



FONTE: GTF - 2020

Figura 23 – 1ª Intervenção



Os fatores de sucesso intrínsecos à 1ª Intervenção são, essencialmente, a mobilidade e a rapidez de intervenção de meios devidamente dimensionados ao risco e guarnecidos por elementos com a formação adequada.

As ações de 1ª Intervenção, numa organização de cariz municipal deverão, assim, ser desenvolvidas prioritariamente pelos agentes que, posicionados no terreno, colaborando nas ações de vigilância e deteção, possuam capacidade de atuação e se encontrem mais próximos do início das ignições, nomeadamente os Bombeiros, as Equipas de Sapadores Florestais, Equipas dos Kit's de 1.ª Intervenção das Juntas de Freguesia e outros Agentes (privados) presentes no terreno.

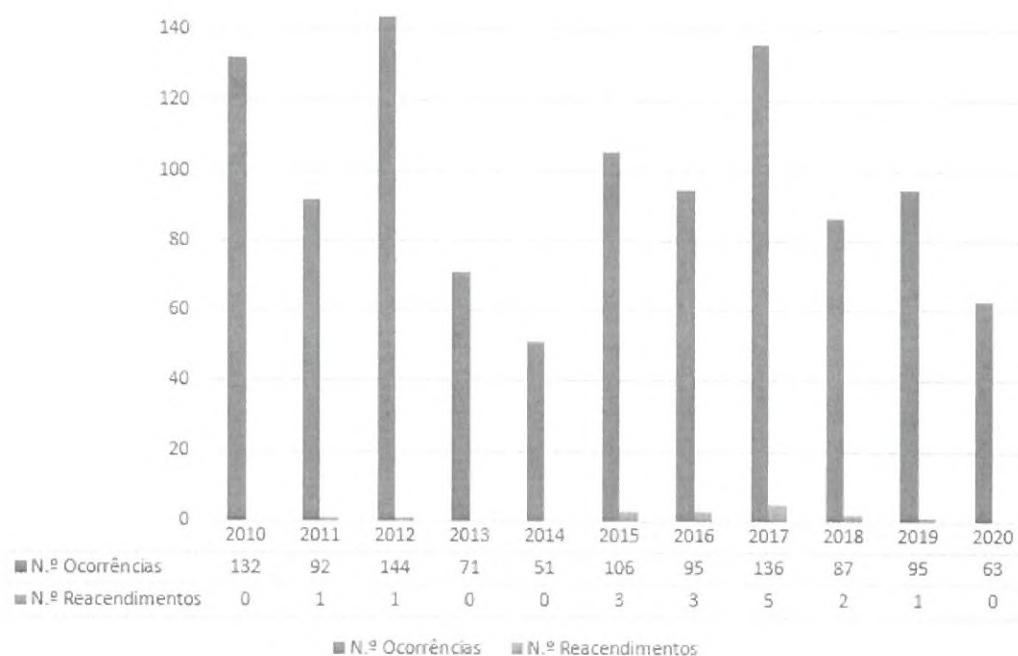
Assim, anualmente o Plano Operacional Municipal (POM), descreve e atualiza os procedimentos adotados por cada entidade interveniente no processo, as suas áreas de intervenção, locais estratégicos de posicionamento, entre outros, em cada fase do dispositivo. Pretende-se contribuir para que a capacidade de resposta face a uma emergência, provocada por um incêndio florestal, seja mais rápida e mais eficaz e que todos os intervenientes se encontrem articulados e coordenados em todas as situações.

4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós incêndio

O rescaldo é uma fase crucial do combate, pelo que o responsável da operação tem de garantir a sua correta e eficaz execução, devendo ser efetuada cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

A vigilância pós rescaldo deve ser garantida pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presente no Teatro de Operações (TO), de modo a poder ser possível intervir rapidamente em situação de eventuais reacendimentos. Havendo no terreno Equipas de Sapadores Florestais e/ou outras equipas e desde que requisitados pelo Comandante de Operações de Socorro (COS) estes, garantirão a vigilância pós rescaldo, até que se certifique não existirem sinais de atividade de combustão.

Gráfico 6 – Número de reacendimentos (2010-2020)



FONTE: SGIF/ICNF - 2020

4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3º eixo

4.3.2.1. Metas e indicadores

Tabela 21 - Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas

Níveis de Prontidão	Ação	Metas	Responsáveis	Unidades	Indicadores									
					2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
TODOS	Vigilância e deteção	% de deteções pelos postos de vigia	GNR	%	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75
		% de deteções pelas equipas de DFCI	GNR, Kit's JF e eSF	%	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Reforçado - Nível II; Nível III e Nível IV (15 mai- 31 Outubro)	Primeira intervenção	Constituição de Equipas de Combate a Incêndio (ECIN) e Equipas de Apoio Logístico (ELAC)	ANEPC / AHBVA	N.º equipas	Manter n.º de Equipas									
		Equipa de Intervenção Permanente (EIP)	AHBVA	Tempo para 1.ª Intervenção	<10 min em 95% das ocorrências nos sectores adstritos									
		Constituição de Equipas 1.ª Intervenção das Juntas de Freguesia	Kit's JF	N.º de Ocorrências	<60					< 50				
		Equipas de Sapadores Florestais	AAACSM	N.º grandes incêndios	Garantir que 95% das ignições não evoluem para grandes incêndios									
	Combate	Disponibilização de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	AHBVA	Área ardida (ha)	< 200ha									
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Disponibilização de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	AHBVA	Nº de reacendimentos	< 2					0				
		% de deteções de reacendimentos pelos postos de vigia	GNR	%	90	90	90	90	90	90	90	90	90	
		% de deteções de reacendimentos pelas equipas DFCI	Equipas de DFCI	%	10	10	10	10	10	10	10	10	10	

4.3.2.2. Orçamento e responsáveis

Tabela 22 - Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas

Ação	Responsáveis	Metas e Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Vigilância, Deteção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	CMA	Protocolo anual com AHBVA	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000
		Protocolo anual com AHBVA - EIP	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000
		Protocolo anual com as juntas de freguesia	80.000	100.000	120.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000
		Protocolo com AAACSM	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000
	AAACSM	AAACSM - 4 Equipas de SF	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142
	GNR	GNR	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	AAACSM	eSF	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	Total (€)		828.142	848.142	868.142	888.142	888.142	888.142	888.142	888.142	888.142	888.142

88.159/170

4.4. - 4º Eixo Estratégico - Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

O objetivo estratégico deste eixo é o de recuperar e reabilitar os ecossistemas, os objetivos operacionais são a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e a implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento futuro da sua resiliência e deve desenvolver-se em dois tempos. O primeiro encontra-se relacionado com a proteção dos recursos e infraestruturas, enquanto o segundo, de médio prazo, está dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objetivo estratégico

- Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivo operacionais

- Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo

Ações

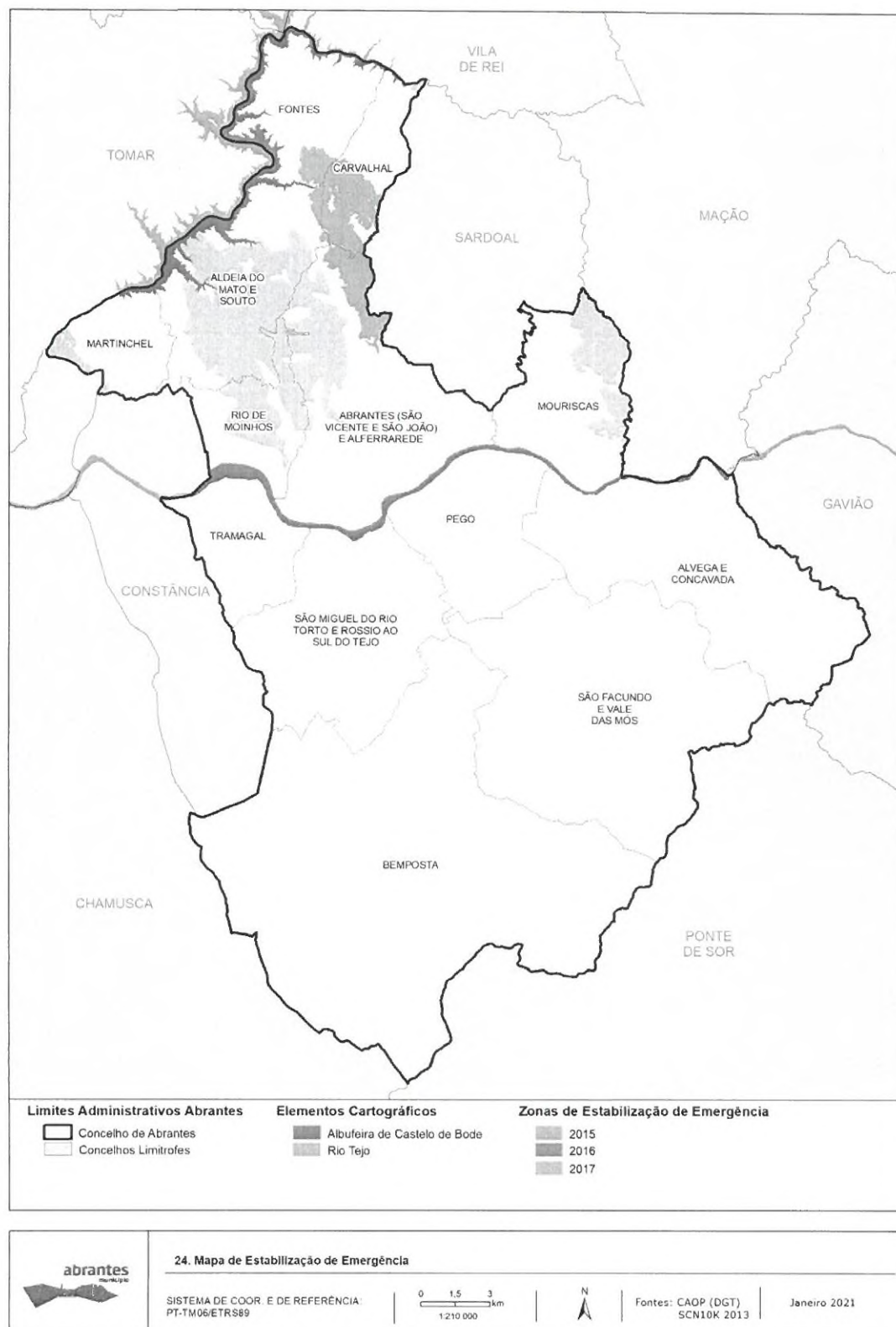
- Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo
- Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infra estruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

4.4.1. Avaliação

4.4.1.1. Estabilização de Emergência

Durante os últimos anos e como consequência de grandes incêndios que assolaram o território do município, foram realizados três projetos de recuperação de áreas ardidas (Figura 24), nomeadamente: 2015 – Martinchel; 2016 – Fontes, Carvalhal e UF de Abrantes e Alferrarede e mais recentemente 2017 – UF Aldeia do Mato e Souto e Martinchel e Mouriscas.

Figura 24 – Mapa de Estabilização de Emergência – 2015, 2016 e 2017



4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats

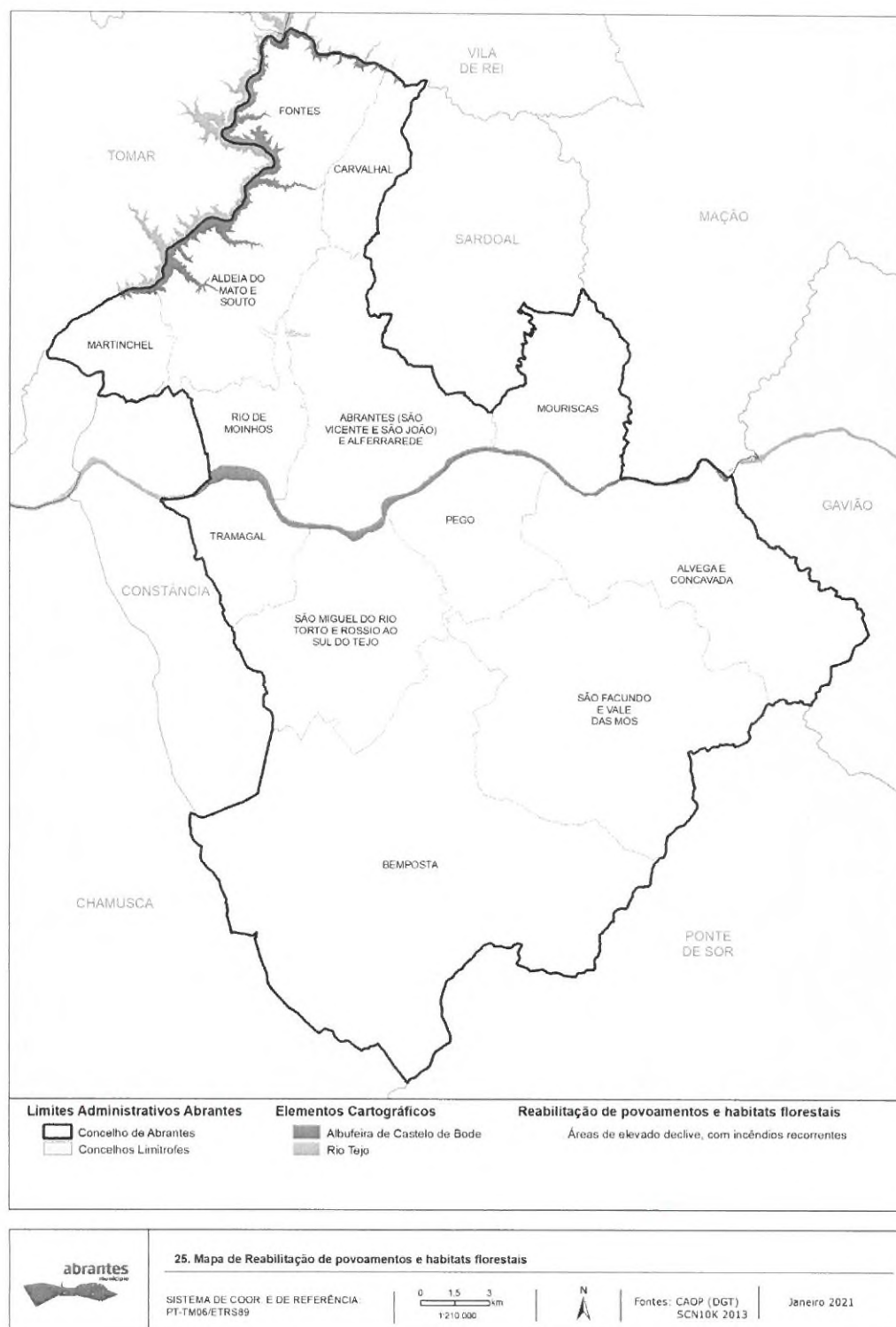
A reabilitação de povoamentos e de habitats florestais está diretamente relacionado com a ocorrência de incêndios florestais. Assim, após um incêndio deve aproveitar-se a possibilidade de requalificar os espaços florestais de acordo com os bons princípios de gestão florestal e de DFCI.

Considerámos os seguintes objetivos: conservação de espécies e habitats florestais e proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras.

Para o Concelho de Abrantes, consideramos que as áreas com maior necessidade de reabilitação e conservação são as áreas inseridas no POACB – Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode que são áreas de elevado declive, com incêndios recorrentes e de difícil acesso. Trata-se de uma área de turismo e lazer, em que é necessário garantir a sustentabilidade e a proteção dos habitats e povoamento florestais aí existentes, de modo a garantir a qualidade dos recursos naturais existentes, em particular a água (Figura 25). Para além destas áreas devemos ter em atenção as encostas do Rio Zêzere, que apresentam um elevado declive e, consequentemente, um maior risco de erosão.

As áreas de proteção da regeneração natural e de controlo de espécies invasoras, atualmente no concelho são locais que não apresentam uma expressão significativa e a sua dimensão é tão reduzida que impossibilita a sua realização cartográfica.

Figura 25 – Reabilitação de povoamentos e habitats florestais



4.4.2. Planeamento das Ações Referentes ao 4º eixo

4.4.2.1. Estabilização de Emergência

Não estão previstas ações de estabilização de emergência, contudo considerando que o plano vigorará por 10 anos devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período poderá ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo, intervenções a nível de conservação da rede viária florestal e nas infra estruturas hidráulicas, bem como indicar os seus responsáveis e participantes.

Definição: Estabilização de emergência pós-incêndio – Conjunto de operações previstas para áreas onde um incêndio florestal tenha ocorrido e conste dos Relatórios de estabilização de emergência ou de um plano de intervenção elaborado pelo ICNF, I.P.

4.4.2.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

No âmbito da reabilitação de povoamentos e habitats, é urgente a erradicação de espécies invasoras como a *Hakea sericea* e *Acacia dealbata* que estão disseminadas, um pouco, por todo o concelho como consequência dos recorrentes incêndios. A responsabilidade da intervenção é particular e localizada, assim, o planeamento destas intervenções deverá ser realizado nos Planos de Gestão Florestal (PGF).

4.5. - 5º Eixo Estratégico - Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

Pretende-se com o descrito nos eixos estratégicos anteriores uma integração dos esforços dos múltiplos intervenientes e agentes envolvidos na defesa da floresta como objetivo de os concretizar.

É necessária uma forte componente de liderança, motivação e conhecimento para que de uma forma eficaz seja possível a concretização de um comando único, com uma coordenação e cooperação conjunta nos teatros de operações e nas ações de planeamento.

Com a implementação de uma estrutura funcional e eficaz, capaz de atingir os objetivos preconizados neste plano, poder se à contribuir entre outras para:

- Eliminar as deficientes ligações entre as funções de prevenção e as funções de proteção e socorro.

- Potenciar os recursos tanto humanos com a nível de equipamentos para uma adequada capacidade de intervenção na supressão de incidentes.

O nível distrital constitui-se como um patamar de comando operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu distrito com reflexo a nível nacional.

Objetivo estratégico

- Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Objetivo operacionais

- Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico

Ações

- Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações
- Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI
- Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM
- Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos
- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF
- Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de Abril
- Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

4.5.1. Avaliação

4.5.1.1. Formação

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, na tabela 22 elencamos a identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos de cada entidade.

Tabela 22 - Necessidades de formação

Tipo de Formação	Entidade a formar	Nº de Elementos
Coordenação	Câmara Municipal	3
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	3
	Juntas de Freguesia	39
	Equipas de sapadores Florestais	20
	Forças militares	A indicar pela entidade
	Privados	Mediante inscrição
	GNR	Sem dados
Combate	Bombeiros	(+/-) 70
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	Os referidos anteriormente
	Juntas de Freguesia	
	Equipas de sapadores Florestais	
	Bombeiros	

4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5º eixo

4.5.2.1. Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Tabela 23- Entidades Responsáveis pelas Ações

Eixos Estratégicos	Entidades intervenientes com competência de coordenação e competências na implementação das ações											
	Município	ICNF	Proprietários	EDP	IP	REN	EDP	PSP	GNR	AAACSM	AHBVA	JF
1.º Eixo estratégico	X	X	X	X	X	X	X					
2.º Eixo estratégico	X	X						X	X	X	X	X
3.º Eixo estratégico	X	X						X	X	X	X	X
4.º Eixo estratégico	X	X	X							X		X
5.º Eixo estratégico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

4.5.2.2. Formação

Tabela 24 - Programa de formação para as diversas entidades e a sua estimativa de orçamento para o período de vigência do PMDFCI (2021-2030)

			Orçamento €									
Tipo de Formação	Entidade a formar	Nº de Elementos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Coordenação	Câmara Municipal	3	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	3	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
	Juntas de Freguesia	39	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900
	Bombeiros	(+/-) 70	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Equipas de sapadores Florestais	20	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Forças militares	A indicar	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Proprietários	A indicar	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	GNR	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Combate	Bombeiros; Sapadores Florestais	(+ -) 70	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	Os referidos anteriormente	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Juntas de Freguesia		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Bombeiros		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Equipas de sapadores Florestais		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
		Total (€)	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950

*Englobado no valor da vigilância, deteção e 1ª intervenção

4.5.2.3. Atividade da CMDF

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é elaborado para um período de 10 anos (2021-2030), contudo este apresenta um carácter dinâmico podendo ser atualizado sempre que seja necessário.

De modo a ser possível efetuar a sua monitorização todas as entidades envolvidas deverão enviar a informação referente à execução da sua responsabilidade para o GTF até ao final de janeiro do ano seguinte. A monitorização do PMDFCI será apresentada até ao dia 15 de Abril de cada ano quando a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprova o (POM) Plano Operacional Municipal.

Tabela 25 - Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta

1.º trimestre do ano	Aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) e monitorização do PMDFC referente ao ano anterior.
2.º trimestre do ano	Apresentação do balanço do DFCI
Sempre que justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas.	

4.5.2.4. Aprovação do Plano Operacional Municipal

O POM tem de ser apresentado e aprovado à CMDFCI até dia 15 de Abril, de cada ano. De modo a ser possível a sua elaboração, todas as entidades enviam os meios e recursos que têm disponíveis para a época de incêndios até dia 15 de Março.

Caso exista um motivo que o justifique o mesmo poderá ser revisto e alterado noutra data.


5. Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI

Tabela 26 - Estimativa de orçamento do PMDFCI (2021-2030)

Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento total (euros)										Total do Eixo
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
1º Eixo estratégico	3.092.940,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75	3.553.199,75	3.986.416,00	3.209.408,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75	35.240.393,25
2º Eixo estratégico	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	46.000,00
3º Eixo estratégico	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	8.761.420,00
4º Eixo estratégico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5º Eixo estratégico	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	49.500,00
Total / ano	3.930.632,25	4.361.082,25	4.894.417,50	4.076.790,75	4.450.891,75	4.884.108,00	4.107.100,25	4.401.082,25	4.914.417,50	4.076.790,75	44.097.313,25

6. Lista de Distribuição

- 0 Gabinete Técnico Florestal (GTF)
- 1 Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
- 2 Câmara Municipal de Abrantes (CMA)
- 3 ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)
- 4 Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)
- 5 Guarda Nacional Republicana (GNR)
- 6 Polícia de Segurança Pública (PSP)
- 7 Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação (AAACSM)
- 8 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes (AHBVA)
- 9 RAME - Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME)
- 10 AFOCELCA
- 11 The Navigator Company
- 12 Altri Florestal
- 13 EDP Distribuição – Energia S.A.
- 14 REN Serviços S.A.
- 15 Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP)
- 16 Centro Distrital de Operações de Socorro de Santarém (CDOS)
- 17 IMT - Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P.
- 18 Cruz Vermelha Portuguesa
- 19 Entidades Gestoras de ZIF
- 20 MeteoAbrantes
- 21 Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)
- 22 União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede
- 23 União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto
- 24 União de Freguesias de Alvega e Concavada
- 25 Freguesia da Bemposta
- 26 Freguesia do Carvalhal
- 27 Freguesia de Fontes
- 28 Freguesia de Martinchel
- 29 Freguesia de Mouriscas
- 30 Freguesia do Pego
- 31 Freguesia de Rio Moinhos
- 32 União de Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
- 33 União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós
- 34 Freguesia do Tramagal



(doc. ____)

Sessão ordinária – 10 de setembro de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

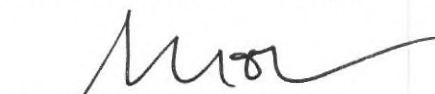
6. – Autorização da celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, no âmbito da realização de transportes escolares durante o ano letivo 2021/2022 (incluindo deslocações no âmbito da saúde oral, provas de aferição e outras)

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, no âmbito da realização de transportes escolares durante o ano letivo 2021/2022 (incluindo deslocações no âmbito da saúde oral, provas de aferição e outras), nos seguintes montantes: UF de Abrantes e Alferrarede (33.301,30€), UF de Alvega e Concavada (20.794,40€), Freguesia de Bemposta (64.569,40€), Freguesia de Rio de Moinhos (6.273,00€), Freguesia de Tramagal (11.004,10€) e Freguesia de Mouriscas (5.030,30€) bem como a assunção dos respetivos compromissos plurianuais.**


Votação: *Aprovado por unanimidade.
A proposta foi retificada no montante relativo à freguesia de Mouriscas de 1847,90€ para 5030,30€, após consulta aos documentos camarários que serviram de base à deliberação. Nesses mesmos documentos para cálculo do montante global de 140.972,50€ é considerado o valor de 5030,30€.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor
1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

27
(doc. ____)

Sessão ordinária – 10 de setembro de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

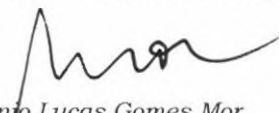
7. - Apoio às Juntas de Freguesia – atribuição de uma carrada de areia a cada cemitério do Concelho, através das juntas de freguesia

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **autorizar o Apoio às Juntas de Freguesia – atribuição de uma carrada de areia a cada cemitério do Concelho, através das juntas de freguesia**, conforme documento anexo.

Votação: Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/2

Proposta de fornecimento de areia para os cemitérios

Estimativa preferencial de entrega no final de setembro, princípio de outubro.

Freguesia	Cemitério	Qtd (m ³)
Abrantes e Alferrarede	Cemitério do Cabacinho	9,660
	Cemitério de Alferrarede	8,840
	Cemitério de Casais Revelhos	12,560
	Cemitério de Sentieiras	9,100
Aldeia do Mato e Souto	Cemitério da Aldeia do Mato	8,940
	Cemitério de Carreira do Mato	7,480
	Cemitério do Souto	8,120
Alvega e Concavada	Cemitério de Alvega	10,060
	Cemitério de Concavada	10,060
Bemposta	Cemitério de Água Travessa/Foz	8,660
	Cemitério de Bemposta	8,720
Carvalhal	Cemitério de Carvalhal	10,360
	Cemitério de Matagosinha	8,960
Fontes	Cemitério de Fontes	7,980
Martinchel	Cemitério de Martinchel	8,780
Mouriscas	Cemitério de Mouriscas	9,920
Pego	Cemitério do Pego	8,760
Rio de Moinhos	Cemitério de Amoreira	8,000
	Cemitério de Rio de Moinhos	8,840
S. Facundo e Vale das Mós	Cemitério de Barrada	8,500
	Cemitério de Esteveira	8,700
	Cemitério de São Facundo	7,040
	Cemitério de Vale das Mós	9,360
	Cemitério de Vale de Zebrinho	9,220
S. Miguel e Rossio	Cemitério de Arreciadas	10,080
	Cemitério de Bicas	10,020
	Cemitério do Rossio ao Sul do Tejo	8,680
	Cemitério de São Miguel (antigo)	10,080
	Cemitério de São Miguel (novo)	8,880
Tramagal	Cemitério de Tramagal (antigo)	10,300
	Cemitério de Tramagal (novo)	9,020
TOTAL		291,160